

Piauí

Balanço Geral do Estado - BGE 2021



BALANÇO GERAL 2021

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

Governador do Estado

MARIA REGINA SOUSA

Vice-Governadora

RAFAEL TAJRA FONTELES

Secretário da Fazenda

RICJARDESON ROCHA DIAS

Superintendente do Tesouro Estadual

JAMES LANE RAMOS DE SOUSA

Diretor da Unidade de Controle Contábil



UNIDADE DE CONTROLE CONTÁBIL

Antônio Leonardo Gonçalves	Rochelanny Oliveira Santos
Dalvani Soares Loureiro Lago	Rodrigo Caetano Magalhães Dantas
James Lane Ramos de Sousa	Ronald Soares Silva
Jenisvaldo Oliveira Rocha	Sidrack Sidney Soares de Souza
José Nivaldo Gonçalves Filho	Silmara Caetano Felipe
Kátia Patrícia Alcântara de Araújo	Sérgio Ricardo Rodrigues Silva
Maria da Conceição Marques dos Santos	Valdinei Ponsoni Linartevich
Maria de Fátima Viana de Oliveira	Vânio José Gomes Bacelar de Carvalho
Pedro Rodrigues dos Santos	



A Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, por meio da Unidade de Controle Contábil, em cumprimento ao disposto no artigo 102, inciso XVII, da Constituição Estadual de 1989 e no artigo 22 da Instrução Normativa TCE Nº 08, de 10 de dezembro de 2020, apresenta o Relatório do Balanço Geral do Estado do exercício de 2021.

Na elaboração deste Relatório foram consolidados os dados registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí – SIAFE-PI, retratando a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos atos e fatos praticados pelos gestores do Estado do Piauí.

As demonstrações contábeis e os relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal apresentados foram elaborados em consonância com a legislação estadual e federal, em especial a Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

A Contabilidade Pública, ciência responsável pelo registro, controle, análise e demonstração dos fatos financeiros, contábeis e patrimoniais, constitui uma ferramenta indispensável à Gestão Pública Estadual na tomada de decisões e na transparência dos atos praticados perante os entes de Controle e a Sociedade, visando promover o equilíbrio fiscal e da seguridade.



SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	7
RECEITAS	9
RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	10
RECEITAS CORRENTES	12
RECEITA TRIBUTÁRIA	13
ICMS	14
FECOP	15
IPVA	16
IRRF	16
ITCMD	17
TAXAS	18
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	19
RECEITA PATRIMONIAL	19
RECEITA DE SERVIÇOS	20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS - FPE	22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTES	24
RECEITAS DE CAPITAL	25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26
RECEITA ORÇADA E ARRECADADA POR FONTE DE RECURSOS	26
DESPESAS	27
DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	29
DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS	30
DESPESAS REALIZADAS POR PODER	31
DESPESAS CORRENTES	32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33
DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35
DESPESAS DE CAPITAL	35
INVESTIMENTOS PÚBLICOS	36
INVESTIMENTOS	37
INVERSÕES FINANCEIRAS	37
DESPESAS COM AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	38
DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÃO	38
DESPESA COM A DÍVIDA PÚBLICA	40
RESTOS A PAGAR	41



INSCRITOS NO EXERCÍCIO DE 2021	41
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	42
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	42
INDICADORES FISCAIS	43
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF	43
DESPESA COM PESSOAL	44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS	48
DISPONIBILIDADE DE CAIXA E INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	49
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO	50
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	51
POUPANÇA CORRENTE	52
CRESCIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES	52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	53
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	54
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	56
RESULTADO PRIMÁRIO	56
RESULTADO NOMINAL	56
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	57
APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO	59
FUNDEB	60
RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	60
APLICAÇÕES DOS RECURSOS COM AÇÕES DA SAÚDE	61
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	63
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	63
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	64
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	65
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	65
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	66
BALANÇO FINANCEIRO	68
RESULTADO FINANCEIRO	70
BALANÇO PATRIMONIAL	71
ATIVO CIRCULANTE	73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	73
CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO	74
ATIVO NÃO CIRCULANTE	74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	74
INVESTIMENTOS	75
IMOBILIZADO	77



INTANGÍVEL	77
PASSIVO CIRCULANTE	78
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	78
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	79
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	80
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	80
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS	80
OUTROS CONTRATOS DE TRANSAÇÃO DE CRÉDITOS	82
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS	83
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	83
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	84
DÍVIDA FLUTUANTE	85
OUTRAS OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO	86
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	87
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	87
DÉFICIT OU SUPERÁVIT FINANCEIRO	88
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	89
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	90
NOTAS EXPLICATIVAS	91
Parte A - Aspectos Gerais:	91
Parte B - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO	93
Parte C - Balanço Patrimonial - BP:	93
Parte D – Balanço Orçamentário - BO:	96
Parte E – Balanço Financeiro - BF:	100
Parte F– Demonstração da Variação Patrimonial - DVP	103
Parte G – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	104
Parte H – Resultados Financeiro, Patrimonial e Orçamentário	104
Parte I – Procedimentos de Encerramento do Exercício:	106
Considerações Finais	108
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRETA	109
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRETA*	111



1. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento orçamentário do Estado do Piauí, que teve como base o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estimou o total das receitas e fixou as despesas para o ano de 2021. Com base nesses instrumentos, foram previstas as receitas totais (receitas que o Estado estima receber) e fixadas as despesas nas diversas áreas de atuação. Os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado para o ano de 2021 foram estruturados da seguinte forma:



Resumidamente, as receitas previstas e as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual foram as seguintes:

Despesa Fixada
R\$ 13.327.663.455

Receita Prevista	Valor
Receita Bruta	16.204.233.045
(-) Deduções	2.876.569.590
Receita Líquida	R\$ 13.327.663.455



A seguir, detalham-se as receitas estimadas e as despesas fixadas na LOA para 2021, comparadas aos valores do exercício anterior.

RECEITA ESTIMADA - EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)					
Especificação	2021		2020		Δ%
	Receita Prevista	%	Receita Prevista	%	
Receitas Correntes	13.391.734.561	82,64	13.611.832.912	84,92	-1,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.945.712.118	36,69	5.959.789.179	37,18	-0,24
Receita de Contribuições	877.057.285	5,41	719.122.139	4,49	21,96
Receita Patrimonial	258.082.789	1,59	912.074.497	5,69	-71,70
Receita de Serviços	21.721.222	0,13	13.976.274	0,09	55,41
Transferências Correntes	6.240.379.025	38,51	5.899.634.609	36,81	5,78
Outras Receitas Correntes	48.782.122	0,30	107.236.214	0,67	-54,51
Receitas de Capital	1.577.993.809	9,74	1.557.472.084	9,72	1,32
Operações de Crédito	1.149.835.282	7,10	915.725.432	5,71	25,57
Alienação de Bens	266.330.936	1,64	568.420.084	3,55	-53,15
Amortização de Empréstimos	200.820	0,00	187.507	0,00	7,10
Transferência de Capital	148.949.507	0,92	73.139.061	0,46	103,65
Outras Receitas de Capital	12.677.264	0,08	0	-	-
Receitas Correntes - Intra OFSS	1.234.504.675	7,62	860.056.797	5,37	43,54
Receitas de Capital - Intra OFSS	0	0	0	0	0
RECEITA BRUTA	16.204.233.045	100	16.029.361.793	100	1,09
(-) Deduções	2.876.569.590	17,75	2.923.566.486	18,24	-1,61
RECEITA LÍQUIDA	13.327.663.455	82,25	13.105.795.307	81,76	1,69

Fonte: Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 e 2020

DESPESA FIXADA PARA O EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)					
Especificação	2021		2020		Δ%
	Despesa Fixada	%	Despesa Fixada	%	
1. Despesas Correntes (I)	11.104.451.859	83,32	11.060.434.793	84,39	0,40
1.1. Pessoal e Encargos	6.580.281.354	49,37	7.071.338.324	53,96	-6,94
1.2. Juros e Encargos da Dívida	262.153.926	1,97	219.579.000	1,68	19,39
1.3. Outras Despesas Correntes	4.262.016.579	31,98	3.769.517.469	28,76	13,07
2. Despesas de Capital (II)	2.211.211.596	16,59	2.035.010.504	15,53	8,66
2.1. Investimentos	1.680.043.421	12,61	1.431.665.405	10,92	17,35
2.2. Inversões Financeiras	22.940.257	0,17	125.904.187	0,96	-81,78



2.3. Amortização da Dívida	508.227.918	3,81	477.440.912	3,64	6,45
3. Reserva de Contingencia (III)	12.000.000	0,09	10.350.010	0,08	15,94
DESPESA TOTAL (I+II+III)	13.327.663.455	100,00	13.105.795.307	100,00	1,69

Fonte: Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 e 2020

A seguir, detalham-se as despesas fixadas por Poder e Órgão na LOA para 2021, comparadas aos valores do exercício anterior.

DESPESA FIXADA POR PODER E ÓRGÃO - TODAS AS FONTES - VALORES EM (R\$)					
Especificação	2021		2020		Δ %
	Despesa Fixada	%	Despesa Fixada	%	
1. Poder Legislativo	522.293.764	3,92	505.617.738	3,86	3,30
1.1 Assembleia Legislativa	387.450.230	2,91	374.348.048	2,86	3,50
1.2 Tribunal de Contas do Estado	134.843.534	1,01	131.269.690	1,00	2,72
2. Poder Judiciário	691.725.430	5,19	669.302.223	5,11	3,35
3. Ministério Público	231.075.534	1,73	223.776.361	1,71	3,26
4. Poder Executivo	11.774.826.402	88,35	11.606.830.845	88,56	1,45
4.1 Defensoria Pública do Estado	95.742.325	0,72	89.918.130	0,69	6,48
Reserva de Contingência	12.000.000	0,09	10.350.010	0,08	15,94
TOTAL	13.327.663.455	100	13.105.795.307	100	1,69

Fonte: Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 e 2020

2. RECEITAS

[Retorno ao Sumário](#)

As receitas correspondem aos ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar as suas necessidades de investimentos públicos. Elas possuem diversas origens: recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos por outros entes, exploração do patrimônio estadual ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

Da receita bruta, deve-se excluir as deduções da receita para se chegar à receita líquida, que é o valor que o Estado efetivamente poderá gastar. Fazem parte das deduções da receita as transferências constitucionais aos municípios, os repasses ao FUNDEB e as restituições aos contribuintes.



2.1. RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

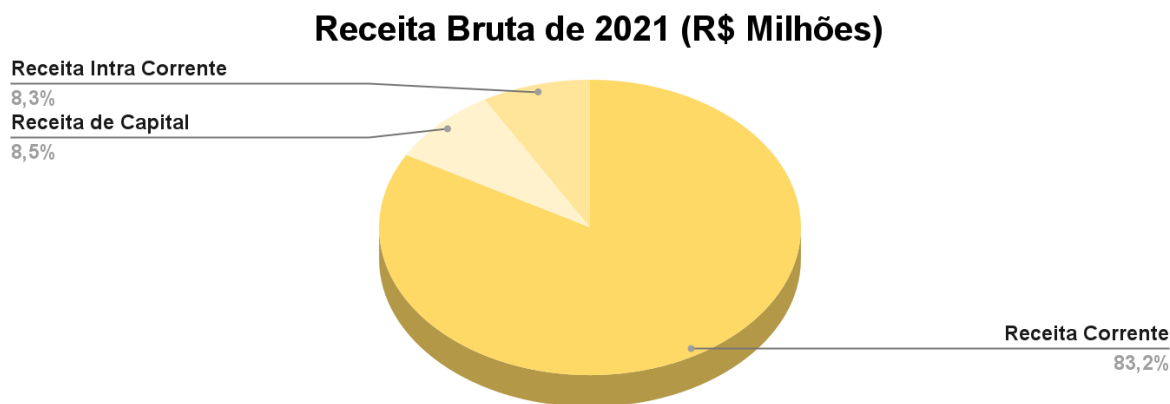
[Retorno ao Sumário](#)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estimou a receita bruta de 2021 em R\$ 16.204.233.045 para os Orçamentos Fiscal, Seguridade Social e o de Investimento das empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto. A arrecadação bruta de 2021 foi de R\$ 18.795.256.409 valor que superou o previsto na LOA em R\$ 2.591.023.364. A receita líquida, por sua vez, atingiu 14,35% da receita prevista.

As tabelas e o gráfico a seguir registram a composição da receita arrecadada do Estado e as respectivas deduções:

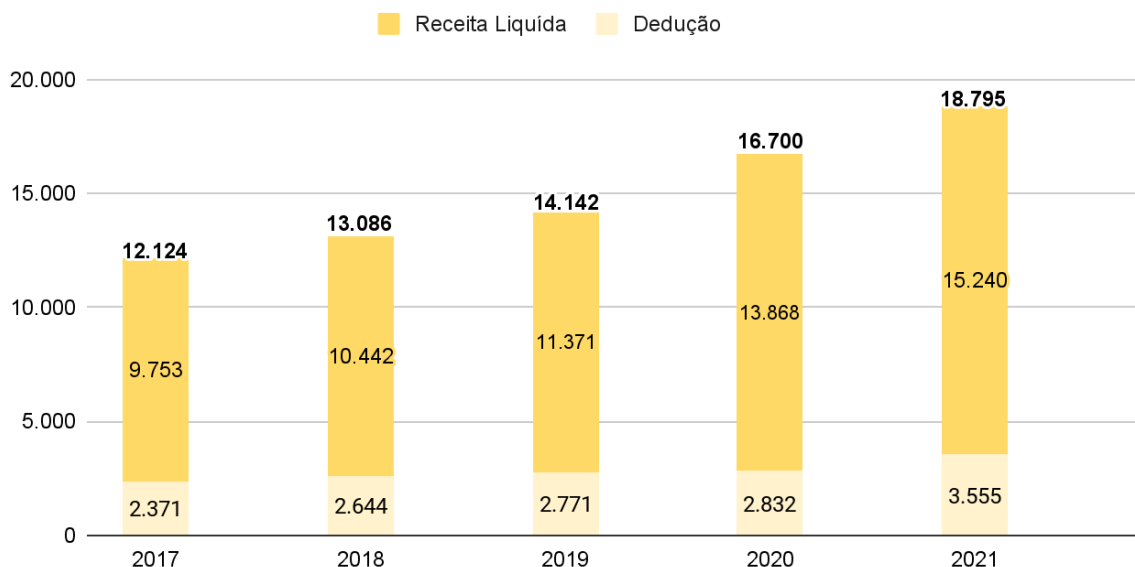
RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA EM 2021 (R\$ MILHÕES)						
	2021			2020		
Descrição	Receita Prevista (a)	Receita Arrecadada (b)	% (b/a)	Receita Prevista (a)	Receita Arrecadada (b)	% (b/a)
RECEITA BRUTA	16.204.233.045	18.795.256.409	115,99	16.029.361.793	16.700.707.802	104,19
Receita Corrente	13.391.734.561	15.628.896.486	116,71	13.611.832.912	15.152.878.128	111,32
Receita de Capital	1.577.993.809	1.600.065.111	101,40	1.557.472.084	357.624.043	22,96
Receita Intra Orçamentária Corrente	1.234.504.675	1.566.294.812	126,88	860.056.797	1.190.205.631	138,39
Receita Intra Orçamentária Capital	0	0	-	0	0	-
(-) Deduções	(2.876.569.590)	(3.555.424.580)	123,60	(2.923.566.486)	(2.832.343.562)	96,88
RECEITA LÍQUIDA	13.327.663.455	15.239.831.829	114,35	13.105.795.307	13.868.364.240	105,82

Fonte: Anexo X, da Lei 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada



O gráfico a seguir apresenta a evolução da receita arrecadada do Estado e as respectivas deduções nos anos de 2017 a 2021:

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA ARRECADADA (R\$ MILHÕES)



Analisando o gráfico, verifica-se que as receitas brutas arrecadas em 2021 tiveram um crescimento de 12,55% em relação ao exercício de 2020.

Destacam-se como as maiores da Receitas Realizadas em 2021 as Transferências Correntes, na ordem de 41,22%, seguidas das Receitas Tributárias, que contribuíram com 30,38%. O critério geral utilizado para registro da receita orçamentária é o do ingresso de disponibilidades.

A tabela abaixo registra a composição da receita arrecadada do Estado segundo as categorias econômicas:

RECEITA ARRECADADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (R\$)							
Especificação	2021			2020			Variação da Receita Líquida (%)
	Receita Bruta	Deduções	Receita Líquida	Receita Bruta	Deduções	Receita Líquida	
Receitas Correntes	15.628.896.486	3.555.424.580	12.073.471.906	15.152.878.128	2.832.343.562	12.320.534.566	-2,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.090.357.898	2.459.835.366	4.630.522.531	5.904.288.915	2.022.146.971	3.882.141.944	19,28%
Contribuições	952.070.559	252.061	951.818.498	869.916.966	9.566	869.907.401	9,42%
Receita Patrimonial	124.608.827	18.268	124.590.558	48.350.755	0	48.350.755	157,68%
Receita de	33.259.948	0	33.259.948	19.007.879	0	19.007.879	74,98%



Serviços							
Transferências Correntes	7.377.339.780	1.095.213.411	6.282.126.369	8.237.709.623	810.187.026	7.427.522.597	-15,42%
Outras Receitas Correntes	51.259.475	105.473	51.154.002	73.603.991	0	73.603.991	-30,50%
Receitas de Capital	1.600.065.111	0	1.600.065.111	357.624.043	0	357.624.043	347,42%
Operações de Crédito	1.506.420.242	0	1.506.420.242	279.318.013	0	279.318.013	439,32%
Alienação de Bens	3.686.566	0	3.686.566	1.297.382	0	1.297.382	184,15%
Amortização de Empréstimos	158.867	0	158.867	158.670	0	158.670	0,12%
Transferências de Capital	89.799.437	0	89.799.437	76.849.978	0	76.849.978	16,85%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0	-
Receitas Intra Correntes	1.566.294.812	0	1.566.294.812	1.190.205.631	0	1.190.205.631	31,60%
Receita de Contribuições	1.566.294.812	0	1.566.294.812	1.098.558.900	0	1.098.558.900	42,58%
Receita Patrimonial	0	0	0	91.646.731	0	91.646.731	-
TOTAL	18.795.256.409	3.555.424.580	15.239.831.829	16.700.707.802	2.832.343.562	13.868.364.240	9,89%

Fonte: Anexo X, da Lei 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

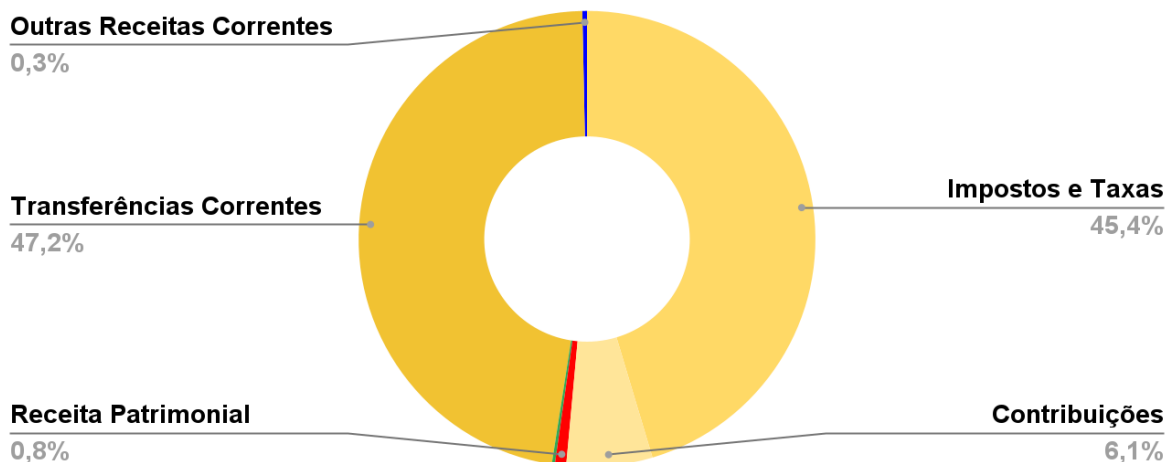
2.1.1. RECEITAS CORRENTES

[Retorno ao Sumário](#)

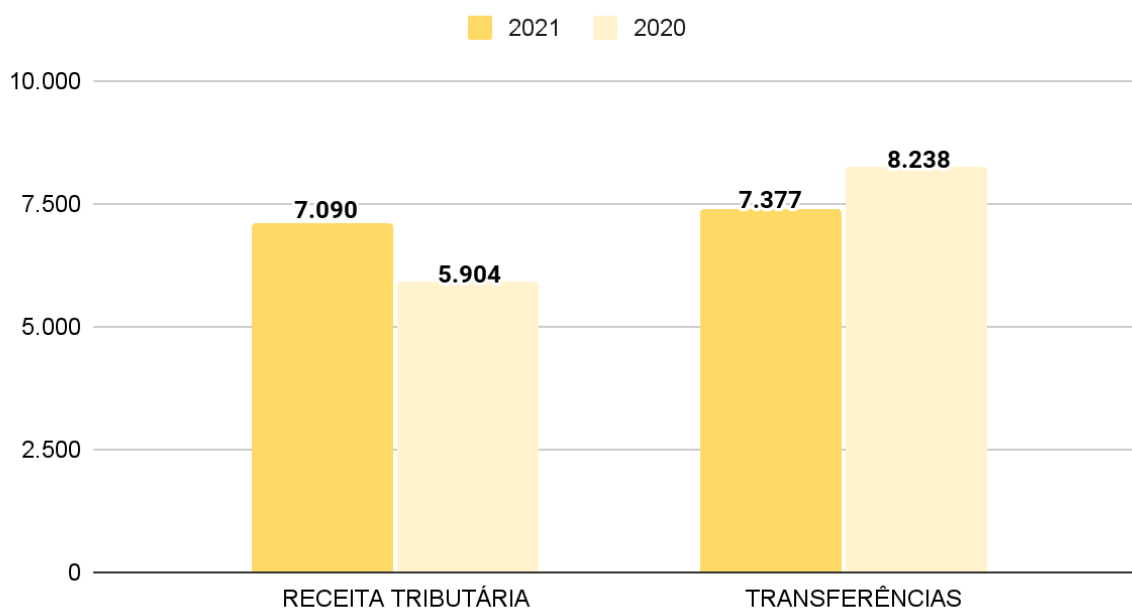
As Receitas Correntes representaram 83,15% da arrecadação total do Estado no exercício de 2021, sendo esta categoria econômica responsável pela principal fonte das receitas estaduais. Houve uma variação percentual com relação ao ano anterior na ordem de 3,14%.

As Receitas Tributárias, compostas por impostos e taxas, representaram 45,37% do total das Receitas Correntes e 37,72% da Receita Total Arrecadada. A arrecadação bruta das receitas correntes em 2021 foi de R\$ 15.628.896.486.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES BRUTAS DE 2021



Principais Receitas Correntes (R\$ Milhões)



A seguir, detalham-se as principais origens de receitas correntes do Estado (receita tributária e transferências correntes).

2.1.1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA

[Retorno ao Sumário](#)

A maior arrecadação do Estado é de origem tributária, composta por impostos e taxas. O total bruto arrecadado foi de R\$ 7.090.357.898, sendo R\$ 6.704.209.515 de impostos, entre os quais se destacam o ICMS, o IPVA, o IRRF e o ITCMD.



As taxas cobradas pelo Estado, sejam elas derivadas do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços, somaram R\$ 386.148.383. Após todas as deduções de receita, a receita tributária líquida foi de R\$ 4.630.522.531.

A variação da Receita Tributária Bruta apresentou um aumento percentual na ordem de 20,09% em relação ao exercício de 2020, conforme a tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA, INCLUINDO MULTAS, JUROS E DÍVIDA ATIVA (R\$)						
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Líquida 2021/2020	Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida		
Impostos	6.704.209.515	4.249.133.096	5.597.492.444	3.578.993.857	18,72%	19,77%
IRRF	596.511.446	596.511.446	500.828.609	500.828.609	19,10%	19,10%
IPVA	361.466.038	144.548.872	346.451.039	138.551.753	4,33%	4,33%
ITCMD	46.109.877	36.844.495	25.097.385	20.068.334	83,60%	83,72%
ICMS	5.700.122.154	3.471.228.283	4.725.115.411	2.919.545.160	18,90%	20,63%
Taxas	386.148.383	381.389.436	306.796.470	303.148.087	25,81%	25,86%
Prestação de serviços	381.705.426	376.946.478	303.527.532	299.879.148	25,70%	25,76%
Exercício do Poder de Polícia	4.442.957	4.442.957	3.268.939	3.268.939	35,91%	35,91%
TOTAL	7.090.357.898	4.630.522.531	5.904.288.915	3.882.141.944	19,28%	20,09%

Fonte: Anexo X, da Lei 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

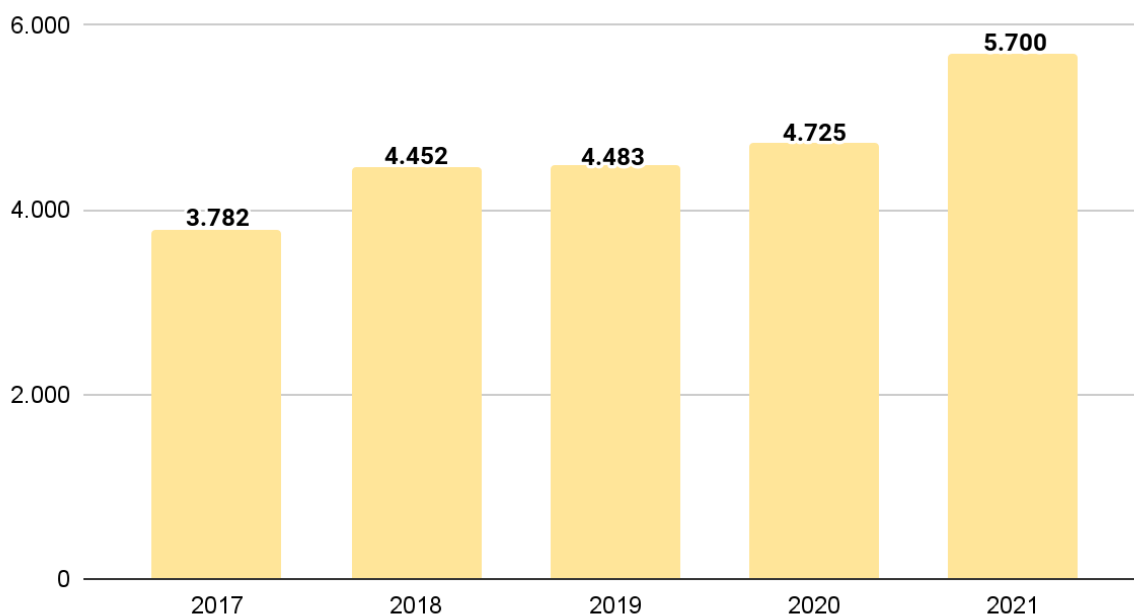
2.1.1.1.1. ICMS

[Retorno ao Sumário](#)

A arrecadação bruta do ICMS, somando-se à arrecadação com multas, juros e dívida ativa, mais o FECOP, foi de R\$ 5.700.122.153,80, representando 80,39% de toda a Receita Tributária Estadual do exercício de 2021. Com uma variação bruta de 20,63% ao arrecadado em 2020, o ICMS é o imposto mais importante na arrecadação do Estado e equivalente a 30,33% da receita bruta total.

Do valor arrecadado de ICMS, 75% fica para o Estado e 25% é dividido com os municípios Piauienses.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE ICMS (R\$ MILHÕES)

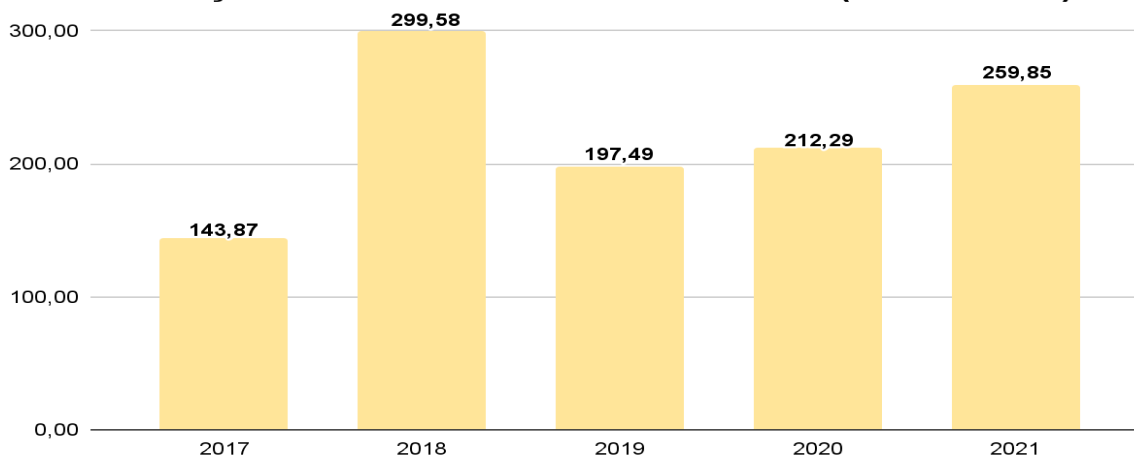


2.1.1.1.2. FECOP

[Retorno ao Sumário](#)

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, instituído pela Lei Ordinária nº 5.622, em 28 de dezembro de 2006, corresponde ao adicional de 2% (dois por cento) na alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. No ano de 2021, para o FECOP, arrecadou-se o montante de R\$ 259.851.430,78, representando 3,66% das Receitas Tributárias e demonstrando uma variação positiva de 22,40% em relação ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DO FECOP (R\$ MILHÕES)

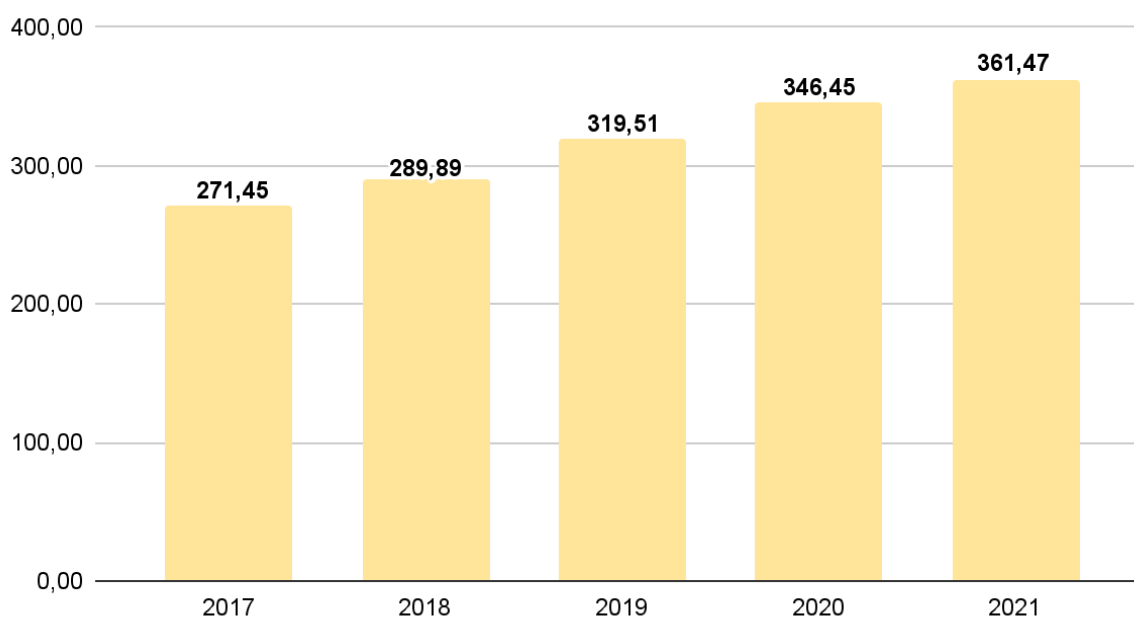


2.1.1.1.3. IPVA

[Retorno ao Sumário](#)

O segundo imposto com a maior arrecadação bruta no exercício foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o qual totalizou R\$ 361.466.038,31. Em 2021, o incremento percentual desta Receita, comparado com o ano de 2020, foi de 4,33%. A arrecadação do IPVA representa 5,10% da Receita Tributária.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE IPVA (R\$ MILHÕES)



Do valor arrecadado com IPVA, 20% vai diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que financia a educação básica. Dos 80% que restam da arrecadação com o imposto, metade fica com o Estado e a outra metade é repassada para o município em que o veículo está licenciado.

2.1.1.1.4. IRRF

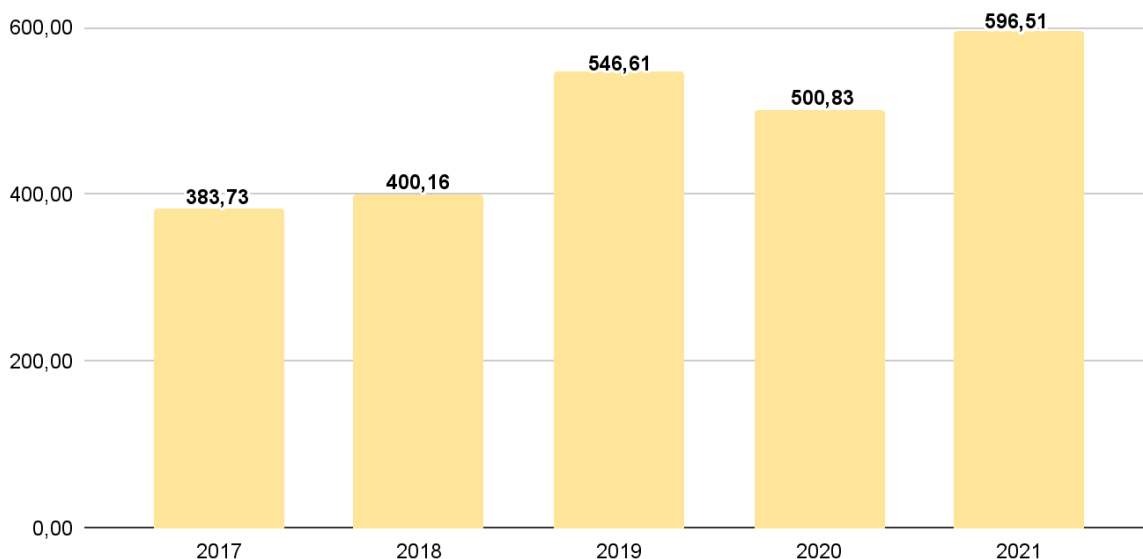
[Retorno ao Sumário](#)

A Constituição Federal, no art. 157, inciso I determina que pertence ao Estado o imposto de renda e os proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, pagos por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

Em 2021, a arrecadação bruta do IRRF alcançou o patamar de R\$ 596.511.446,06, com um aumento percentual de 19,10% em relação a 2020, representando 8,41% das Receitas

Tributárias. A principal fonte desta receita é oriunda da retenção na fonte dos salários dos servidores do Estado.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTO DE RENDA (R\$ MILHÕES)

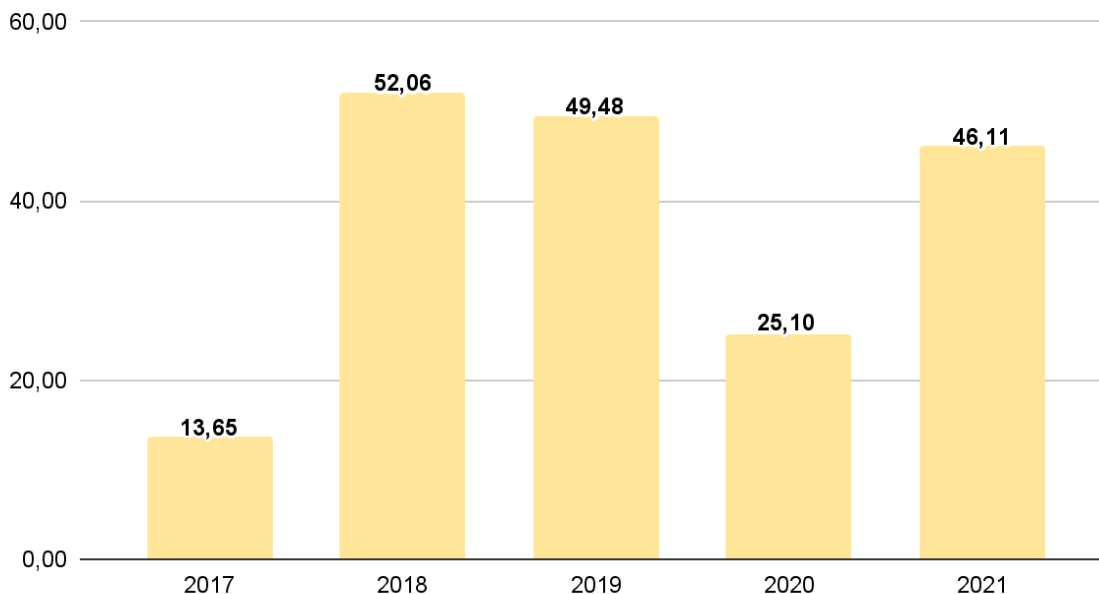


2.1.1.1.5. ITCMD

[Retorno ao Sumário](#)

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança. Em 2021, esse imposto atingiu o montante de R\$ 46.109.876,58 de arrecadação bruta, incluídos nesse valor as multas, os juros e a dívida ativa. O valor arrecadado foi 83,72% maior do que no ano anterior e representou 0,65% da Receita Tributária.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE ITCMD (R\$ MILHÕES)



2.1.1.1.6. TAXAS

[Retorno ao Sumário](#)

As principais taxas que figuram hoje na arrecadação estadual são as provenientes do exercício do poder de polícia e da prestação de serviços públicos.

A arrecadação bruta de 2021 com as taxas, considerando a cobrança também de multas, juros e dívida ativa, foi de R\$ 386.148.382,80, o equivalente a 5,45% da receita tributária bruta. Em relação ao ano de 2020, a arrecadação desse tributo teve um crescimento de 25,86%.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA COM TAXAS EM 2021 (R\$)						
Especificação	2021			2020		
	Receita Bruta	Receita Líquida	%	Receita Bruta	Receita Líquida	%
Taxas pela Prestação de Serviços	381.705.426	376.946.478	98,84	303.527.532	299.879.149	98,92
Taxas pela Prestação de Serviços	272.890.440	272.532.472	71,46	231.727.480	231.483.236	76,36
Emolumentos e Custas Judiciais	108.814.986	104.414.007	27,38	71.800.052	68.395.913	22,56
Taxas pela Exercício do Poder de Polícia	4.442.957	4.442.957	1,16	3.268.939	3.268.939	1,08
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	4.442.957	4.442.957	1,16	3.268.939	3.268.939	1,08
TOTAL	386.148.383	381.389.436	100	306.796.470	303.148.087	100

Fonte: Anexo X, da Lei 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada



2.1.1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO

[Retorno ao Sumário](#)

A Receita Bruta de Contribuição arrecadada no exercício de 2021 totalizou R\$ 952.070.558,78, representando um acréscimo de 9,44% em relação ao ano anterior.

Dentre as Receitas de Contribuições, destacam-se a Contribuição do Servidor Ativo Civil com 35,85% do total deste subgrupo e a Contribuição para os Fundos de Assistência Médica destinadas ao IAPÉP SAÚDE e ao PLAMTA, no valor de R\$ 355.091.097,22.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)					
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	%	Receita Bruta	%	
Contribuição Patronal-ativo Civil	73.256	0,01	54.074	0,01	35,47
Contribuição Serv. Pensionista Civil	51.532.577	5,41	41.276.088	4,74	24,85
Contribuição Serv. Pensionista Militar	0	0,00	0	0,00	-
Contribuição Servidor Ativo Civil	341.335.194	35,85	319.951.278	36,78	6,68
Contribuição Servidor Ativo Militar	34.775.279	3,65	33.344.569	3,83	4,29
Contribuição Servidor Inativo Civil	27.057.393	2,84	17.885.191	2,06	51,28
Contribuição Servidor Inativo Militar	142.205.763	14,94	118.257.601	13,59	20,25
Contribuição para Fundos de Assistência Médica	355.091.097	37,30	339.148.166	38,99	4,70
Outras Contribuições Sociais	0	0,00	0	0,00	-
TOTAL	952.070.559	100	869.916.966	100	9,44

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64 - Receita Segundo as Categorias Econômicas

2.1.1.3. RECEITA PATRIMONIAL

[Retorno ao Sumário](#)

As receitas patrimoniais são provenientes da fruição do patrimônio do Estado, como por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial.



No ano de 2021, a Receita Patrimonial totalizou R\$ 124.608.826,64, com um acréscimo em relação ao ano anterior de 157,72%.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL (R\$)					
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	%	Receita Bruta	%	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	4.952.150	3,97	4.030.967	8,34	22,85%
Aluguéis e Arrendamentos	420	0,00	245	0,00	71,43%
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	399.989	0,32	390.378	0,31	2,46%
Outras Receitas Imobiliárias	4.551.741	3,65	3.640.344	2,92	25,04%
Valores Mobiliários	115.112.781	92,38	36.964.788	76,45	211,41%
Remuneração de Depósitos Bancários	113.124.421	90,78	36.330.134	29,16	211,38%
Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.988.361	1,60	634.655	0,51	213,30%
Dividendos	0	0,00	0	0,00	-
Cessão de Direitos	3.227.698	2,59	7.335.852	15,17	-56,00%
Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	3.227.698	2,59	7.335.852	15,17	-56,00%
Demais Receitas Patrimoniais	1.316.197	1,06	19.147	0,04	6774,10%
TOTAL	124.608.827	100	48.350.755	100	157,72%

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64

2.1.1.4. RECEITA DE SERVIÇOS

[Retorno ao Sumário](#)

As Receitas de Serviços somaram R\$ 33.259.947,63, o que representa um acréscimo de 144,33% em relação a 2020.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE SERVIÇOS (R\$)					
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	%	Receita Bruta	%	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	42.272.251	0,91	15.320.016	80,60	175,93%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	33.259.948	71,62	14.514.178	76,36	129,15%
Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	5.047.515	10,87	91.425	0,48	5420,93%



Serviços de Informação e Tecnologia	3.964.789	8,54	714.413	3,76	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	4.170.075	8,98	3.687.863	19,40	-
Serviços Hospitalares	4.170.075	8,98	3.687.863	19,40	-
TOTAL	46.442.326	100	19.007.879	100	144,33%

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64

2.1.1.5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

[Retorno ao Sumário](#)

As transferências correntes brutas representaram 39,25% da receita bruta total de 2021, perfazendo um montante de R\$ 7.377.339.780,23. Esse valor é 10,44% menor do que no ano anterior.

Essas receitas são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

O maior montante das transferências correntes do Estado corresponde àquelas provenientes da União, que representaram 87,67% das transferências correntes. Entre as transferências da União, a principal refere-se ao FPE, que chegou a R\$ 5.457.862.054 em 2021, quando comparado com 2020 este recurso teve um crescimento de 35,53%.

COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (R\$)					
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida	
União	6.467.648.675	5.372.435.264	7.558.373.891	6.748.186.865	-14,43%
Cota-parte FPE	5.457.862.054	4.366.289.644	4.027.070.834	3.221.656.667	35,53%
Cota-parte IPI	2.053.796	1.232.278	1.065.495	639.298	92,76%
Cota-parte CIDE	11.277.930	8.458.448	17.386.647	13.039.985	-35,13%
Cota-parte IOF	738.089	738.089	199.914	199.914	269,20%
Compensação financeira pela exploração de recursos naturais	29.483.752	29.483.752	18.397.131	18.397.131	60,26%
Sistema Único de Saúde (SUS)	531.834.580	531.834.580	515.914.466	515.914.466	3,09%
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)	41.419.274	41.419.274	44.601.351	44.601.351	-7,13%
Complementação da União ao	250.729.754	250.729.754	228.580.515	228.580.515	9,69%



FUNDEB

Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	111.068.553	111.068.553	110.142.399	110.142.399	0,84%
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	496.259	496.259	2.677.835	2.677.835	-81,47%
Transferências Decorrentes de Decisão Judicial (precatórios) Relativas ao FUNDEF	0	0	1.652.313.027	1.652.313.027	-
Outras Transferências	30.684.634	30.684.634	940.024.276	940.024.276	-96,74%
Municípios	347.980	347.980	5.188.397	5.188.397	-93,29%
Convênios dos Municípios	347.980	347.980	5.188.397	5.188.397	-93,29%
Instituições Privadas	815.633	815.633	817.111	817.111	-0,18%
Transferências de Instituições Privadas	815.633	815.633	817.111	817.111	-0,18%
Outras Instituições Públicas	908.527.493	908.527.493	673.330.224	673.330.224	34,93%
FUNDEB	908.527.493	908.527.493	673.330.224	673.330.224	34,93%
TOTAL	7.377.339.780	6.282.126.369	8.237.709.623	7.427.522.597	-10,44%

Fonte: Anexo X, da Lei 4.320/64

Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE e ICMS – desoneração), uma parte é destinada aos municípios e ao FUNDEB totalizando R\$1.095.213.410,87.

Outro montante representativo das transferências correntes provém do FUNDEB, que totalizou R\$ 908.527.492,70. Esse valor representa o retorno que o Piauí recebeu para aplicação na rede estadual de ensino e foi R\$ 235.197.268,48 maior do que o repassado ao Estado no ano anterior, perfazendo 34,93% de crescimento.

Com relação à Transferência de Recursos do SUS, que totalizou R\$ 531.834.579,75, houve um aumento de 3,09% em 2021, quando comparado à soma dos valores recebidos em 2020.

2.1.1.5.1. EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS - FPE

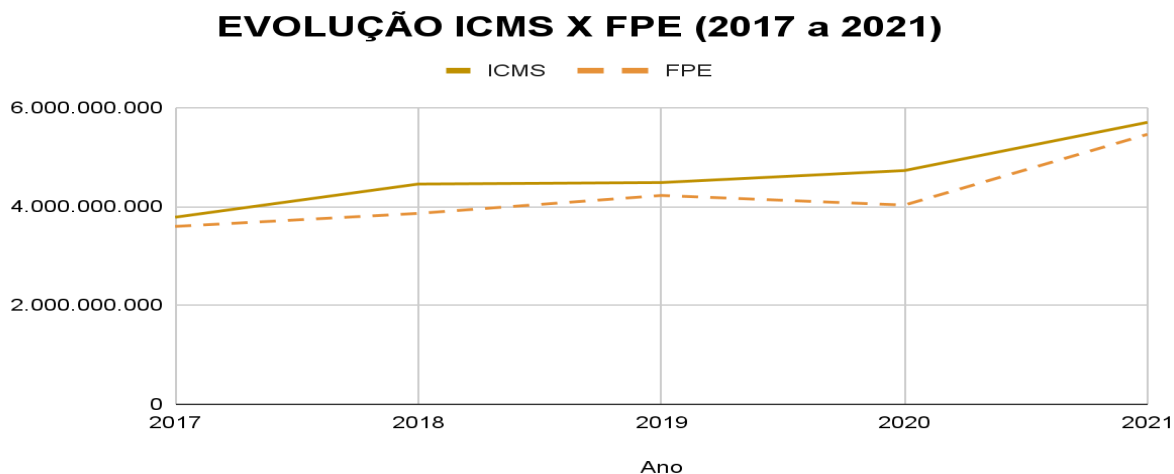
[Retorno ao Sumário](#)

Demonstra-se, na tabela e gráfico seguintes, a arrecadação do FPE e do ICMS no período de 2017 a 2021, apresentando uma evolução no período de 51,77% e 50,72%, respectivamente.



EVOLUÇÃO DO FPE x ICMS						
ANO	FPE	ICMS	Ano anterior		Base Exercício 2017	
			FPE %	ICMS %	FPE %	ICMS %
2017	3.596.026.514	3.781.896.453				
2018	3.859.293.087	4.452.474.237	7,32	17,73	7,32	17,73
2019	4.221.669.675	4.483.004.027	9,39	0,69	17,40	18,54
2020	4.027.070.834	4.725.115.411	-4,61	5,40	11,99	24,94
2021	5.457.862.054	5.700.122.154	35,53	20,63	51,77	50,72

Fonte: SIAFE-PI



2.1.1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES

[Retorno ao Sumário](#)

As outras receitas correntes em 2021 representam um montante de R\$ 51.259.474,75. Esse valor é 30,36% menor do que no ano anterior.

COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS RECEITAS CORRENTES (R\$)					
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	%	Receita Bruta	%	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.678.611	11,08	9.749.147	13,25	-41,75%
Multas Previstas em Legislação Específica	4.042.887	7,89	8.012.435	15,63	-49,54%
Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas	1.261.087	2,46	1.596.218	3,11	-21,00%
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	19.278	0,04	5.597	0,01	244,42%
Multas e Juros Previstos em Contratos	355.359	0,69	134.898	0,26	163,43%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11.720.092	22,86	31.676.317	43,04	-63,00%



Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	4.820	0,01	12.698	0,02	-62,04%
Outras Restituições	480	0,00	0	0,00	-
Outros Ressarcimentos	833	0,00	0	0,00	-
Indenizações- Específicas para Estados/DF/Municípios	309	0,00	0	0,00	-
Restituições - Específicas para Estados/DF/Municípios	6.464	0,01	57.182	0,11	-88,70%
Ressarcimento - Específicas para Estados/DF/Municípios	11.707.186	22,84	31.606.437	61,66	-62,96%
Demais Receitas Correntes	33.860.772	66,06	32.178.527	43,72	5,23%
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	21.512.415	41,97	20.086.233	39,19	7,10%
Ônus de Sucumbência	276.515	0,54	188.521	0,37	46,68%
Outras Receitas - Primárias - Principal	4.846.848	9,46	6.067.006	11,84	-20,11%
Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	7.224.994	14,09	5.836.767	11,39	23,78%
TOTAL	51.259.475	100	73.603.991	100	-30,36%

2.1.1.7. RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTES

[Retorno ao Sumário](#)

A tabela a seguir apresenta a composição das Receitas Intra-Orçamentárias Correntes realizadas nos exercícios de 2021 e 2020.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (R\$)					
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	%	Receita Bruta	%	
Contribuições Sociais - Intra OFSS	1.566.294.811,79	100	1.098.558.899,91	92,30	42,58%
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	725.785.566,98	46,34	633.866.390,31	53,26	14,50%
Contribuição Patronal dos Servidores Civis Inativos	487.997.845,71	31,16	258.773.941,40	21,74	88,58%
Contribuição Patronal dos Pensionistas Civis	156.818.071,42	10,01	76.873.657,76	6,46	103,99%
Contribuição Patronal do Militar Ativo	114.334.394,64	7,30	80.803.059,04	6,79	41,50%
Contribuição Patronal do Militar Inativo	81.254.413,17	5,19	48.173.773,20	4,05	68,67%
Contribuição Patronal dos Pensionistas Militares	104.519,87	0,01	68.078,20	0,01	53,53%
Receita Patrimonial - Intra	0,00	0,00	91.646.731,14	7,70	-



Aluguéis e Arrendamentos	0,00	0,00	91.646.731,14	7,70	-
TOTAL	1.566.294.811,79	100	1.190.205.631,05	100	31,60%

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64

As Receitas de Contribuições Sociais - Intra OFSS representam 8,33% da receita bruta total de 2021, perfazendo um montante de R\$ 1.566.294.811,79. Esse valor é 31,6% maior do que no ano anterior.

2.1.2. RECEITAS DE CAPITAL

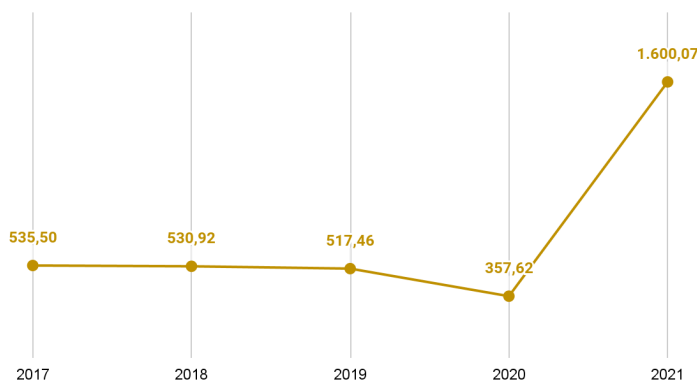
[Retorno ao Sumário](#)

Em 2021, as receitas brutas de capital totalizaram R\$ 1.600.065.111,36, representando 8,51% do total da receita bruta realizada pelo Estado. Essas receitas apresentaram, em relação ao exercício anterior, um crescimento de R\$ 1.242.441.068,75. As origens das receitas de capital foram as operações de crédito captadas pelo Estado, tais como os empréstimos e os financiamentos obtidos, as receitas decorrentes da venda de bens, de amortização de empréstimos concedidos, de transferências de receitas de capital de outros entes, entre outras.

RECEITAS BRUTAS DE CAPITAL POR ORIGEM (R\$)					
Especificação	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	%	Receita Bruta	%	
Operações de Crédito	1.506.420.242,28	94,15	279.318.012,80	78,10	439,32%
Alienação de Bens	3.686.565,74	0,23	1.297.381,63	0,36	184,15%
Amortização de Empréstimos	158.866,64	0,01	158.670,39	0,04	0,12%
Transferências de Capital	89.799.436,70	5,61	76.849.977,79	21,49	16,85%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL	1.600.065.111,36	100	357.624.042,61	100	347,42%

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64

VARIAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL (R\$ MILHÕES)



2.1.2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

[Retorno ao Sumário](#)

As operações de crédito respondem pela maior parte das receitas de capital, com um total de 94,15% de todas essas receitas. Tais operações representam a contratação pelo Estado de empréstimos e financiamentos realizados com entidades estatais ou instituições financeiras, sendo utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

Os valores das operações de créditos internas contratuais (contratadas com credores situados no País) representaram 93,65% das liberações de operações de crédito totais. As operações externas (contratadas com agências de países estrangeiros, organismos internacionais ou instituições financeiras estrangeiras) tiveram um total de 6,35% do montante.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS BRUTAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$)					
Valores liberados de Operações de Crédito	2021		2020		Variação da Receita Bruta 2021/2020
	Receita Bruta	%	Receita Bruta	%	
Operações de Crédito Internas	1.410.787.862,09	93,65	130.266.864,96	46,64	983,00%
Operações de Crédito Internas para Programas de Saneamento	1.154.277,79	0,08	1.329.698,80	0,48	-13,19%
Operações de Crédito Internas para Programas de Moradia Popular	0,00	0,00	148.961,54	0,05	-
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.409.633.584,30	93,58	128.788.204,62	46,11	994,54%
Operações de Crédito Externas	95.632.380,19	6,35	149.051.147,84	53,36	-35,84%
Operações de Crédito Externas para Programas de Modernização da Administração Pública	21.408.000,00	1,42	83.061.755,72	29,74	-74,23%
Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	74.224.380,19	4,93	65.989.392,12	23,63	12,48%
TOTAL	1.506.420.242,28	100	279.318.012,80	100	439,32%

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64

2.2. RECEITA ORÇADA E ARRECADADA POR FONTE DE RECURSOS

[Retorno ao Sumário](#)

A classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos tem como objetivo identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos. Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a

destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM ARRECADADA POR FONTE DE RECURSO EM 2021 (R\$)			
Fonte	Receita		Excesso/Déficit
	Orçada	Arrecadada	
00 - TESOUREO	7.743.169.960,00	8.843.716.155,05	1.100.546.195,05
10 - RECURSOS DE CONVÊNIO	218.964.943,00	145.966.368,45	-72.998.574,55
11 - CIDE	17.833.020,00	8.494.651,71	-9.338.368,29
13 - RECURSOS DO SUS	582.663.059,00	567.000.870,08	-15.662.188,92
14 - RECURSOS DO FNDE	60.559.912,00	42.804.205,75	-17.755.706,25
15 - VALORIZAÇÃO DO ENSINO	1.085.587.526,00	1.163.451.903,41	77.864.377,41
16 - OP. DE CRÉDITO INTERNA	797.739.177,00	1.426.513.584,56	628.774.407,56
17 - OP. DE CRÉDITO EXTERNA	361.180.341,00	97.555.135,08	-263.625.205,92
18 - FUNDOS ESPECIAIS	118.250.719,00	167.418.832,90	49.168.113,90
19 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA	1.773.745.338,00	2.190.667.479,87	416.922.141,87
20 - RECURSOS DO FECOP	202.581.492,00	207.945.540,67	5.364.048,67
22 - IASP E PLAMTA	357.387.968,00	357.818.480,83	430.512,83
24 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DA UNIÃO	8.000.000,00	20.422.191,73	12.422.191,73
25 - RECURSOS LEI 14.017/2020 (LEI ALDIR BLANC)	0,00	56.428,96	56.428,96
TOTAL	13.327.663.455,00	15.239.831.829,05	1.912.168.374,05

Fonte: SIAFE-PI

3. DESPESAS

[Retorno ao Sumário](#)

As leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado autorizaram para o exercício de 2021 a execução de despesas em R\$ 16.946.437.178,00. Desse valor, R\$ 13.327.663.455 foram inicialmente orçados, e R\$ 3.618.773.723 foram incorporados por meio de créditos adicionais.

Despesas Fixadas na LOA	+	Créditos Adicionais	=	Despesas Totais Autorizadas
R\$ 13.327.663.455		R\$ 3.618.773.723		R\$ 16.946.437.178



O quadro a seguir apresenta a atualização quantitativa do orçamento, tendo como fonte o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior. Estes créditos adicionais atualizaram o orçamento em 2021.

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS QUE ATUALIZARAM A DESPESA FIXADA POR FONTE DE RECURSOS (R\$)					
Fonte	Superávit Financeiro		Excesso de Arrecadação		Total
	Superávit Total	Crédito Adicional	Excesso / Déficit Acumulado	Crédito Adicional	
00 - TESOIRO	806.615.504	806.319.877	1.100.546.195	841.327.105	1.647.646.982
10 - RECURSOS DE CONVÊNIO	240.074.647	240.074.647	-72.998.575	0	240.074.647
11 - CIDE	237.045	0	-9.338.368	0	0
13 - RECURSOS DO SUS	116.258.935	116.250.525	-15.662.189	0	116.250.525
14 - RECURSOS DO FNDE	25.942.583	19.000.000	-17.755.706	0	19.000.000
15 - VALORIZAÇÃO DO ENSINO	-16.738.994	0	77.864.377	0	0
16 - OP. DE CRÉDITO INTERNA	179.448.921	178.923.759	628.774.408	619.957.884	798.881.643
17 - OP. DE CRÉDITO EXTERNA	7.429.528	1.469.000	-263.625.206	0	1.469.000
18 - FUNDOS ESPECIAIS	134.951.413	106.476.061	49.168.114	0	106.476.061
19 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA	-40.498.775	0	416.922.142	524.780.257	524.780.257
20 - RECURSOS DO FECOP	142.975.070	142.975.000	5.364.049	8.792.085	151.767.085
21 - RECURSOS DO FUNDO INTEGRADO DE BENS, DIREITOS E ATIVOS DA PREVIDÊNCIA	871.577	0	0	0	0
22 - RECURSOS DO IASP E DO PLAMTA	22.608.262	0	430.513	0	0
23 - RECURSOS DO AUXÍLIO FINANCEIRO LC 173/2020 - AÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.085.456	0	0	0	0
24 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DA UNIÃO	6.655.753	4.611.844	12.422.192	7.005.192	11.617.036
25 - RECURSOS LEI 14.017/2020 (LEI ALDIR BLANC)	73.458	810.487	56.429	0	810.487
TOTAL	1.630.990.383	1.616.911.200	1.912.168.374	2.001.862.523	3.618.773.723

FONTE: SIAFE-PI



3.1. DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

[Retorno ao Sumário](#)

O Orçamento do exercício de 2021 foi atualizado por meio de Crédito Adicional Suplementar, Especial e Extraordinário, tendo sido utilizado como recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso de arrecadação e o remanejamento e/ou cancelamento de dotação.

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS ADICIONAIS - VALORES EM REAIS (R\$)		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
DOTAÇÃO INICIAL	13.327.663.455	13.105.795.307
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	7.190.841.473	5.904.947.783
1. POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	1.369.464.639	797.146.919
2. POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.476.087.528	758.455.932
3. ANULAÇÕES TOTAIS OU PARCIAIS	4.345.289.306	4.349.344.932
DOTAÇÃO ESPECIAL	1.180.745.012	0
1. POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	620.757.884	0
2. POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	140.823.672	0
3. ANULAÇÕES TOTAIS OU PARCIAIS	419.163.456	0
DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	11.640.000	498.857.939
1. POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	11.640.000	160.608.924
2. POR SUPERÁVIT FINANCEIRO	0	46.919.096
3. ANULAÇÕES TOTAIS OU PARCIAIS	0	291.329.919
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	8.383.226.485	6.403.805.722

Fonte: SIAFE-PI

A abertura de créditos adicionais a partir dos recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no montante de R\$ 4.764.452.762 promove apenas variação qualitativa do orçamento, não contribuindo para variação do saldo final. A tabela a seguir resume a execução do orçamento em 2021:

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EXECUTADA EM 2021 (R\$)						
Detalhamento	Fixada (a)	Créditos Adicionais (b)	Autorizada (c = a + b)	Execução (d)	% Executado (d/c)	% Executado/ Total da Despesa
DESPESAS CORRENTES	11.104.451.859	1.788.787.219	12.893.239.078	11.993.550.584	93,02	83,07
Pessoal e Encargos Sociais	6.580.281.354	947.955.055	7.528.236.409	7.426.128.754	98,64	51,43
Juros e Encargos da Dívida	262.153.926	-46.029.071	216.124.855	215.703.440	99,81	1,49



Outras Despesas Correntes	4.262.016.579	886.861.235	5.148.877.814	4.351.718.390	84,52	30,14
DESPESAS DE CAPITAL	2.211.211.596	1.841.964.827	4.053.176.423	2.444.477.109	60,31	16,93
Investimentos	1.680.043.421	1.655.927.394	3.335.970.815	1.735.453.973	52,02	12,02
Inversões Financeiras	22.940.257	124.502.670	147.442.927	145.583.257	98,74	1,01
Amortização da Dívida	508.227.918	61.534.763	569.762.681	563.439.879	98,89	3,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000.000	-11.978.323	21.677	0	0,00	0,00
TOTAL	13.327.663.455	3.618.773.723	16.946.437.178	14.438.027.693	85,20	100

FONTE: Anexo XI da Lei 4.320/64

Do total das despesas autorizadas no orçamento do Estado, foram executados 85,20%, o que equivale a R\$ 14.438.027.692,77. Do montante executado, 51,43% referem-se a despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 30,14% destinaram-se às despesas com a manutenção dos serviços públicos, seja de forma direta ou por meio de transferências a outras instituições, públicas e privadas. Os investimentos públicos, que correspondem à soma das despesas de investimentos e inversões financeiras, somaram 13,03% do total das despesas do Estado no ano. O valor da despesa total com a dívida pública chegou a 5,40%, sendo 1,49% referentes a juros e encargos, e 3,90% relativos à amortização do valor principal dos empréstimos tomados pelo Estado.

3.1.1. DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

[Retorno ao Sumário](#)

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EXECUTADA POR CATEGORIA ECONÔMICA (R\$)					
Detalhamento	2021		2020		Variação da Despesa Executada 2021/2020
	Despesa Autorizada	Despesa Executada	Despesa Autorizada	Despesa Executada	
DESPESAS CORRENTES	12.893.239.078	11.993.550.584	12.410.837.711	11.133.119.299	7,73%
Pessoal e Encargos Sociais	7.528.236.409	7.426.128.754	7.644.846.396	7.300.916.458	1,72%
Juros e Encargos da Dívida	216.124.855	215.703.440	164.913.019	163.831.038	31,66%
Outras Despesas Correntes	5.148.877.814	4.351.718.390	4.601.078.296	3.668.371.803	18,63%
DESPESAS DE CAPITAL	4.053.176.423	2.444.477.109	2.458.088.361	1.341.930.844	82,16%
Investimentos	3.335.970.815	1.735.453.973	1.944.235.205	837.580.936	107,20%
Inversões Financeiras	147.442.927	145.583.257	62.297.692	53.155.690	173,88%

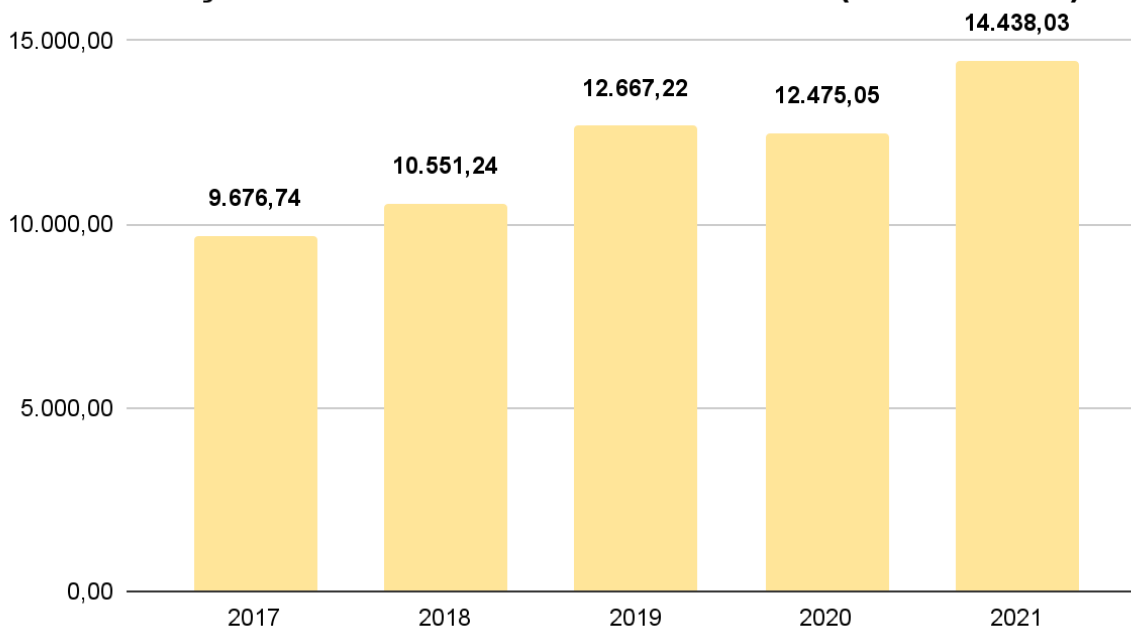


Amortização da Dívida	569.762.681	563.439.879	451.555.464	451.194.217	24,88%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.677	0	106	0	-
TOTAL	16.946.437.178	14.438.027.693	14.868.926.178	12.475.050.143	15,74%

FONTE: Anexo II, da Lei 4.320/64

O total das despesas realizadas no exercício alcançaram um acréscimo percentual de 15,74% em relação a 2020.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS EXECUTADAS (R\$ MILHÕES)



3.1.1.1. DESPESAS REALIZADAS POR PODER

[Retorno ao Sumário](#)

O demonstrativo seguinte evidencia as despesas autorizadas e realizadas por Poder, Categoria e Grupo de Despesa em 2021.

DESPESA POR PODER, CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA (R\$)			
Poder / Categoria Econômica / Grupo de Despesa	Orçamento Atualizado	Despesa Realizada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa
EXECUTIVO	15.367.319.587,00	12.887.969.997,74	89,26
3 - Despesas Correntes	11.381.245.925,97	10.495.490.196,59	72,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.508.090.383,00	6.407.409.029,35	44,38
2 - Juros e Encargos da Dívida	216.103.171,00	215.681.756,82	1,49
3 - Outras Despesas Correntes	4.657.052.371,97	3.872.399.410,42	26,82
4 - Despesas de Capital	3.986.073.661,03	2.392.479.801,15	16,57
4 - Investimentos	3.274.604.956,03	1.689.212.529,66	11,70



5 - Inversões Financeiras	147.442.927,00	145.583.256,67	1,01
6 - Amortização da Dívida	564.004.101,00	557.684.014,82	3,86
9 - Reserva de Contingência	21.677,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIO	750.387.534,00	728.259.461,10	5,04
3 - Despesas Correntes	702.459.985,00	692.706.817,75	4,80
1 - Pessoal e Encargos Sociais	531.829.863,00	531.271.094,91	3,68
3 - Outras Despesas Correntes	170.630.122,00	161.435.722,84	1,12
4 - Despesas de Capital	47.927.549,00	35.552.643,35	0,25
4 - Investimentos	47.927.549,00	35.552.643,35	0,25
LEGISLATIVO	582.731.311,00	578.425.874,59	4,01
3 - Despesas Correntes	569.717.889,00	566.046.892,96	3,92
1 - Pessoal e Encargos Sociais	300.590.666,00	299.723.137,45	2,08
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	269.127.223,00	266.323.755,51	1,84
4 - Despesas de Capital	13.013.422,00	12.378.981,63	0,09
4 - Investimentos	7.493.422,00	6.861.697,10	0,05
6 - Amortização da Dívida	5.520.000,00	5.517.284,53	0,04
MINISTÉRIO PÚBLICO	245.998.746,00	243.372.359,34	1,69
3 - Despesas Correntes	239.815.278,00	239.306.676,32	1,66
1 - Pessoal e Encargos Sociais	187.725.497,00	187.725.491,87	1,30
2 - Juros e Encargos da Dívida	21.684,00	21.683,36	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	52.068.097,00	51.559.501,09	0,36
4 - Despesas de Capital	6.183.468,00	4.065.683,02	0,03
4 - Investimentos	5.944.888,00	3.827.103,38	0,03
6 - Amortização da Dívida	238.580,00	238.579,64	0,00
TOTAL	16.946.437.178,00	14.438.027.692,77	100

Fonte: SIAFE-PI

3.1.1.2. DESPESAS CORRENTES

[Retorno ao Sumário](#)

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. As Despesas Correntes representaram 83,07% do total das despesas do Estado em 2021. Estas despesas tiveram um crescimento percentual de 7,73% em relação a 2020.



3.1.1.2.1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

[Retorno ao Sumário](#)

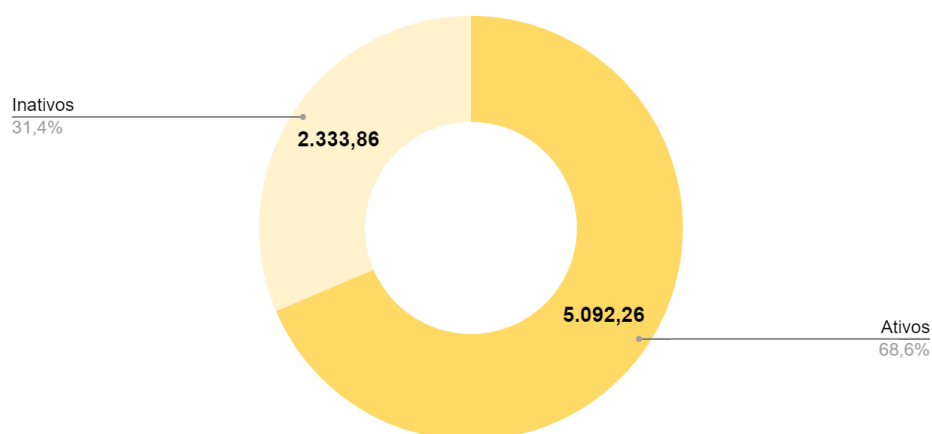
A maior e mais significativa despesa do Estado é com pessoal, que em 2021 representou 51,43% de todas as despesas executadas, 1,72% a mais que em 2020.

O valor total da despesa com pessoal em 2021 foi de R\$ 7.426.128.753,58. Desse valor, R\$ 5.092.264.905,33 (68,57%) referem-se ao pessoal ativo e R\$ 2.333.863.848,25 (31,43%) são referentes ao pessoal inativo e pensionistas.

DESPESA DE PESSOAL (R\$)					
Detalhamento	2021		2020		Variação da Despesa Executada 2021/2020
	Despesa Realizada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	Despesa Realizada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	
Aposentadorias e Reformas	1.803.275.165	24,70%	1.773.696.396	24,29%	1,67%
Pensões	530.588.683	7,27%	520.891.498	7,13%	1,86%
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.350.653.199	45,89%	3.218.936.282	44,09%	4,09%
Outras Despesas de Pessoal	1.741.611.706	23,85%	1.787.392.283	24,48%	-2,56%
TOTAL	7.426.128.754	100%	7.300.916.458	100%	1,72%

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64 - Despesa Segundo as Categorias Econômicas

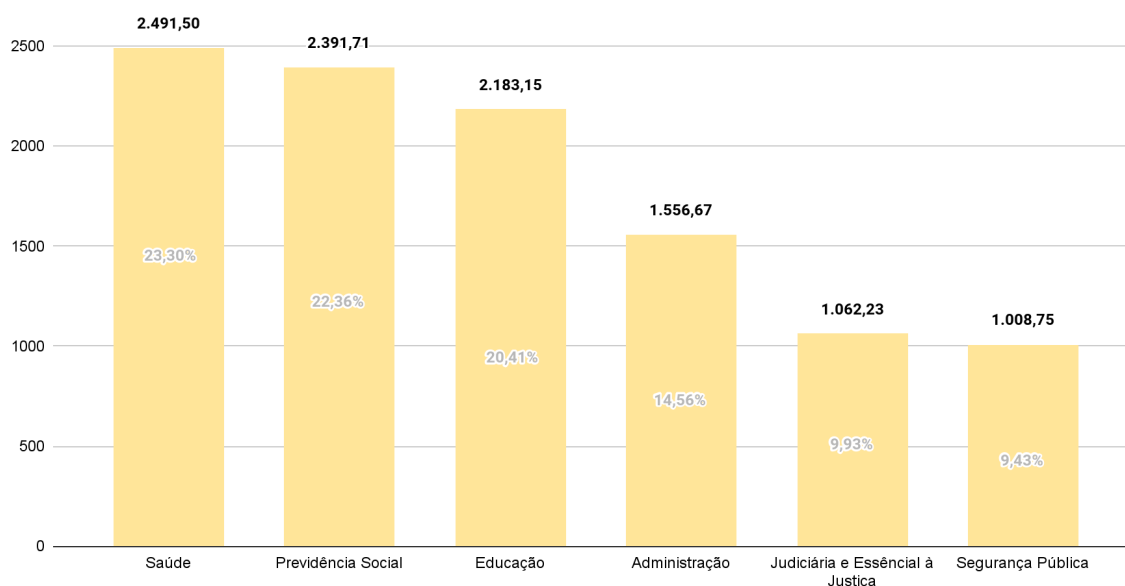
DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS (R\$)



Assim como nos demais entes federativos, o regime de previdência dos servidores do Estado (RPPS) tem apresentado elevada insuficiência financeira, sendo essa situação uma das maiores limitações financeiras do Estado. Em 2021, a insuficiência financeira foi de R\$ 290.116.451,18, ou seja, 13,32% das despesas com pagamento de inativos e pensionistas foram custeadas com recursos do Tesouro Estadual, mesmo que por intermédio dos demais

Poderes e Órgãos com poder de autogoverno. Para dimensionar o tamanho das despesas com inativos e pensionistas em relação a outras áreas de atendimento à sociedade, foram selecionadas as áreas com maiores gastos em 2021.

COMPARATIVO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS EXECUTADAS COM AS CINCO MAIORES ÁREAS DE ATENDIMENTO À SOCIEDADE (R\$ MILHÕES)

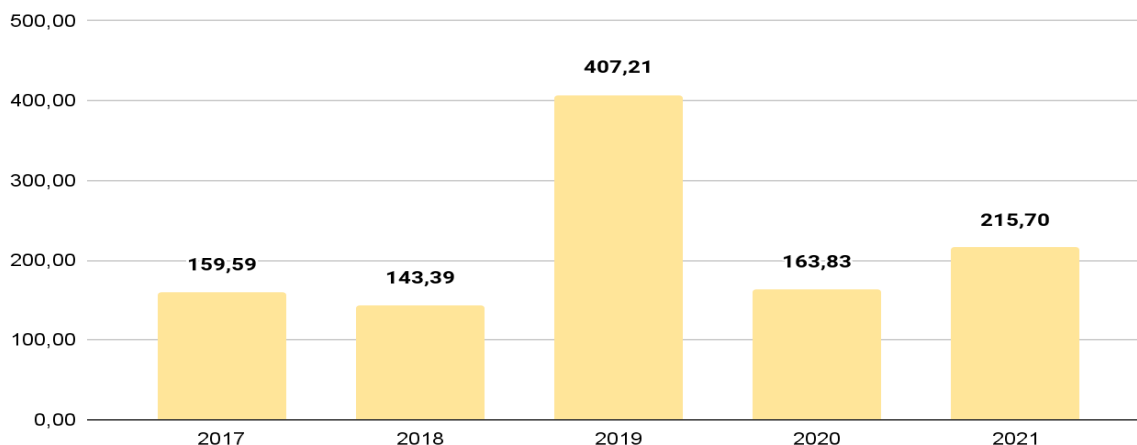


3.1.1.2.2. DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

[Retorno ao Sumário](#)

As despesas com juros e encargos da dívida do Estado em 2021, totalizaram R\$ 215.703.440,18 demonstrando um acréscimo percentual de 31,66% em relação ao exercício de 2020.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (R\$)





3.1.1.2.3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

[Retorno ao Sumário](#)

As despesas com manutenção dos serviços públicos e aquelas gastas com pessoal constituem a base para a prestação de serviços públicos. Os gastos denominados de despesas com manutenção dos serviços públicos compreendem aqueles relativos a apoio administrativo, energia elétrica, consumo de água, telefone, material de consumo, locação de imóveis, etc., aplicados diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais, ou por meio de transferências a instituições públicas e privadas.

Do total das despesas executadas em 2021, 29,41%, no montante de R\$ 3.668.371.803,30, corresponderam aos gastos com manutenção dos serviços públicos no grupo de despesa Outras Despesas Correntes, o que representa um acréscimo de 9,99% em relação ao exercício anterior.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES (R\$)					
Detalhamento	2021		2020		Variação da Despesa Executada 2021/2020
	Despesa Realizada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	Despesa Realizada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	
Serviços de Terceiros	1.803.546.508	41,44	1.348.500.229	36,76	33,74%
Material de Consumo	435.473.856	10,01	413.814.219	11,28	5,23%
Diárias	21.508.940	0,49	14.043.197	0,38	53,16%
Material de Distribuição Gratuita	20.047.012	0,46	32.500.477	0,89	-38,32%
Locação de Mão-de-Obra	238.634.508	5,48	207.582.302	5,66	14,96%
Contribuições	163.182.083	3,75	392.727.569	10,71	-58,45%
Despesas de Exercícios Anteriores	400.233.167	9,20	324.285.185	8,84	23,42%
Outras	1.269.092.317	29,16	934.918.625	25,49	35,74%
TOTAL	4.351.718.390	100	3.668.371.803	100	18,63%

Fonte: Siafe PI

3.1.1.3. DESPESAS DE CAPITAL

[Retorno ao Sumário](#)

As Despesas de Capital em 2021 totalizaram R\$ 2.444.477.109,15, representando 16,93% da despesa total, com um acréscimo percentual de 82,16% em relação a 2020.



3.1.1.3.1. INVESTIMENTOS PÚBLICOS

[Retorno ao Sumário](#)

Os investimentos públicos realizados em 2021 somaram R\$ 1.735.453.973,49, ou seja, 12,02% do total das despesas executadas.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Investimentos correspondem a toda despesa de capital que gera serviços e acresce o Produto Interno Bruto (PIB), como, por exemplo, planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.



Inversão Financeira é a despesa de capital que não gera serviços e acréscimo ao PIB, como aquisição de imóvel, aumento de capital de empresas ou aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas.

Do total aplicado em investimentos públicos, 46,33% foi destinado à área de transporte, que corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura das estradas do Estado, com o valor total de R\$ 804.040.052,60 em 2021.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS POR FUNÇÃO (R\$)					
Função	2021		2020		Variação da Despesa Executada 2021/2020
	Despesa Executada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	Despesa Executada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	
Transporte	804.040.053	46,33	351.075.582	41,92	129,02%
Educação	244.064.702	14,06	66.501.177	7,94	267,01%
Urbanismo	132.520.068	7,64	74.343.314	8,88	78,25%
Saúde	104.563.470	6,03	89.147.204	10,64	17,29%
Agricultura	100.281.284	5,78	54.449.077	6,50	84,17%
Comércio e Serviços	85.751.586	4,94	30.043.616	3,59	185,42%
Administração	78.489.468	4,52	56.857.769	6,79	38,05%
Segurança Pública	47.532.967	2,74	23.856.586	2,85	99,24%
Judiciária	35.552.643	2,05	35.009.019	4,18	1,55%
Saneamento	30.304.221	1,75	12.182.063	1,45	148,76%
Demais Funções	72.353.510	4,17	44.115.531	5,27	64,01%
TOTAL	1.735.453.973	100	837.580.936	100	107,20%

Fonte: Siafe PI



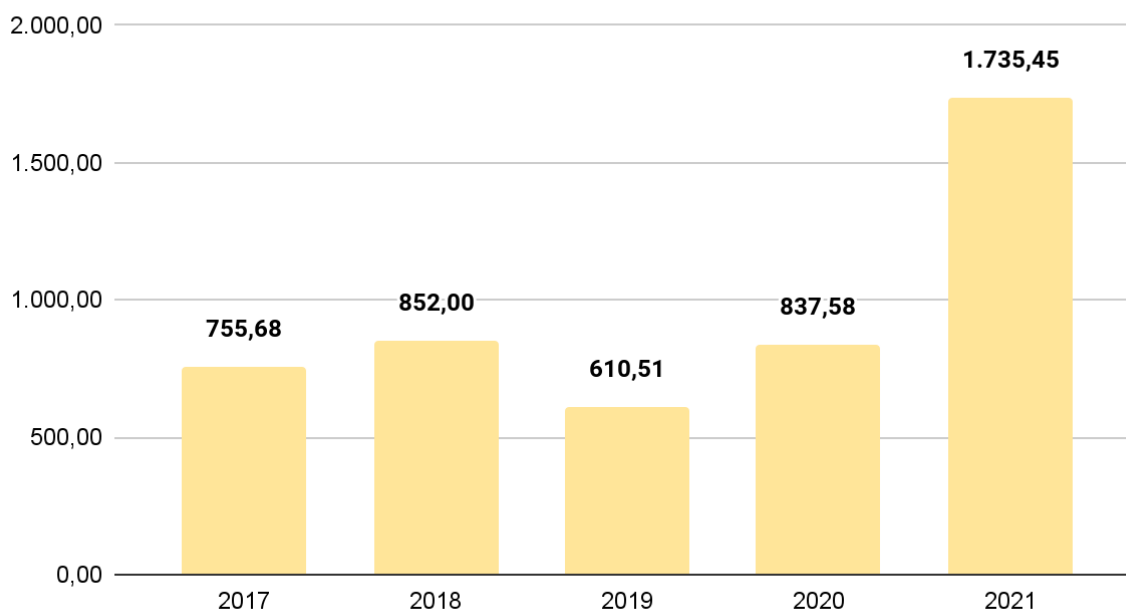
3.1.1.3.1.1. INVESTIMENTOS

Em 2021, os gastos com investimentos totalizaram R\$ 1.735.453.973, representando um acréscimo de 107,20% em relação ao ano anterior, conforme quadro a seguir:

DESPESA COM INVESTIMENTOS (R\$)					
Detalhamento	2021		2020		Variação da Despesa Executada 2021/2020
	Despesa Realizada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	Despesa Realizada	% Despesa Realizada/ Total da Despesa	
Obras e Instalações	1.201.195.551	69,22	510.041.043	60,89	135,51
Equipamentos e Mat. Permanente	294.470.053	16,97	152.461.237	18,20	93,14
Despesas de Exercícios Anteriores	101.204.648	5,83	79.186.241	9,45	27,81
Outros Investimentos	138.583.721	7,99	95.892.415	11,45	44,52
TOTAL	1.735.453.973	100	837.580.936	100	107,20

Fonte: Anexo II, da Lei 4.320/64

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)

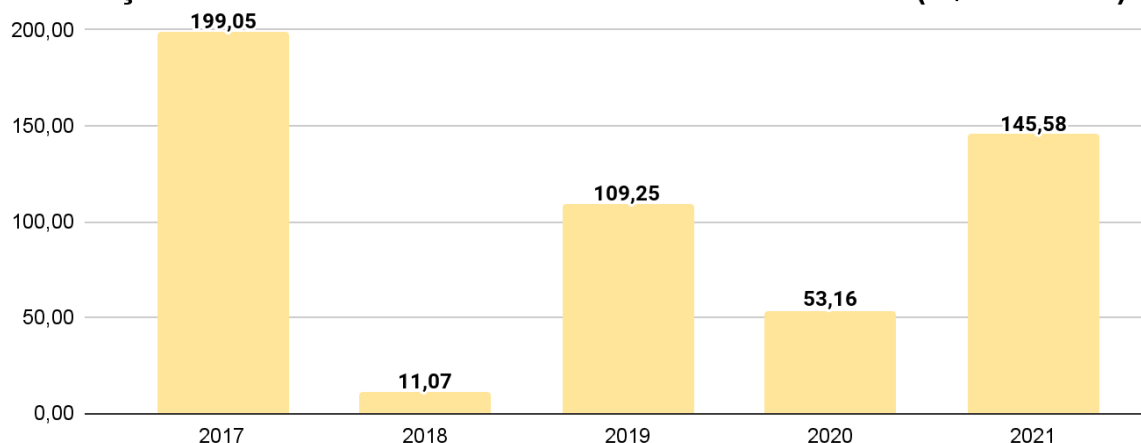


3.1.1.3.1.2. INVERSÕES FINANCEIRAS

[Retorno ao Sumário](#)

As despesas com inversões financeiras totalizaram no ano de 2021 o montante de R\$ 145.583.256,67, dos quais R\$ 142.522.169,38 foram destinados à incorporação no capital das Empresas Estatais do Estado.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS (R\$ MILHÕES)

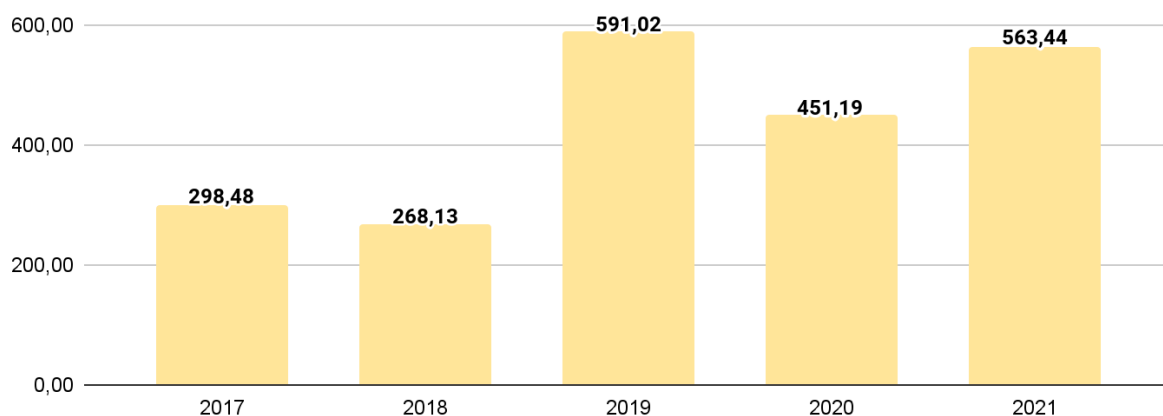


3.1.1.3.2. DESPESAS COM AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

[Retorno ao Sumário](#)

As despesas com Amortização da Dívida realizadas em 2021 totalizaram R\$ 563.439.878,99, representando um percentual de 3,90% da despesa total.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (R\$ MILHÕES)



3.1.2. DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÃO

[Retorno ao Sumário](#)

Em conformidade com a Lei federal nº 4.320/64, a Despesa do Estado está classificada em funções. A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, segurança, que, no Poder Executivo, de modo geral, guarda relação com as respectivas Secretarias.

A função “Encargos Especiais” engloba as despesas orçamentárias em relação às quais

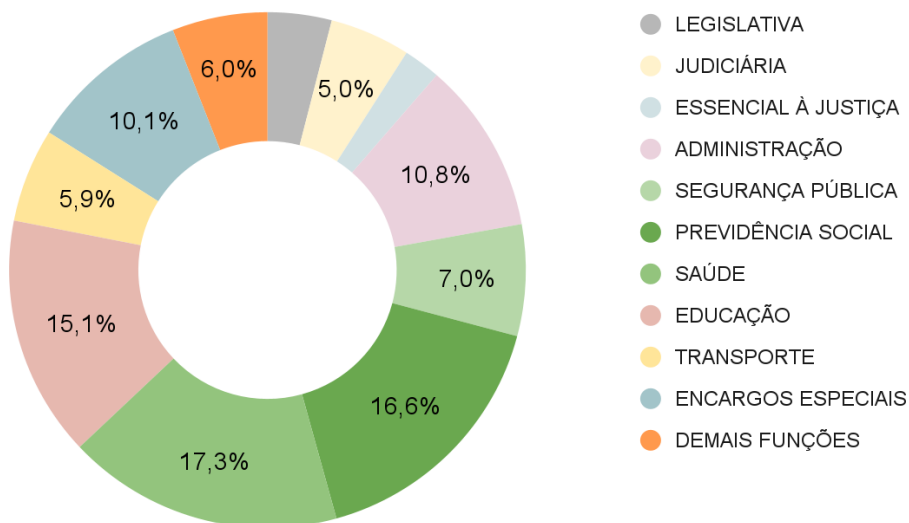


não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outros fins, representando, portanto, uma agregação neutra. A seguir tabela demonstrando as despesas realizadas por função:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PODER/ÓRGÃO E FUNÇÕES (R\$)						
Funções	Poder/Órgão					Total
	ALEPI	TCE-PI	TJPI	MPPI	EXECUTIVO	
01 - LEGISLATIVA	426.274.957	152.150.917	-	-	-	578.425.875
02 - JUDICIÁRIA	-	-	728.259.461	-	-	728.259.461
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	-	-	-	242.952.928	91.013.174	333.966.103
04 - ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	1.556.665.975	1.556.665.975
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	1.008.753.455	1.008.753.455
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	76.896.523	76.896.523
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	2.391.707.701	2.391.707.701
10 - SAÚDE	-	-	-	-	2.491.501.447	2.491.501.447
12 - EDUCAÇÃO	-	-	-	-	2.183.145.582	2.183.145.582
13 - CULTURA	-	-	-	-	17.165.893	17.165.893
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	-	-	-	-	73.507.472	73.507.472
15 - URBANISMO	-	-	-	-	132.520.068	132.520.068
16 - HABITAÇÃO	-	-	-	-	14.892.360	14.892.360
17 - SANEAMENTO	-	-	-	-	30.320.391	30.320.391
18 - GESTÃO AMBIENTAL	-	-	-	-	16.232.686	16.232.686
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	-	-	-	102.593.071	102.593.071
20 - AGRICULTURA	-	-	-	-	182.602.233	182.602.233
22 - INDÚSTRIA	-	-	-	-	8.368.435	8.368.435
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	-	-	-	-	106.030.339	106.030.339
24 - COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	79.121.322	79.121.322
25 - ENERGIA	-	-	-	-	798.183	798.183
26 - TRANSPORTE	-	-	-	-	849.138.158	849.138.158
27 - DESPORTO E LAZER	-	-	-	-	20.806.552	20.806.552
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	-	419.431	1.454.188.977	1.454.608.408
TOTAL	426.274.957	152.150.917	728.259.461	243.372.359	12.887.969.998	14.438.027.693

Fonte: SIAFE-PI

DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

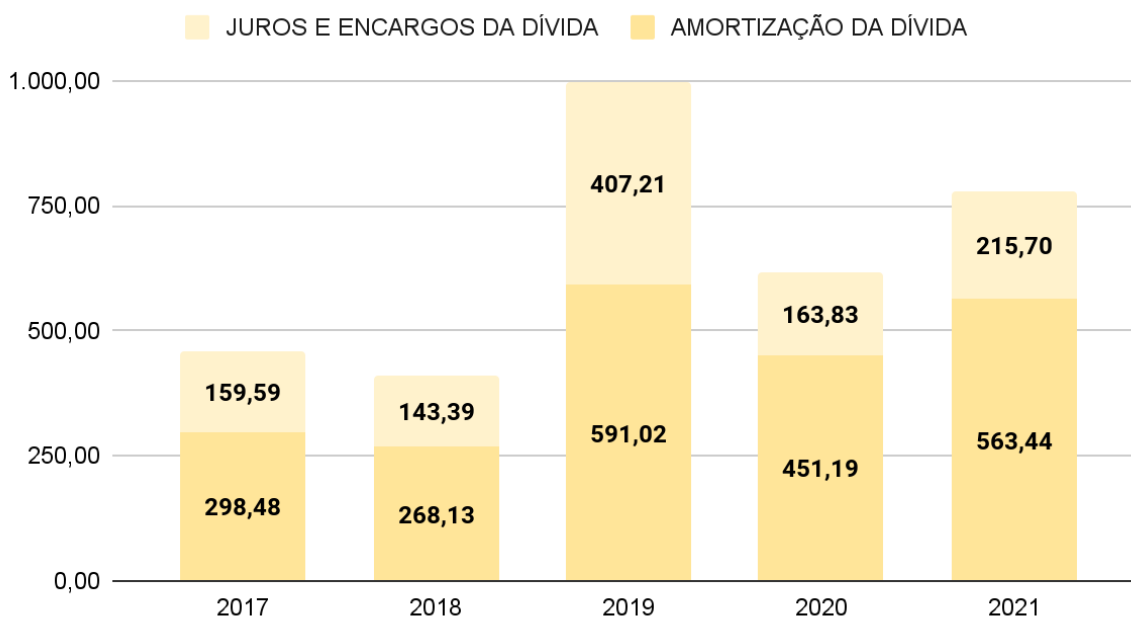


3.1.3. DESPESA COM A DÍVIDA PÚBLICA

[Retorno ao Sumário](#)

Os gastos com o pagamento da dívida pública corresponderam a 5,40% do total da despesa realizada em 2021, ou seja, R\$ 779.143.319,17, sendo R\$ 215.703.440,18 referente aos juros e encargos da dívida e R\$ 563.439.878,99 correspondentes à amortização da dívida.

DESPESA COM DÍVIDA PÚBLICA (R\$ MILHÕES)



Os dispêndios com a dívida pública do Estado cresceram em 26,68% se comparados ao ano anterior. Ao se analisar a composição do total da despesa com a dívida, observa-se que os gastos com a amortização corresponderam a 72,32% e os gastos com juros e encargos representaram 27,68%.

3.1.4. RESTOS A PAGAR

[Retorno ao Sumário](#)

São restos a pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

3.1.4.1. INSCRITOS NO EXERCÍCIO DE 2021

[Retorno ao Sumário](#)

Ao final do exercício de 2021, o Estado do Piauí inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 1.541.683.804,82, sendo R\$ 680.007.817,59 processados e R\$ 861.675.987,23 não processados. Esse valor corresponde a 10,68% da soma total das despesas empenhadas no ano e, quando comparado ao valor de despesas inscritas em restos a pagar no exercício anterior, houve um acréscimo de 8,70%.

Também foram reinscritos os restos a pagar de 2017 no valor de R\$ 30.097.404,95, de 2018 no valor de R\$ 65.487.017,35, de 2019 no valor de R\$ 102.909.051,74 e de 2020 no valor de R\$ 157.622.742,23, que, somados totalizaram R\$ 356.116.216,27 de restos a pagar processados e não processados.



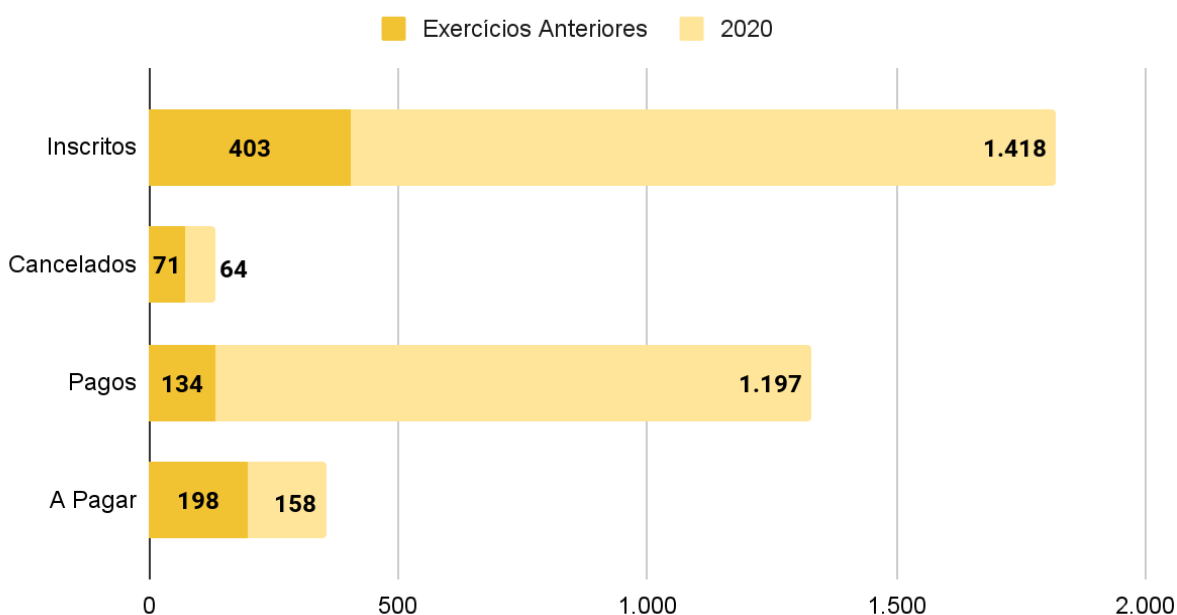
3.1.4.2. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

[Retorno ao Sumário](#)

No final do exercício de 2020, o Estado do Piauí inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 1.418.323.460,20, sendo R\$ 1.092.093.754,24 processados (despesas liquidadas e não pagas no exercício) e R\$ 326.229.705,96 não processados (despesas não liquidadas no exercício). Esse valor, somado ao saldo de restos a pagar processados e não processados inscritos em 2017, 2018 e 2019 no montante de R\$ 403.142.159,59, totalizou R\$ 1.821.465.619,79.

Na execução durante o exercício de 2021, do valor total inscrito em restos a pagar foram pagos R\$ 1.330.677.181,59, foram cancelados R\$ 134.672.221,93 e restaram R\$ 356.116.216,27 a pagar.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2021 (R\$ MILHÕES)



4. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

[Retorno ao Sumário](#)

Em 2021, considerando-se o total das receitas líquidas realizadas menos o total das despesas executadas, chega-se a um resultado da execução orçamentária superavitária no montante de R\$ 801.804.136,28. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano,

excluídas as deduções da receita corrente e de capital, foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período.

Receitas líquidas são obtidas após os repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

5. INDICADORES FISCAIS

[Retorno ao Sumário](#)

O Piauí chega ao final de 2021 com melhora nos principais indicadores fiscais. O destaque vai para as despesas com pessoal do Poder Executivo, que ficou abaixo do limite prudencial. O Estado cumpriu as metas de resultado primário e nominal, dívida consolidada, operações de crédito internas e externas, e cumpriu também os mínimos constitucionais nas áreas de educação e saúde.

Os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os mínimos constitucionais de educação e saúde podem ser evidenciados e acompanhados através do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária no seguinte endereço eletrônico <https://portal.sefaz.pi.gov.br/relatorios-da-lei-de-responsabilidade-fiscal/>.

5.1. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

[Retorno ao Sumário](#)

A LRF, em seus artigos 54 e 55, estabelece que o RGF deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, do MP e TCE, ao final de cada quadrimestre, e publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, demonstrando os comparativos da execução orçamentária e endividamento com os limites estabelecidos na LRF, ou seja, Despesa com Pessoal, Dívida Consolidada e Mobiliária, Concessão de Garantias, Operações de Crédito. Acrescenta-se, que no último quadrimestre, tal relatório evidencia também o montante da disponibilidade de caixa e a inscrição em Restos a Pagar.

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela LRF é a Receita Corrente Líquida. A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios, decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao FUNDEB, as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência,

além das restituições de receitas. Em 2021, a RCL totalizou R\$ 11.455.231.445,84, sendo 2,67% a menos do que em 2020.

5.1.1. DESPESA COM PESSOAL

[Retorno ao Sumário](#)

Para fins de verificação do limite máximo, a LRF conceituou a despesa total com pessoal como o que se segue: o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, os contratos de terceirização relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, bem como o somatório dos onze meses imediatamente anteriores, deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração.

Dessa forma, embora integrem o contracheque dos servidores e empregados públicos, não são consideradas, para fins de limite da LRF, as despesas de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gastos do servidor ou empregado público em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte próprio, plano de saúde, vale-transporte, etc.

O percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal passaram de 46,64% em 2020 para 48,76%% em 2021, no consolidado.

Como a LRF não prevê limite para as despesas com pessoal da Defensoria Pública, essas despesas são somadas às do Poder Executivo para fins de verificação do limite do Poder Executivo, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Para a verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal, utiliza-se a RCL ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal, que totalizou R\$ 11.411.172.116,84 em 2021. Na apuração da RCL Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal, são excluídos os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada, conforme disciplinam o § 1º, art. 166-A da CF e o § 16, art. 166 da CF, respectivamente.



REPRESENTATIVIDADE DAS DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA POR PODERES E ÓRGÃOS					
Especificação	2021	2020	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	40,28%	39,29%	49%	46,55%	44,10%
Defensoria Pública	0,58%	0,51%	-	-	-
Demais Órgãos	39,70%	38,78%			
Poder Legislativo	2,36%	2,12%	3%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,55%	1,40%	2,00%	1,90%	1,80%
Tribunal de Contas	0,81%	0,72%	1,00%	0,95%	0,90%
Poder Judiciário	4,53%	3,80%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,59%	1,43%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	48,76%	46,64%	60%	57,00%	54,00%

Fonte: RGF-Anexo 01 (Consolidado) - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Nos termos do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), cabe ao Poder Executivo elaborar e divulgar o Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal, abrangendo todos os poderes e órgãos do estado. Em 2021 a consolidação foi feita apurando-se as informações de cada poder e órgão registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí.

Abaixo segue quadro demonstrativo da Despesa Total com Pessoal - DTP por poder e órgão:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (R\$)			
PODERES E ÓRGÃOS	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP		Variação (%)
	2021	2020	
Poder Executivo	4.596.148.040,39	4.608.594.404,55	-0,27
Defensoria Pública	65.582.353,45	60.143.592,22	9,04
Demais Órgãos	4.530.565.686,94	4.548.450.812,33	-0,39
Poder Legislativo	269.167.336,37	248.648.702,18	8,25
Assembleia Legislativa	176.820.178,85	164.230.525,28	7,67
Tribunal de Contas	92.347.157,52	84.418.176,90	9,39
Poder Judiciário	517.160.136,08	445.158.912,06	16,17
Ministério Público	181.498.355,54	167.165.623,04	8,57
Consolidado Geral	5.563.973.868,38	5.469.567.641,83	1,73

Fonte: RGF-Anexo 01 - Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal



5.1.2. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

[Retorno ao Sumário](#)

A dívida consolidada líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados. A Dívida Consolidada Líquida em 2021 foi de R\$ 5.369.389.881,72 o que corresponde a 46,93% da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento. No exercício anterior foi de 37,17%.

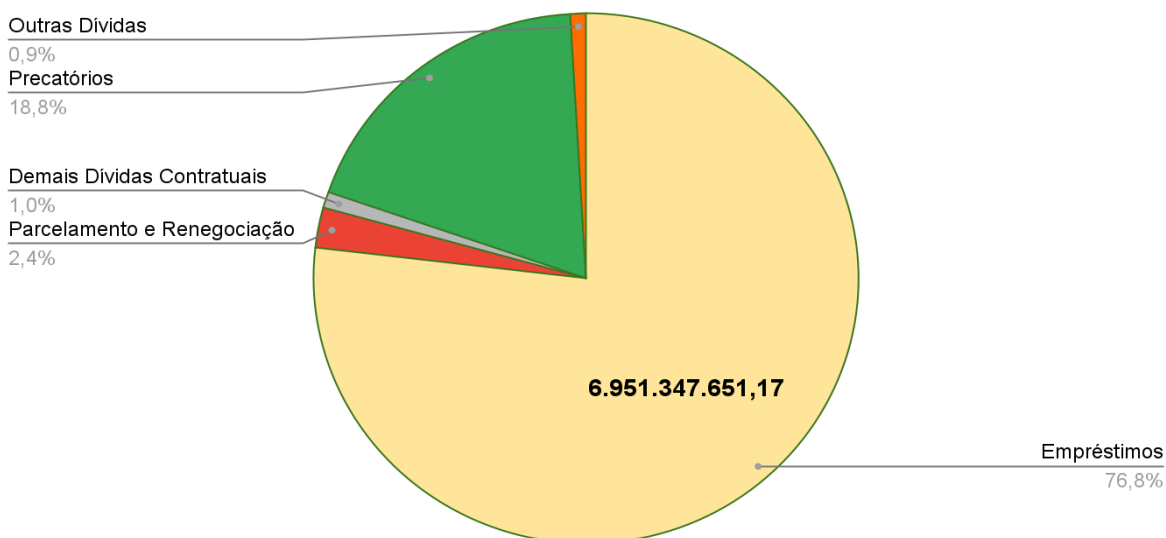
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA X RCL (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	DCL	RCL	DCL/RCL
dezembro 2020	4.367.120.257	11.748.154.246	37,17
dezembro 2021	5.369.389.882	11.441.343.981	46,93
Limite Resolução nº 40 do Senado Federal - 200% da RCL			

Fonte: RGF - ANEXO 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

A Resolução do Senado nº 40/2001 definiu o limite de 200% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida. Conforme previsto no MDF aplicável ao exercício de 2021, utilizou-se a receita corrente líquida ajustada como parâmetro para a verificação do cumprimento dos limites de endividamento. Para o seu cálculo excluem-se os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

A Dívida Consolidada do Estado somou ao final do exercício financeiro de 2021 o montante de R\$ 9.046.722.686,49. Desse total, R\$ 6.951.347.651,17 (76,8%) referem-se à dívida de empréstimos, R\$ 1.703.707.314,98 (18,8%) são de precatórios e R\$ 391.667.720,34 (4,3%) corresponde às demais dívidas.

DÍVIDA CONSOLIDADA DO ESTADO - 2021



5.1.3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

[Retorno ao Sumário](#)

Operação de Crédito, segundo a LC 101/2000 (LRF), corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. Equipara-se à operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas.

O Demonstrativo das Operações de Crédito visa a assegurar a transparência das operações de crédito contraídas pelo Estado e a verificar os limites de que trata a LRF e as Resoluções do Senado Federal.

Em 2021, o total das operações de crédito internas e externas realizadas pelo Estado foi de R\$ 1.506.420.242,28 representando um acréscimo de 439,32% em relação a 2020, quando foi contratado pelo Estado o montante de R\$ 279.318.012,80.

Do total das operações de crédito estaduais, foram considerados para fins de verificação do limite legal R\$ 1.477.380.288,59, que representaram 12,91% da Receita Corrente Líquida Ajustada, abaixo do limite de 16% estabelecido pela Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º. No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.



Conforme previsto no Manual de Demonstrativos Fiscais aplicável ao exercício de 2021, utilizou-se a receita corrente líquida ajustada como parâmetro para a verificação do cumprimento dos limites de endividamento. Para o seu cálculo excluem-se os valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

O demonstrativo abaixo informa o valor das operações de crédito realizadas pelo Estado do Piauí no exercício de 2021:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - VALORES EM R\$		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2021	Valor
1. Mobiliária (I)		0,00
1.1 Interna		0,00
1.2 Externa		0,00
2. Contratual (II)		1.506.420.242,28
2.1 Interna		1.410.787.862,09
2.2 Externa		95.632.380,19
TOTAL III (I + II)		1.506.420.242,28
Apuração do Cumprimento dos Limites	Valor	% Sobre a RCL Ajustada
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	11.441.343.980,84	-
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite	1.477.380.288,59	12,91
Limite geral definido por resolução do senado federal para as operações de crédito internas e externas	1.830.615.036,93	16,00%
Limite de alerta (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	1.647.553.533,24	14,40%
Limite definido por resolução do senado federal para as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária	800.894.078,66	7,00%

Fonte: ANEXO 4 (LRF) - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

5.1.4. GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

[Retorno ao Sumário](#)

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo Estado na contratação de operações de créditos pelos garantidos. O saldo de garantias concedidas e contragarantias recebidas pelo Estado ao final de 2021 foi nulo, pois não existem contratos de financiamento garantidos pelo Piauí.

5.1.5. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

[Retorno ao Sumário](#)

Visando dar transparência ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e à inscrição em restos a pagar, a Lei de Responsabilidade Fiscal determinou a elaboração de demonstrativos anexos ao Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre. Atualmente, as informações são apresentadas em um único demonstrativo, o anexo 5 do RGF, por todos os Poderes e Órgãos, além do consolidado.

A disponibilidade de caixa bruta é composta por ativos de alta liquidez, como caixa, bancos e aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o consolidado apresentou saldo de R\$ 4.472.867.131,16.

Os restos a pagar inscritos em 2021, no consolidado, somaram R\$ 1.897.800.021,09, sendo R\$ 1.036.124.033,86 de restos processados e R\$ 861.675.987,23 de restos não processados. Também consta no demonstrativo consolidado que foram reinscritos restos a pagar liquidados e não pagos de exercícios anteriores no montante de R\$ 200.243.503,41 e restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores no total de R\$ 155.872.712,86. Além dos restos a pagar, foram evidenciadas no anexo 5 do RGF consolidado outras obrigações financeiras no valor de R\$ 7.600.369,22.

Dessa forma, considerando-se os valores consolidados, observa-se que a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 2.567.466.740,85, representando a suficiência financeira do exercício.

Disponibilidade de Caixa Bruta	Restos a Pagar	Outras Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Líquida
R\$ 4.472.867.131,16	R\$ 1.897.800.021,09	R\$ 7.600.369,22	R\$ 2.567.466.740,85

Fonte: RGF - ANEXO 5 - Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Nos termos do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), cabe ao Poder Executivo elaborar e divulgar o Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, abrangendo todos os poderes e órgãos do estado. Em 2021 a consolidação foi feita apurando-se as informações de cada poder e órgão registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí.



O demonstrativo a seguir, evidencia de forma consolidada os valores da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, inclusive do Regime Previdenciário, referentes ao exercício de 2020 e 2021.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO - VALORES EM REAIS (R\$)		
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	2021	2020
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS	2.497.869.310,86	1.406.036.877,33
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.974.997.820,30	2.046.207.355,15
TOTAL	4.472.867.131,16	3.452.244.232,48
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	2021	2020
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS	386.426.910,92	473.697.604,74
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	657.297.492,16	1.017.545.545,96
TOTAL	1.043.724.403,08	1.491.243.150,70
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP DO EXERCÍCIO)	2021	2020
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS	2.111.442.399,94	932.339.272,59
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.317.700.328,14	1.028.661.809,19
TOTAL	3.429.142.728,08	1.961.001.081,78
RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	2021	2020
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS	532.297.449,71	131.367.013,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	329.378.537,52	199.579.547,34
TOTAL	861.675.987,23	330.946.560,34
DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	2021	2020
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS	1.579.144.950,23	800.972.259,59
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS	988.321.790,62	829.082.261,85
TOTAL	2.567.466.740,85	1.630.054.521,44

Fonte: RGF - ANEXO 5 - Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

5.2. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

[Retorno ao Sumário](#)

Neste tópico será apresentada uma síntese dos demonstrativos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165,

parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece as normas para elaboração e publicação do RREO.

O RREO e seus demonstrativos devem abranger os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, de todos os Poderes, constituídos pelas autarquias, fundações, fundos especiais, e as empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (empresas estatais dependentes), inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

As informações deverão ser elaboradas a partir dos dados contábeis consolidados de todas as unidades gestoras, no âmbito da Administração Direta, autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista.

5.2.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

[Retorno ao Sumário](#)

O Balanço Orçamentário é componente obrigatório estabelecido no art. 52 da Lei Complementar nº 101/00. Este, demonstra a execução orçamentária em um determinado exercício, apresentando um resultado positivo (superávit) ou negativo (déficit). Em 2021 o Resultado Orçamentário foi positivo no montante de R\$ 801.804.136,28.

Em função da utilização, no exercício de referência, do superávit financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação distinta.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas, detalhadas por categoria econômica, origem e espécie (destacando as receitas intraorçamentárias). Evidencia-se, a seguir, de forma resumida, o total das receitas realizadas e das despesas realizadas e o resultado orçamentário (déficit/superávit) alcançado pelo Estado nos exercícios de 2021 e 2020, bem como a variação percentual entre os exercícios citados.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - LRF - Valores em Reais (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
RECEITAS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.673.537.017,26	12.678.158.608,67	7,85
RECEITAS CORRENTES	12.073.471.905,90	12.320.534.566,06	-2,01
RECEITAS DE CAPITAL	1.600.065.111,36	357.624.042,61	347,42
RECEITAS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.566.294.811,79	1.190.205.631,05	31,60
RECEITAS CORRENTES	1.566.294.811,79	1.190.205.631,05	31,60
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.239.831.829,05	13.868.364.239,72	9,89
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	15.239.831.829,05	13.868.364.239,72	9,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.616.911.200,00	805.375.028,00	100,77
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	1.616.911.200,00	805.375.028,00	100,77
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.899.632.235,09	11.122.555.643,71	15,98
DESPESAS CORRENTES	10.517.761.605,12	9.837.160.975,74	6,92
DESPESAS DE CAPITAL	2.381.870.629,97	1.285.394.667,97	85,30
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA (IX)	1.538.395.457,68	1.352.494.498,96	13,75
DESPESAS CORRENTES	1.475.788.978,50	1.295.958.323,41	13,88
DESPESAS DE CAPITAL	62.606.479,18	56.536.175,55	10,74
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	14.438.027.692,77	12.475.050.142,67	15,74
SUPERÁVIT (XIII)	801.804.136,28	1.393.314.097,05	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	15.239.831.829,05	13.868.364.239,72	9,89

Fonte: RREO - ANEXO 1 - Balanço Orçamentário.

5.2.1.1. POUPANÇA CORRENTE

[Retorno ao Sumário](#)

As receitas correntes superaram as despesas correntes no montante de R\$ 1.646.216.134,07. Esse valor representa 14% da Receita Corrente Líquida (RCL), traduzindo-se como a Capacidade de Investimento do Exercício.

Poupança Corrente 2021 - Valores em Reais (R\$)			
Receita Corrente Total	Despesa Corrente Total	RCL	CAPACIDADE DE INVESTIMENTO
13.639.766.717,69	11.993.550.583,62	11.455.231.445,84	14%

Fonte: Anexo 01 - Balanço Orçamentário

5.2.1.2. CRESCIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS CORRENTES

Em 2021 as receitas correntes cresceram 0,95% e as despesas correntes aumentaram 7,73%.



Crescimento das Receitas e Despesas Correntes - Valores em reais (R\$)					
Receitas Correntes		Despesas Correntes		Crescimento % (2020 - 2021)	
2021	2020	2021	2020	Receita	Despesa
13.639.766.717,69	13.510.740.197,11	11.993.550.583,62	11.133.119.299,15	0,95	7,73

Fonte: Anexo 01 - Balanço Orçamentário

5.2.2. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

[Retorno ao Sumário](#)

A Receita Corrente Líquida - RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes arrecadadas pelo Estado, deduzidos as Transferências Constitucionais; as Contribuições do Servidor Civil e Militar ao RPPS; a Receita Recebida de Compensação Financeira entre Regimes de Previdência, bem como os Valores Pagos FUNDEB.

Este demonstrativo apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício.

A RCL é o principal balizador das finanças públicas, servindo como parâmetro para Reserva de Contingência; Antecipação da Receita Orçamentária (ARO); Garantias; Dívida Consolidada Líquida; Operações de Crédito; Despesa com Pessoal; Regime Especial Pagamento de Precatórios; Orçamento Impositivo.

A RCL de 2021 foi de R\$ 11.455.231.445,84, representando um decréscimo de 2,67 % em relação ao exercício anterior.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
RECEITAS CORRENTES (I)	15.622.254.793,57	15.148.399.796,87	3,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.084.092.008,25	5.899.820.148,81	20,07
Contribuições	951.818.497,67	869.907.400,63	9,42
Receita Patrimonial	124.590.558,23	48.350.754,72	157,68
Receita de Serviços	33.259.947,63	19.007.878,79	74,98
Transferências Correntes	7.377.339.780,23	8.237.709.622,80	-10,44
Outras Receitas Correntes	51.154.001,56	73.603.991,12	-30,50
DEDUÇÕES (II)	4.167.023.347,73	3.378.659.970,17	23,33
Transferências Constitucionais e Legais	1.543.746.995,92	1.305.823.659,32	18,22

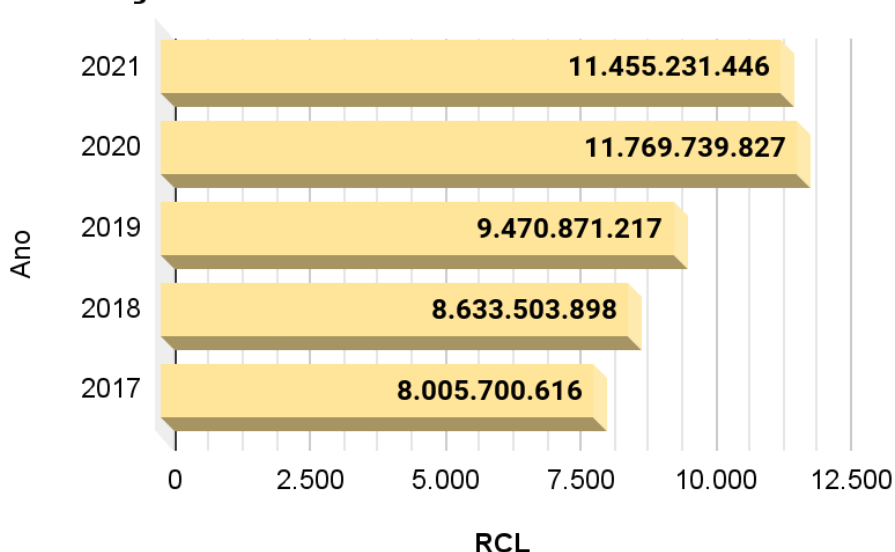


Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	596.654.789,69	530.708.506,17	12,43
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	21.585.670,37	20.086.233,19	7,46
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.005.035.891,75	1.522.041.571,49	31,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA III = (I - II)	11.455.231.445,84	11.769.739.826,70	-2,67

Fonte: RREO - ANEXO 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - LRF

O gráfico seguinte retrata o crescimento nominal da RCL no período de 2017 a 2021, com apuração do mês de janeiro a dezembro de cada ano.

Evolução do RCL



5.2.3. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

[Retorno ao Sumário](#)

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) tem por finalidade estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência.

O Demonstrativo deverá conter informações sobre as receitas e despesas previdenciárias. Para as receitas previdenciárias, deverão ser informadas a previsão inicial e atualizada, bem como as receitas realizadas até o bimestre do exercício de referência e do exercício anterior. Para as despesas previdenciárias, deverão ser informadas a dotação inicial e atualizada, bem como as despesas empenhadas e as despesas liquidadas até o bimestre do exercício de referência e do exercício anterior.



O demonstrativo deverá evidenciar, também, os repasses recebidos para cobertura de déficits financeiro e atuarial, quando houver.

O quadro a seguir resume as Receitas realizadas e as Despesas Previdenciárias empenhadas do RPPS:

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - VALORES EM REAIS (R\$)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2021	2020	Δ%
Receitas Correntes	2.190.636.175,17	1.765.927.537,71	24,05
Receita de Contribuições dos Segurados	792.348.117,37	530.708.506,17	49,30
Receita de Contribuições Patronais	1.370.674.739,63	1.098.612.973,44	24,76
Receita Patrimonial	1.957.070,88	92.283.196,36	-97,88
Outras Receitas Correntes	25.656.247,29	44.322.861,74	-42,12
Receitas de Capital	0,00	0,00 -	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(I)	2.190.636.175,17	1.765.927.537,71	24,05
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2021	2020	Δ%
Benefícios - Civil	872.791.625,44	797.898.854,19	9,39
Benefícios - Militar	1.508.386.494,25	1.487.775.854,78	1,39
Outras Despesas Previdenciárias	56.242,95	193.997.374,83	-99,97
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS(II)	2.381.234.362,64	2.479.672.083,80	-3,97
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III)=(I-II)	-190.598.187,47	-713.744.546,09	-73,30
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2020	Δ%
Receitas Correntes	31.304,70	102.279,44	-69,39
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2020	Δ%
Despesas Correntes e de Capital	19.891.291,61	15.131.044,13	31,46
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS	-19.859.986,91	-15.028.764,69	32,15
APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	2021	2020	Δ%
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	290.116.451,18	617.352.177,73	-53,01

Fonte: RREO - Anexo 4 - LRF.



5.2.4. RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

[Retorno ao Sumário](#)

O objetivo da apuração dos resultados primário e nominal é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado.

5.2.4.1. RESULTADO PRIMÁRIO

[Retorno ao Sumário](#)

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras). Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal do Estado. O resultado primário pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

Em 2021, o Estado apresentou superávit primário no montante de R\$ 114.056.552,47.

RESULTADO PRIMÁRIO - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	11.958.377.393,00	12.283.569.777,74	-2,65
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	93.486.002,44	78.147.359,42	19,63
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(I)	12.051.863.395,44	12.361.717.137,16	-2,51
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	10.681.684.869,50	9.686.234.312,08	10,28
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	1.256.121.973,47	851.224.571,11	47,57
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	11.937.806.842,97	10.537.458.883,19	13,29
Resultado Primário III = (I - II)	114.056.552,47	1.824.258.253,97	-93,75
META CONSTANTE LDO	-455.984.000,00	-331.358.000,00	-

Fonte: RREO - ANEXO 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - LRF.

5.2.4.2. RESULTADO NOMINAL

[Retorno ao Sumário](#)

O Resultado Nominal pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). O Resultado Nominal acima da linha alcançado pelo Estado em 2021 foi de R\$ 13.234.233,21.

RESULTADO NOMINAL - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
Resultado Primário (I)	114.056.552,47	1.824.258.253,97	-93,75
Juros Ativos (a)	115.141.243,96	36.988.226,91	211,29



Juros Passivos (b)	215.963.563,22	187.816.850,04	14,99
Varição dos Juros			
Nominais (II) = (a-b)	-100.822.319,26	-150.828.623,13	-33,15
RESULTADO NOMINAL 2020 = (I + II)	13.234.233,21	1.673.429.630,84	-99,21
META CONSTANTE LDO	-692.543.000,00	-942.709.000,00	-26,54

Fonte: RREO - ANEXO 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - LRF.

5.2.5. RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO

[Retorno ao Sumário](#)

A despesa orçamentária empenhada que não for paga até o dia 31 de dezembro será considerada como Restos a Pagar.

Consideram-se Processados aqueles em que o credor já cumpriu suas obrigações, efetuou a entrega de material, prestou o serviço ou executou a etapa da obra dentro do exercício, estando em condições de pagamento. Os Restos a Pagar Não Processados são aqueles cujo empenho foi legalmente emitido, mas depende ainda da fase de liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

O Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão integra o RREO e possibilita o acompanhamento efetivo do total inscrito, referente aos exercícios anteriores, e da execução, no exercício de referência, desses Restos a Pagar por meio da demonstração dos valores inscritos, liquidados, pagos e cancelados.

RESTOS A PAGAR POR PODER - VALORES EM REAIS (R\$)				
PODER	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	INSCRITOS		INSCRITOS	
	EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2020	EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2020
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)				
EXECUTIVO	280.263.350,45	883.045.485	113.519.036,30	269.767.251,21
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	0,00	33.642	2.420,00	22.717,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	810,80	564.916	1.737.411,44	10.111.026,13
JUDICIÁRIO	2.613,25	1.586.497	0,00	35.102.453,88
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.634,19	375.964	0,00	7.196.136,84
DEF. PÚBLICA DO ESTADO	15.529,50	504.799	169.001,83	2.217.409,13



SUBTOTAL (I)	280.284.938,19	886.111.302,65	115.427.869,57	324.416.994,19
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)				
EXECUTIVO	7.359.162,55	204.904.231,43	595,85	558.147,74
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	0,00	353.875,80	0,00	0,00
JUDICIÁRIO	0,00	3.313,80	0,00	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	721.030,56	0,00	0,00
DEF. PÚBLICA DO ESTADO	0,00	0	69.593,43	1.254.564,03
SUBTOTAL (II)	7.359.162,55	205.982.451,59	70.189,28	1.812.711,77

O quadro a seguir demonstra os valores pagos e cancelados em 2021, bem como o saldo remanescente para o exercício seguinte:

RESTOS A PAGAR POR PODER - VALORES EM REAIS (R\$)					
PODER	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		SALDO PARA 2022
	PAGOS	CANCELADOS	PAGOS	CANCELADOS	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)					
EXECUTIVO	902.295.251	60.818.294,68	176.652.722,15	56.008.949,63	350.819.905,30
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	33.642	0,00	22.717,00	2.420,00	0,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	533.043	0,00	6.493.132,05	862.240,53	4.525.748,25
JUDICIÁRIO	1.577.337	11.773,22	21.674.047,72	13.428.406,16	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	372.351	6.246,96	5.434.588,61	1.761.548,23	0,00
DEF. PÚBLICA DO ESTADO	504.798	0,00	1.931.133,31	265.605,61	205.202,62
SUBTOTAL (I)	905.316.422,57	60.836.314,86	212.208.340,84	72.329.170,16	355.550.856,17
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)					
EXECUTIVO	211.157.566,07	1.105.827,91	0,00	230.085,59	328.658,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	353.875,80	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIO	3.313,80	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	559.226,52	161.804,04	0,00	0,00	0,00
DEF. PÚBLICA DO ESTADO	0,00	0,00	1.078.435,99	9.019,37	236.702
SUBTOTAL (II)	212.073.982,19	1.267.631,95	1.078.435,99	239.104,96	565.360,10

O quadro a seguir demonstra o percentual dos Restos a Pagar Pagos em relação aos Restos a Pagar Inscritos (Estoque Inicial):



Restos a pagar (RP) pagos em 2021 em relação ao estoque de RP no início do ano - Valores em Reais (R\$)

RESTOS A PAGAR						
RPP Em 31 de Dezembro de 2020	RPNP Em 31 de Dezembro de 2020	RPP Em Exercícios Anteriores	RPNP Em Exercícios Anteriores	RPP Pagos	RPNP Pagos	% RP Pagos / RP Inscritos (Estoque Inicial)
1.092.093.754,24	326.229.705,96	287.644.100,74	115.498.058,85	1.117.390.404,76	213.286.776,83	73,06

FONTE: RREO - Anexo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão- LRF

5.2.6. APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO

[Retorno ao Sumário](#)

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino apresenta os recursos públicos destinados à Educação, provenientes da receita resultante de impostos e de receitas vinculadas ao ensino; as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino por vinculação de receitas; as perdas ou ganhos nas transferências do FUNDEB; o cumprimento dos limites constitucionais e as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino por subfunção.

O Demonstrativo tem por objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE, do percentual da receita de impostos destinada ao FUNDEB, do limite mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério da educação básica, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

No exercício de 2021 o Governo do Estado aplicou na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor de R\$ 2.690.058.593,89, equivalente a 25,32%, da receita líquida de impostos, superando o limite de 25% determinado pelo artigo 212 da Constituição Federal, conforme demonstrativo a seguir:

RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EXERCÍCIO DE 2021 - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% REALIZADO	MÍNIMO PERMITIDO %
Receita Líquida de Impostos	10.622.428.998,32	-	-
Total das Despesas consideradas para fins de limite Constitucional e Legal	2.690.058.593,89	25,32	25
Receita Recebida do FUNDEB	1.163.220.670,91 -	-	-
Despesa custeada com recurso do FUNDEB na remuneração dos Profissionais da Educação Básica	816.003.914,51	70,15	70

Fonte: RREO - ANEXO 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE- LRF.

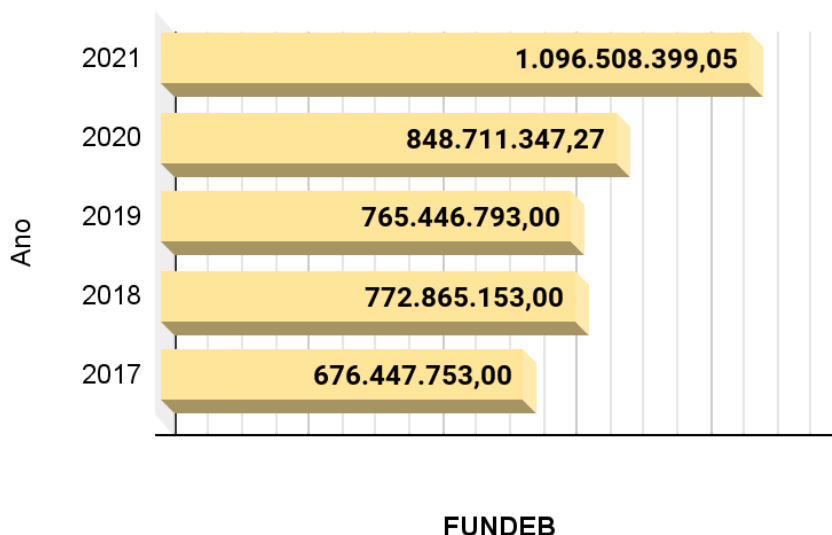
5.2.6.1. FUNDEB

[Retorno ao Sumário](#)

O Estado, no exercício 2021, contribuiu para o FUNDEB com o valor de R\$ 2.005.035.891,75 e as Transferências de Recursos do FUNDEB totalizaram R\$ 908.527.492,70, fato que ocasionou uma perda de R\$ 1.096.508.399,05.

Em 2021, o Estado recebeu da União a título de Complementação do FUNDEB o montante de R\$ 250.729.753,52. O gráfico a seguir apresenta as perdas no período de 2017 a 2021:

Perdas do FUNDEB



5.2.7. RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

[Retorno ao Sumário](#)

O demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital compara as Receitas de Operações de Crédito com as despesas de Capital Líquidas, para averiguar o cumprimento à “Regra de Ouro”, prevista no inciso III, do artigo 167, da Constituição Federal, que veda a realização de receitas de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Para fins da verificação do cumprimento da Regra de Ouro, deverão ser computadas



todas as receitas e despesas, incluindo as intra orçamentárias. Contudo, nesse demonstrativo, não é necessário segregar as receitas e despesas intraorçamentárias das outras receitas e despesas.

O objetivo da Regra de Ouro é evitar que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros.

A partir de 2019, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF altera o sinal da fórmula do resultado para apuração da Regra de Ouro, de forma que o cumprimento da regra constitucional corresponderá a um resultado positivo, demonstrando que as Despesas de Capital são maiores que as Receitas de Operações de Crédito.

Desta forma o valor positivo de R\$ 938.056.866,87 em 2021, conforme demonstrativo a seguir, atesta o cumprimento do dispositivo constitucional.

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - EM REAIS (R\$)		
RECEITA	2021	2020
Operação de Crédito Interna	1.410.787.862,09	130.266.864,96
Operação de Crédito Externa	95.632.380,19	149.051.147,84
TOTAL (I)	1.506.420.242,28	279.318.012,80
DESPESA	2021	2020
Despesa de Capital	0,00	1.341.930.843,52
Investimentos	1.735.453.973,49	837.580.936,43
Inversões Financeiras	145.583.256,67	53.155.689,89
Amortização da Dívida	563.439.878,99	451.194.217,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Inst. Financeira	0,00	0,00
Despesa Líquida (II)	2.444.477.109,15	1.341.930.843,52
Apuração da "Regra de Ouro" 2021 (II-I)	938.056.866,87	-

Fonte: RREO - ANEXO 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital - LRF.

5.2.8. APLICAÇÕES DOS RECURSOS COM AÇÕES DA SAÚDE

[Retorno ao Sumário](#)

Com a finalidade de garantir a vinculação dos recursos a serem despendidos na Saúde, foi editada a Emenda Constitucional n.º 29, que, ao incluir o §2º ao artigo 198 da Constituição



Federal de 1988, determinou que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre a receita de impostos e transferências de cada ente federado.

No que tange a apuração do valor a ser destinado para despesas com ações e serviços públicos de saúde, o artigo 198, §3º, da CF, determinou que Lei Complementar estabelecesse os referidos percentuais. Em atenção à norma Constitucional, a Lei Complementar Federal 141/2012, em seu artigo 6º, estabeleceu o percentual mínimo de 12%, para o cálculo de tais despesas pelos Estados.

No exercício de 2021, o Estado aplicou em ações e serviços públicos de saúde o valor de R\$ 1.549.322.963,00, equivalente a 14,59% da receita resultante de impostos e transferências constitucionais, cumprindo, portanto, o limite mínimo de 12% estabelecido na referida Lei Complementar. O quadro a seguir, evidencia o valor aplicado em ações de saúde:

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE - VALORES EM REAIS (R\$)		
RECEITAS	2021	2020
Total das Receitas Resultantes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais	10.621.690.909,72	8.323.331.393,34
DESPESAS	2021	2020
Despesas próprias com ações e Serviços Públicos de Saúde	1.549.322.963,00	1.333.202.394,77
Participação das Despesas Próprias com Saúde na Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais (Limite Constitucional = 12%) (II/I)	14,59	16,02

Fonte: RREO - ANEXO 12 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Serviços Públicos de Saúde- LRF

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

[Retorno ao Sumário](#)

Compõem o conjunto de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP):

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e) Balanço Orçamentário;
- f) Balanço Financeiro;
- g) Notas explicativas.

6.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

[Retorno ao Sumário](#)

O Balanço Orçamentário tem por objetivo demonstrar as receitas e despesas, compreendendo os valores previstos com os efetivamente realizados, cuja diferença permite conhecer o resultado orçamentário do exercício, em conformidade com o Art. 102, da Lei nº 4.320/1964.

O demonstrativo apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados; e
- c. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

O demonstrativo seguinte apresenta o Balanço Orçamentário do Estado no exercício de 2021, de forma resumida, especificando Receita e Despesa nos grupos Corrente e Capital.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - REDUZIDO - VALORES EM REAIS (R\$)			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	11.749.669.646,00	13.639.766.717,69	1.890.097.071,69
RECEITAS DE CAPITAL	1.577.993.809,00	1.600.065.111,36	22.071.302,36
TOTAL DAS RECEITAS (I)	13.327.663.455,00	15.239.831.829,05	1.912.168.374,05
DÉFICIT (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III = I+II)	13.327.663.455,00	15.239.831.829,05	1.912.168.374,05
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO (f) = (d-e)
DESPESAS CORRENTES	12.893.239.077,97	11.993.550.583,62	899.688.494,35
DESPESAS DE CAPITAL	4.053.176.423,03	2.444.477.109,15	1.608.699.313,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.677,00	0,00	21.677,00
TOTAL DAS DESPESAS (I)	16.946.437.178,00	14.438.027.692,77	2.508.409.485,23
Superávit (II)	0,00	801.804.136,28	0,00
TOTAL (III = I+II)	16.946.437.178,00	15.239.831.829,05	2.508.409.485,23

Fonte: Anexo XII, da Lei 4.320/64 - Balanço Orçamentário

6.1.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

[Retorno ao Sumário](#)

As Receitas Orçamentárias realizadas estão representadas abaixo em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

RECEITAS REALIZADAS - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ %
RECEITAS CORRENTES	13.639.766.717,69	89,50	13.510.740.197,11	97,42	0,95
RECEITAS DE CAPITAL	1.600.065.111,36	10,50	357.624.042,61	2,58	347,42
TOTAL	15.239.831.829,05	100	13.868.364.239,72	100	9,89

Fonte: Anexo XII, da Lei 4.320/64 - Balanço Orçamentário



As receitas totais tiveram um crescimento de 9,89% no exercício de 2021 em comparação com 2020. As Receitas Correntes cresceram 0,95% em 2021, representando monetariamente R\$ 13.639.766.717,69. As Receitas de Capital tiveram um acréscimo de 347,42% em relação ao exercício de 2020.

6.1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

[Retorno ao Sumário](#)

As Despesas Orçamentárias foram executadas no valor de R\$ 14.438.027.692,77, representando 85,20% da dotação atualizada da despesa para o exercício de 2021, que foi no montante de R\$ 16.946.437.178,00.

A tabela a seguir informa as Despesas Empenhadas representadas abaixo em categorias econômicas, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário.

DESPESAS EMPENHADAS - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
DESPESAS CORRENTES	11.993.550.583,62	83,07	11.133.119.299,15	89,24	7,73
DESPESAS DE CAPITAL	2.444.477.109,15	16,93	1.341.930.843,52	10,76	82,16
TOTAL	14.438.027.692,77	100	12.475.050.142,67	100	15,74

Fonte: Anexo XII, da Lei 4.320/64 - Balanço Orçamentário

Houve acréscimo de R\$ 1.962.977.550,10 das despesas empenhadas no exercício de 2021 em comparação com 2020. O aumento do empenho das despesas de capital contribuiu para ampliação da despesa total, essas despesas representaram 16,93 % de toda a despesa empenhada no período.

Em relação às despesas correntes, estas representam 83,07% das despesas totais em 2021 e apresentaram crescimento no montante de R\$ 860.431.284,47.

6.1.3. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

[Retorno ao Sumário](#)

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Como pode ser verificado no demonstrativo a seguir, o Estado obteve um superávit orçamentário no valor de R\$ 801.804.136,28, decorrente da diferença entre o total das receitas realizadas e as despesas empenhadas no exercício de 2021.



COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIA EXECUTADAS - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
Receitas Realizadas (I)	15.239.831.829,05	13.868.364.239,72	9,89
Despesa Empenhadas (II)	14.438.027.692,77	12.475.050.142,67	15,74
Resultado (III = I - II)	801.804.136,28	1.393.314.097,05	-42,45

Fonte: Anexo XII, da Lei 4.320/64 - Balanço Orçamentário

6.1.4. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

[Retorno ao Sumário](#)

O quadro abaixo informa os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Durante o exercício de 2021 houve uma redução de 64,71% do estoque inicial dos restos a pagar não processados.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - VALORES EM REAIS (R\$)						
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 2020 (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f = a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	85.416.519,88	231.584.257,52	153.474.394,65	153.474.394,65	56.566.344,27	106.960.038,48
Pessoal e Encargos Sociais	2.068.364,05	23.990.390,40	9.048.167,60	9.048.167,60	3.347.514,61	13.663.072,24
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	83.348.155,83	207.593.867,12	144.426.227,05	144.426.227,05	53.218.829,66	93.296.966,24
DESPESAS DE CAPITAL	30.081.538,97	94.645.448,44	59.812.382,18	59.812.382,18	16.001.930,85	48.912.674,38
Investimentos	30.081.538,97	93.645.448,44	58.812.382,18	58.812.382,18	16.001.930,85	48.912.674,38
Inversões Financeiras	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	115.498.058,85	326.229.705,96	213.286.776,83	213.286.776,83	72.568.275,12	155.872.712,86

Fonte: Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados 2021



Estão apresentados no quadro abaixo os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução, bem como os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercícios anteriores. Durante o exercício de 2021 houve uma redução de 85,49% do estoque inicial dos restos a pagar processados.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - VALORES EM REAIS (R\$)					
CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE DESPESA	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 2020 (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e = a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	241.391.587,13	1.051.241.125,07	1.084.537.203,96	54.446.503,62	153.649.004,62
Pessoal e Encargos Sociais	137.577.900,73	834.656.605,37	908.292.426	29.805.488,30	34.136.591,80
Juros e Encargos da Dívida	710.852,59	0,00	260.123	450.729,55	0,00
Outras Despesas Correntes	103.102.833,81	216.584.519,70	175.984.655	24.190.285,77	119.512.412,82
DESPESAS DE CAPITAL	46.252.513,61	40.852.629,17	32.853.200,80	7.657.443,19	46.594.498,79
Investimentos	45.114.159,98	40.504.871,65	31.767.342	7.631.238,59	46.220.451,20
Inversões Financeiras	604.885,57	347.757,52	578.595,50	0,00	374.047,59
Amortização da Dívida	533.468,06	0,00	507.263	26.204,60	0,00
TOTAL	287.644.100,74	1.092.093.754,24	1.117.390.404,76	62.103.946,81	200.243.503,41

Fonte: Balanço Orçamentário - Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados 2021.

Considerando o saldo da execução em 2021, o total de Restos a Pagar de exercícios anteriores que serão reinscritos no exercício corresponde ao montante de R\$ 356.116.216,27. Destaca-se que os Restos a Pagar Processados que representam 56,23% da reinscrição de RP.

Por meio do Balanço Orçamentário é possível verificar o valor inscrito em Restos a Pagar do exercício de 2021, pois esta informação é obtida confrontando a despesa liquidada com a empenhada (RPNP) e a despesa liquidada com a paga (RPP). Os valores inscritos em 2021 foram no montante de R\$ 861.675.987,23 de Restos a Pagar não Processados (RPNP) e de R\$ 680.007.817,59 de Restos a Pagar Processados (RPP).



6.2. BALANÇO FINANCEIRO

[Retorno ao Sumário](#)

O Balanço Financeiro, estabelecido pelo artigo 103, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A seguir, a movimentação financeira dos recursos do Estado, de forma resumida:

BALANÇO FINANCEIRO - VALORES EM REAIS (R\$)					
INGRESSOS					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
RECEITA ORÇAMENTÁRIA(I)	15.239.831.829,05	33,89	13.868.364.239,72	35,93	9,89
ORDINÁRIA	8.843.716.155,05	19,67	9.288.418.413,41	24,06	-4,79
VINCULADA	6.396.115.674,00	14,22	4.579.945.826,31	11,87	39,65
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	12.255.656.211,15	27,25	9.806.507.413,26	25,41	24,97
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	14.021.902.744,12	31,18	12.961.083.126,57	33,58	8,18
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	3.453.150.282,07	7,68	1.964.181.656,67	5,09	75,81
TOTAL INGRESSOS (V) = (I+II+III+IV)	44.970.541.066,39	100	38.600.136.436,22	100	16,50

DISPÊNDIOS					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
DESPESA ORÇAMENTÁRIA(VI)	14.438.027.692,77	32,11	12.475.050.142,67	32,32	15,74
ORDINÁRIA	8.773.890.745,11	19,51	7.849.687.482,61	20,34	11,77
VINCULADA	5.664.136.947,66	12,60	4.625.362.660,06	11,98	22,46
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	12.255.656.211,15	27,25	9.806.507.413,26	25,41	24,97
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	13.803.990.031,31	30,70	12.865.428.598,22	33,33	7,30
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	4.472.867.131,16	9,95	3.453.150.282,07	8,95	29,53
TOTAL DISPÊNDIOS (X) = (VI+VII+VIII+IX)	44.970.541.066,39	100	38.600.136.436,22	100	16,50

Fonte: Anexo XIII, da Lei 4.320/64 - Balanço Financeiro 2021



No Balanço Financeiro as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte de recursos será apresentado em Nota Explicativa.

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2021 foram no montante de R\$ 15.239.831.829,05, o que representa 33,89% do total de ingressos realizados no período. Destas receitas, R\$ 8.843.716.155,05 são recursos ordinários, ou seja, que não possuem vinculação específica e puderam ser alocados discricionariamente pelos gestores públicos, respeitando-se a legislação vigente. As receitas com recursos vinculados representam 14,22 % do total líquido arrecadado no exercício.

A tabela a seguir mostra a arrecadação líquida por grupo de fonte de recursos, bem como a participação percentual de cada grupo em relação ao total da arrecadação líquida.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR GRUPOS DE FONTE DE RECURSOS - VALORES EM REAIS (R\$)		
ESPECIFICAÇÃO	2021	%
Ordinária	8.843.716.155,05	58,03
Recursos do Tesouro	8.843.716.155,05	58,03
Vinculada	6.396.115.674,00	41,97
Recursos de Convênio	145.966.368,45	0,96
Cota-Parte do Estado na Receita da CIDE	8.494.651,71	0,06
Recursos do SUS	567.000.870,08	3,72
Recursos do FNDE	42.804.205,75	0,28
Valorização do Ensino	1.163.451.903,41	7,63
Operação de Crédito Interna	1.426.513.584,56	9,36
Operação de Crédito Externa	97.555.135,08	0,64
Recursos dos Fundos Especiais	167.418.832,90	1,10
Recursos do Fundo de Previdência	2.190.667.479,87	14,37
Recursos do IASP e do PLAMTA	357.818.480,83	2,35
Recursos do FECOP	207.945.540,67	1,36
Recursos das Transferências Especiais da União	20.422.191,73	0,13
Recursos da Lei 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc)	56.428,96	0,00
TOTAL	15.239.831.829,05	100

Fonte: Balanço Financeiro - Anexo XIII, da Lei 4.320/64

A receita orçamentária com recursos vinculados à previdência representou 14,37 % do total líquido arrecadado. Já a receita de recursos vinculados à valorização do ensino representou 7,63 %, no montante de R\$ 1.163.451.903,41.



Durante o exercício de 2021, a despesa orçamentária executada importou em R\$ 14.438.027.692,77 o que corresponde a um acréscimo de 15,74% em relação ao exercício anterior.

A despesa com recursos vinculados à previdência representou 15,80% do total gasto orçamentário no período. Já a despesa de recursos vinculados à valorização do ensino representou 7,21%, no montante de R\$ 1.041.493.803,26.

A tabela a seguir mostra as despesas realizadas por grupo de fonte de recursos, bem como a participação percentual de cada grupo em relação ao total das despesas no período.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR GRUPOS DE FONTE DE RECURSOS - VALORES EM REAIS (R\$)		
ESPECIFICAÇÃO	2021	%
Ordinária	8.773.890.745,11	60,77
Recursos do Tesouro	8.773.890.745,11	60,77
Vinculada	5.664.136.947,66	39,23
Recursos de Convênio	186.848.428,18	1,29
Cota-Parte do Estado na Receita da CIDE	9.036.258,23	0,06
Recursos do SUS	527.949.687,68	3,66
Recursos do FNDE	47.083.422,35	0,33
Valorização do Ensino	1.041.493.803,26	7,21
Operação de Crédito Interna	690.054.891,91	4,78
Operação de Crédito Externa	107.442.595,29	0,74
Recursos dos Fundos Especiais	121.483.713,00	0,84
Recursos do Fundo de Previdência	2.281.539.913,70	15,80
Recursos do IASP e do PLAMTA	310.749.848,38	2,15
Recursos do FECOP	331.511.003,54	2,30
Recursos das Transferências Especiais da União	8.606.582,14	0,06
Recursos da Lei 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc)	336.800,00	0,00
TOTAL	14.438.027.692,77	100

Fonte: Balanço Financeiro - Anexo XIII, da Lei 4.320/64

6.2.1. RESULTADO FINANCEIRO

[Retorno ao Sumário](#)

O resultado financeiro do exercício no exercício de 2021 foi superavitário em R\$ 1.019.716.849,09. A tabela abaixo detalha a formação do Resultado Financeiro em 2021 e 2020.



RESULTADO FINANCEIRO - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
Receita Orçamentária (I)	15.239.831.829,05	13.868.364.239,72	9,89
Despesa Orçamentária (II)	14.438.027.692,77	12.475.050.142,67	15,74
Resultado Orçamentário (III = I - II)	801.804.136,28	1.393.314.097,05	-42,45
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	12.255.656.211,15	9.806.507.413,26	24,97
Transferências Financeiras Concedidas (V)	12.255.656.211,15	9.806.507.413,26	24,97
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	0,00	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	14.021.902.744,12	12.961.083.126,57	8,18
Despesas Extraorçamentárias (VIII)	13.803.990.031,31	12.865.428.598,22	7,30
Resultado Extra Orçamentário (IX = VII - VIII)	217.912.712,81	95.654.528,35	127,81
Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)	1.019.716.849,09	1.488.968.625,40	-31,52

Fonte: Anexo XIII, da Lei 4.320/64 - BALANÇO FINANCEIRO

6.3. BALANÇO PATRIMONIAL

[Retorno ao Sumário](#)

O Balanço Patrimonial, estabelecido pelo artigo 106, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, dentre outros. O Quadro a seguir demonstra o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.472.867.131,16	3.453.150.282,07	29,53
Créditos a Curto Prazo	125.869.157,64	184.374.148,87	-31,73



Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.677.536,61	2.618.172,60	40,46
Estoques	81.780.193,68	61.290.434,99	33,43
Total do Ativo Circulante	4.684.194.019,09	3.701.433.038,53	26,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	3.184.244.357,32	2.969.818.048,12	7,22
Investimentos	1.279.410.085,96	1.135.887.916,58	12,64
Imobilizado	8.627.917.267,51	7.384.518.343,53	16,84
Intangível	150.925.741,38	90.739.790,31	66,33
Total do Ativo Não Circulante	13.242.497.452,17	11.580.964.098,54	14,35
TOTAL DO ATIVO	17.926.691.471,26	15.282.397.137,07	17,30

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	226.507.492,77	1.620.417.609,27	-86,02
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	1.262.395,47	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	575.239.127,62	330.536.888,95	74,03
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	10.324.753,31	7.932.554,57	30,16
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	370.210.902,80	568.430.658,58	-34,87
Total Passivo Circulante	1.182.282.276,50	2.528.580.106,84	-53,24

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	1.565.225.735,27	263.492.980,49	494,03
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	7.259.352.967,63	5.980.044.328,13	21,39
Fornecedores a Longo Prazo	138.481.579,71	157.051.126,04	-11,82
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	-
Provisões a Longo Prazo	22.456.556.155,93	25.471.283.549,26	-11,84
Demais Obrigações a Longo Prazo	11.291.825,93	12.865.830,99	-12,23
Total Passivo Não Circulante	31.430.908.264,47	31.884.737.814,91	-1,42

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultados Acumulados	-14.686.499.069,71	-19.130.920.784,68	-23,23
Resultado do Exercício	4.932.277.592,68	3.899.406.745,28	26,49
Resultados de Exercícios Anteriores	-21.389.889.962,24	-24.712.970.698,10	-13,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.771.113.299,85	1.682.643.168,14	5,26
Total Patrimônio Líquido	-14.686.499.069,71	-19.130.920.784,68	-23,23
TOTAL DO PASSIVO	17.926.691.471,26	15.282.397.137,07	17,30

FONTE: Balanço Patrimonial 2021

Os saldos das contas intragovernamentais foram excluídos para viabilizar a



consolidação das contas no Balanço Patrimonial do ente, em conformidade com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª edição, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 4.2.1.

6.3.1. ATIVO CIRCULANTE

[Retorno ao Sumário](#)

Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata; e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Integram o ativo circulante os subgrupos caixa ou equivalente de caixa, créditos a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques e despesas pagas antecipadamente.

O valor correspondente ao Ativo Circulante é de R\$ 4.684.194.019,09, representando 26,13% do total do ativo.

6.3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL

[Retorno ao Sumário](#)

O quadro a seguir detalha o título Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentando a sua composição nos exercícios de 2021 e 2020.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
CONTA ÚNICA	81.492.692,82	1,82	51.512.797,78	1,49	58,20
BANCOS - DEMAIS CONTAS	4.291.409.674,70	95,94	3.309.838.357,90	95,85	29,66
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	99.964.763,64	2,23	91.799.126,39	2,66	8,90
TOTAL	4.472.867.131,16	100	3.453.150.282,07	100	29,53

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

O título Caixa e Equivalentes de Caixa sofreu um acréscimo de 29,53% em seu montante comparado ao exercício em 2020. A rubrica Bancos - Demais contas representa 95,94% do total do título em 2021. A rubrica conta única encerrou o exercício de 2021 com o montante de R\$ 81.492.692,82.



6.3.1.2. CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO

[Retorno ao Sumário](#)

Os créditos a receber estão divididos em dois grupos: (i) a curto prazo; e (ii) a longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos créditos a receber a curto prazo.

CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO - VALORES EM REAIS (R\$)		
ESPECIFICAÇÃO	2021	%
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - SERVIDOR	6.321.005,40	5,02
CONTRIBUIÇÕES AO IASPI	119.548.152,24	94,98
TOTAL	125.869.157,64	100

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

6.3.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

[Retorno ao Sumário](#)

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

O valor correspondente ao Ativo Não Circulante é de R\$ 13.242.497.452,17 representando 73,87% do total do ativo.

6.3.2.1. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

[Retorno ao Sumário](#)

Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/12/2021 dos Créditos Realizáveis a Longo Prazo que o Estado possui em seu Patrimônio.

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	5.342.357,52	0,17	2.440.136,87	0,08	118,94
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3.132.098.932,29	98,36	2.920.574.843,74	98,34	7,24
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	46.803.067,51	1,47	46.803.067,51	1,58	0,00
TOTAL	3.184.244.357,32	100	2.969.818.048,12	100	7,22

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

O valor de R\$ 3.184.244.357,32 compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

A Dívida Ativa Tributária representa 98,36% do total dos crédito realizáveis a longo



prazo do Estado em 2021, os registros contábeis são feitos através do Demonstrativo do Estoque da Dívida Ativa, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado, informando as inscrições, atualizações e baixas dos créditos tributários, conforme quadro a seguir:

DÍVIDA ATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ - VALORES EM REAIS (R\$)		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
	2021	2020
Até o Exercício Anterior	2.920.574.843,74	2.831.501.157,55
(+) Inscrições	261.430.915,75	136.055.121,46
(-) Baixas	49.906.827,20	46.981.435,27
Liquidados	6.105.476,26	11.686.826,14
Extintos	-	-
Pagamentos de Parcelas Recolhidos	2.379.374,22	4.800.010,69
Requisitados	-	-
Remidos	-	-
Anistiados	41.421.976,72	30.494.598,44
SALDO	3.132.098.932,29	2.920.574.843,74

Fonte: Demonstrativo da Dívida Ativa do Estado - Procuradoria Geral do Estado do Piauí

No exercício de 2021, a Dívida Ativa Tributária cresceu 7,24% em relação ao exercício de 2020, devido às inscrições realizadas no exercício no montante de R\$ 261.430.915,75.

Os Empréstimos e Financiamentos concedidos no valor de R\$ 5.342.357,52, referem-se aos empréstimos imobiliários concedidos pelo Instituto de Assistência e Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí - IASPI, bem como os empréstimos concedidos pelo Fundo Especial de Produção, criado pela Lei nº 6.032, de 6 de dezembro de 2010.

Os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, contabilizados na rubrica Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, totalizaram R\$ 46.803.067,51, são acordos firmados entre o Estado e a CEPISA e da Carteira Imobiliária do Banco do Estado do Piauí - BEP.

6.3.2.2. INVESTIMENTOS

[Retorno ao Sumário](#)

Os investimentos do Estado são reunidos em dois grupos, que totalizaram R\$ 1.279.410.085,96 em 31/12/2021, conforme tabela a seguir:



INVESTIMENTOS - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	1.262.040.348,24	1.118.518.178,86	12,83
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	17.369.737,72	17.369.737,72	0,00
TOTAL	1.279.410.085,96	1.135.887.916,58	12,64

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

A participação acionária do Estado do Piauí nas Empresas Estatais representou 9,53% do total do Ativo Não Circulante, no montante de R\$ 1.262.040.348,24, conforme demonstrativo a seguir:

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NAS EMPRESAS ESTATAIS - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO	INCORPORAÇÃO	POSIÇÃO
	31.12.20		31.12.21
Participações em Empresas – MEP	1.118.256.760,43	143.522.169,38	1.261.778.929,81
Fundação Radio e Televisão Educativa do Piauí	1.420,60	0,00	1.420,60
Caixa Econômica Federal do Piauí	81.235,47	0,00	81.235,47
Cia. de Gás do Piauí - GASPISA	3.211.993,88	191.250,00	3.403.243,88
Empresa de Gestão de Rec. Hum. do Estado Piauí-EMGERPI	354.211.718,13	0,00	354.211.718,13
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	108.215.224,53	0,00	108.215.224,53
Águas e Esgotos do Piauí S/A - AGESPISA	589.024.146,09	109.303.988,39	698.328.134,48
Banco do Nordeste do Brasil	4.366,99	0,00	4.366,99
Agência de Fomento e Desenvolvim. do Piauí	25.000.000,00	15.800.000,00	40.800.000,00
Cia de Adm. da ZPE de Parnaíba	21.191.941,71	13.830.465,79	35.022.407,50
Cia. De Terminais Alfandegários	7.597.852,55	1.072.500,00	8.670.352,55
Empresa de Turismo do Piauí - PIEMTUR	9.716.860,48	0,00	9.716.860,48
Agência de Atração de Invest. Estratégicos do Piauí S/A	0,00	3.323.965,20	3.323.965,20
Participações em Empresas – Método de Custo	261.418,43	0,00	261.418,43
TOTAL	1.118.518.178,86	143.522.169,38	1.262.040.348,24

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

Os bens não destinados ao uso totalizaram R\$ 17.369.737,72 e se referem a títulos de valores mobiliários provenientes do reconhecimento do contrato de Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, celebrado entre a União, Estado do Piauí e a Empresa de Gestão de Recurso do Estado do Piauí S/A – EMGERPI relativo aos créditos cedidos pelo Banco do Estado do Piauí – BEP, conforme DOU nº 063 de 01/04/2011, página 15.



6.3.2.3. IMOBILIZADO

[Retorno ao Sumário](#)

O imobilizado do Estado representou 48,13% do Ativo total contabilizado no exercício de 2021, no montante de R\$ 8.627.917.267,51, segregado em três grupos: bens móveis, bens imóveis e depreciação, exaustão e amortização acumuladas. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do imobilizado e o detalhamento dos grupos bens móveis, bens imóveis e depreciação, exaustão e amortização acumuladas.

IMOBILIZADO - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
BENS MÓVEIS	1.770.695.063,96	1.527.245.434,59	15,94
BENS MÓVEIS	503.484.705,89	463.016.917,03	8,74
BENS DE INFORMÁTICA	328.737.906,25	291.452.381,69	12,79
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	309.015.141,27	293.038.402,48	5,45
MATER CULT. EDUCAC E DE COMUNICAÇÕES	185.466.673,89	63.717.534,48	191,08
VEÍCULOS	384.302.687,11	356.285.982,51	7,86
ALMOXARIFADOS INTERNOS - BENS MÓVEIS	3.022.997,58	3.022.997,58	0,00
ARMAMENTOS	5.885.289,83	5.885.289,83	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	50.779.662,14	50.825.928,99	-0,09
BENS IMÓVEIS	6.857.262.480,20	5.857.272.908,94	17,07
BENS DE USO ESPECIAL	1.729.241.716,88	1.597.608.268,76	8,24
IMÓVEIS DOMINIAIS/DOMINICAIS	1.568.056.686,76	1.475.550.250,52	6,27
BENS DE USO COMUM DO POVO	3.448.595.755,63	2.669.195.599,24	29,20
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	106.621.022,45	106.621.022,45	0,00
INSTALAÇÕES	3.446.317,14	3.446.317,14	0,00
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	167.372,54	167.372,54	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.133.608,80	4.684.078,29	-75,80
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-40.276,65	0,00	-
TOTAL	8.627.917.267,51	7.384.518.343,53	16,84

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

6.3.2.4. INTANGÍVEL

[Retorno ao Sumário](#)

O Ativo Intangível do Estado, em 31/12/2021, totalizou R\$ 150.925.741,38 integralmente no item Direito de Uso - Softwares. A tabela abaixo detalha o item “DIREITO DE USO - SOFTWARES” por Unidade Gestora em 2021.



DIREITO DE USO - SOFTWARES - VALORES EM REAIS (R\$)		
UNIDADE GESTORA	2021	%
010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	5.040,00	0,00
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	933.701,58	0,62
020102 - FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS	834.745,48	0,55
040105 - FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ	298.163,41	0,20
120101 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	453.216,24	0,30
130101 - SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ	22.945.113,64	15,20
130116 - FUNDO DESENV E APERF DA ADM TRIBUTÁRIA FUNDAT	16.057.047,78	10,64
140102 - RECURSOS P DESENV DA EDUCACAO BASICA	81.137.999,49	53,76
150101 - SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	75.099,60	0,05
190101 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	46.320,00	0,03
210101 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	270.000,00	0,18
210204 - AGÊNCIA DE TECNOL. DA INFORM. DO EST. DO PI	26.209.990,86	17,37
220201 - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ - FUNPESPI	91.698,00	0,06
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA	859.986,56	0,57
250102 - FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	315.078,76	0,21
370101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	79.540,00	0,05
520201 - AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PI - ADAPI	312.999,98	0,21
TOTAL	150.925.741,38	100

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

6.3.3. PASSIVO CIRCULANTE

[Retorno ao Sumário](#)

O Passivo Circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Estão inclusos neste grupo de contas as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e as Obrigações Fiscais a Curto Prazo.

O valor correspondente ao Passivo Circulante é de R\$ 1.182.282.276,50, representando 6,60% do total do Passivo.

6.3.3.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

[Retorno ao Sumário](#)

No curto prazo, os itens Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar respondem, juntos, por praticamente 100% do saldo desse subgrupo, conforme tabela abaixo.



OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
PESSOAL A PAGAR	190.395.964,49	84,06	1.573.309.954,26	97,09	-87,90
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	3.798,24	0,00	3.798,24	0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	36.107.730,04	15,94	47.103.856,77	2,91	-23,34
TOTAL	226.507.492,77	100	1.620.417.609,27	100	-86,02

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

O item Benefícios Previdenciários a Pagar permaneceu o mesmo no exercício de 2021.

Os Encargos Sociais a Pagar representam 15,94% das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. No Balanço Patrimonial Consolidado os saldos das contas intragovernamentais referentes aos Benefícios Previdenciários a Pagar - Intra OFSS foram excluídos para viabilizar a consolidação das contas do ente. Este subitem encerrou o exercício de 2021 com o montante de R\$ 82.948.088,29.

O item Pessoal a Pagar responde por 84,06% deste subgrupo e está distribuído conforme tabela abaixo.

PESSOAL A PAGAR A CURTO PRAZO - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	45.547.043,29	23,92	366.323.622,47	23,28	-87,57
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS - DEA	40.946.526,86	21,51	127.057.847,61	8,08	-67,77
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	103.247.803,71	54,23	1.079.265.998,77	68,60	-90,43
PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	654.590,63	0,34	662.485,41	0,04	-1,19
TOTAL	190.395.964,49	100	1.573.309.954,26	100	-87,90

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

6.3.3.2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

[Retorno ao Sumário](#)

Em 31/12/2021, o Estado apresentou um saldo de R\$ 575.239.127,62 com fornecedores e contas a pagar de obrigações a curto prazo. A tabela a seguir detalha a composição deste item.



FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ%
FORNECEDORES E CREDITORES	565.642.655,30	98,33	307.846.770,70	93,14	83,74
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS	3.806.563,89	0,66	14.530.422,64	4,40	-73,80
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	-
FORNECEDORES NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	5.789.908,43	1,01	8.159.695,61	2,47	-29,04
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL	575.239.127,62	100	330.536.888,95	100	74,03

FONTE: Balancete Consolidado / SEFAZ-PI

6.3.4. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

[Retorno ao Sumário](#)

O Passivo Não Circulante, no valor de R\$ 31.430.908.264,47, compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, abrangendo os empréstimos e financiamentos internos e externos e outras obrigações e provisões a longo prazo, e corresponde a 96,37% do total do Passivo.

6.3.4.1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

[Retorno ao Sumário](#)

O montante de empréstimos e financiamentos contraídos pelo Estado apresentou um acréscimo de 21,39% em 2021 em comparação com 2020, o que representa um aumento no montante de R\$ 1.279.308.639,50.

6.3.4.1.1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS

[Retorno ao Sumário](#)

Os empréstimos a longo prazo internos em 2021 apresentaram um valor total de R\$ 4.210.671.538,02, sendo 97,93% referente ao estoque da Dívida Interna Contratual e R\$ 87.173.706,45 referentes aos contratos de transação de créditos realizados entre o Estado e a CEPISA.



DÍVIDA FUNDADA INTERNA - VALORES EM REAIS (R\$)					
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	ESTOQUE 2021	%	ESTOQUE 2020	%	Δ %
PRODETUR II - BNB	28.217.951,55	0,68	30.656.799,03	1,06	-7,96
SANEAMENTO PARA TODOS I - CEF	3.297.264,98	0,08	4.407.297,44	0,15	-25,19
SANEAMENTO PARA TODOS II - CEF	16.390.807,00	0,40	17.826.651,90	0,62	-8,05
SANEAMENTO PARA TODOS III - CEF	13.360.262,64	0,32	13.027.499,91	0,45	2,55
PRO-MORADIA I - CEF	7.123.975,08	0,17	7.919.542,27	0,27	-10,05
PRO-MORADIA II - CEF	70.293.832,63	1,70	75.998.298,57	2,63	-7,51
PRO-MORADIA III - CEF	14.517.851,65	0,35	15.543.981,34	0,54	-6,60
PROG. EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO/PEF II - BNDES	69.293.562,82	1,68	69.293.562,82	2,40	0,00
PROG. DE APOIO AO INVESTIMENTO DOS ESTADOS E DF/PROINVESTE - BNDES	575.960.415,23	13,97	568.328.461,54	19,66	1,34
PRODESENVOLVIMENTO III - BB	800.000.000,00	19,40	0,00	0,00	-
PARC. EMGERPI - FCVS MP513/10	0,00	0,00	385.737,45	0,01	-
PARC. EMGERPI - LEI N. 11.941/09 - PREVIDENCIÁRIO	7.515.266,88	0,18	10.803.196,14	0,37	-30,43
PARC. EMGERPI - LEI N. 11.941/09 - DEMAIS DÉBITOS	6.869.536,27	0,17	10.089.155,19	0,35	-31,91
PRO DESENVOLVIMENTO II - BB	910.648.593,87	22,08	918.686.871,19	31,78	-0,87
PARC. INSS - Lei 12.810/13 - EXECUTIVO	78.101.193,32	1,89	83.560.960,46	2,89	-6,53
PARC. INSS - Lei 12.810/13 - LEGISLATIVO	57.186.777,98	1,39	61.185.123,70	2,12	-6,53
PARC. INSS - Lei 12.810/13 - MPE/PI	3.414.637,49	0,08	3.653.179,59	0,13	-6,53
PARC. PASEP - Lei 12.810/13 - GOVERNO	7.878.724,50	0,19	8.544.532,14	0,30	-7,79
PARC. EMGERPI - LEI N. 12.996/14 - PREVIDENCIÁRIO	857.191,56	0,02	982.198,68	0,03	-12,73
PARC. EMGERPI - LEI N. 12.996/14 - DEMAIS DÉBITOS	6.380.478,19	0,15	7.256.229,85	0,25	-12,07
PARC. MP 766 - PERT 2017 EMGERPI - TRIBUTOS	8.311.353,57	0,20	9.104.971,43	0,31	-8,72
PARC. ORDINÁRIO EMGERPI - FGTS	0,00	0,00	39.162,13	0,00	-
PARCELAMENTO ORDINÁRIO EMGERPI - INSS	21.003.682,13	0,51	28.484.860,61	0,99	-26,26
PARC. ASSEMBLÉIA - MP 766 - PERT	2.956.454,13	0,07	3.292.543,07	0,11	-10,21



PRÓ TRANSPORTES - CEF	44.767.041,85	1,09	44.147.938,86	1,53	1,40
FINISA I - CEF	432.613.580,93	10,49	517.917.667,24	17,92	-16,47
FINISA II - CEF	233.181.081,33	5,65	268.600.992,35	9,29	-13,19
PRODESENVOLVIMENTO IV - ITAÚ	600.000.000,00	14,55	0,00	0,00	-
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA	11.064.563,13	0,27	14.873.296,17	0,51	-25,61
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS - SEDUC	9.291.750,86	0,23	12.888.557,66	0,45	-27,91
RODOVIAS - BRB	83.000.000,00	2,01	83.000.000,00	2,87	-
TOTAL DÍVIDA FUNDADA INTERNA	4.123.497.831,57	100	2.890.499.268,73	100	42,66

Fonte: DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - Anexo XVI, da Lei 4.320/64

A Dívida Fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos, conforme o art. 98 da Lei n.º 4.320/1964. Houve um acréscimo na ordem de 42,66% no estoque da dívida interna contratual, em relação ao exercício anterior, conforme observado no quadro apresentado acima.

6.3.4.1.1.1. OUTROS CONTRATOS DE TRANSAÇÃO DE CRÉDITOS

[Retorno ao Sumário](#)

Os contratos de transação de créditos referem-se a acordos firmados entre a CEPISA e o GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, visando o encontro de contas relativas a débitos e créditos demonstrados no quadro a seguir pelos valores originais. Vale ressaltar que os aludidos contratos estão vinculados à regularização da CEPISA.

CONTRATO DE TRANSAÇÃO DE CRÉDITOS - VALORES EM REAIS (R\$)		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	DATA DA	SALDO EM
	ASSINATURA	31.12.2021
BEP/CEPISA/ESTADO	05.05.97	33.948.827,00
CEPISA/ESTADO - ICMS/PREFEITURAS	05.05.97	36.679.715,00
CEPISA/ESTADO - CONTAS DE LUZ	05.05.97	16.545.164,45
TOTAL GERAL		87.173.706,45

Saldo devedor pelo valor original.

Não houve inscrições e/ou baixas.

Fonte: Balanço Geral 2021



6.3.4.1.2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS

[Retorno ao Sumário](#)

A acréscimo do estoque da dívida externa em 2021 foi de 1,54% em relação a 2020, conforme o quadro a seguir:

DÍVIDA FUNDADA EXTERNA - VALORES EM REAIS (R\$)					
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	2021	%	2020	%	Δ%
BIRD/PCPR II - 2ª ETAPA	15.597.967,88	0,51	24.271.015,18	0,81	-35,73
BID/PROFISCO	54.208.263,14	1,78	56.088.976,71	1,87	-3,35
BIRD/PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPL	1.302.767.725,00	42,73	1.347.764.145,00	44,89	-3,34
FIDA / VIVA O SEMIÁRIDO	63.155.425,49	2,07	66.894.340,68	2,23	-5,59
BIRD/PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPL II	919.219.960,00	30,15	917.113.616,00	30,55	0,23
BIRD/PILARES DO CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL - SWAP	567.817.415,44	18,63	493.771.193,43	16,45	15,00
PRODAF - BID	125.914.672,66	4,13	96.468.065,95	3,21	30,52
TOTAL DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	3.048.681.429,61	100	3.002.371.352,95	100	1,54

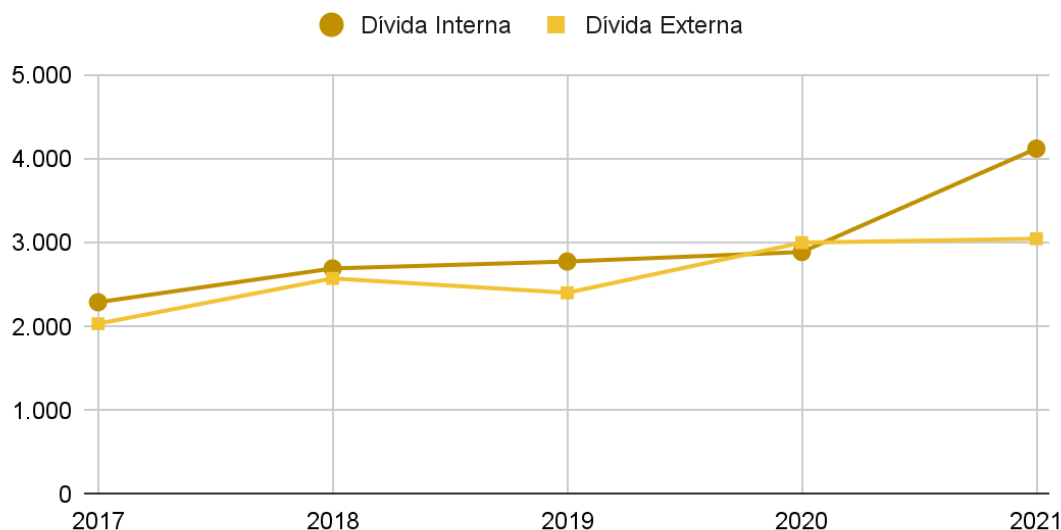
Fonte: Gerência da Dívida Pública

6.3.4.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

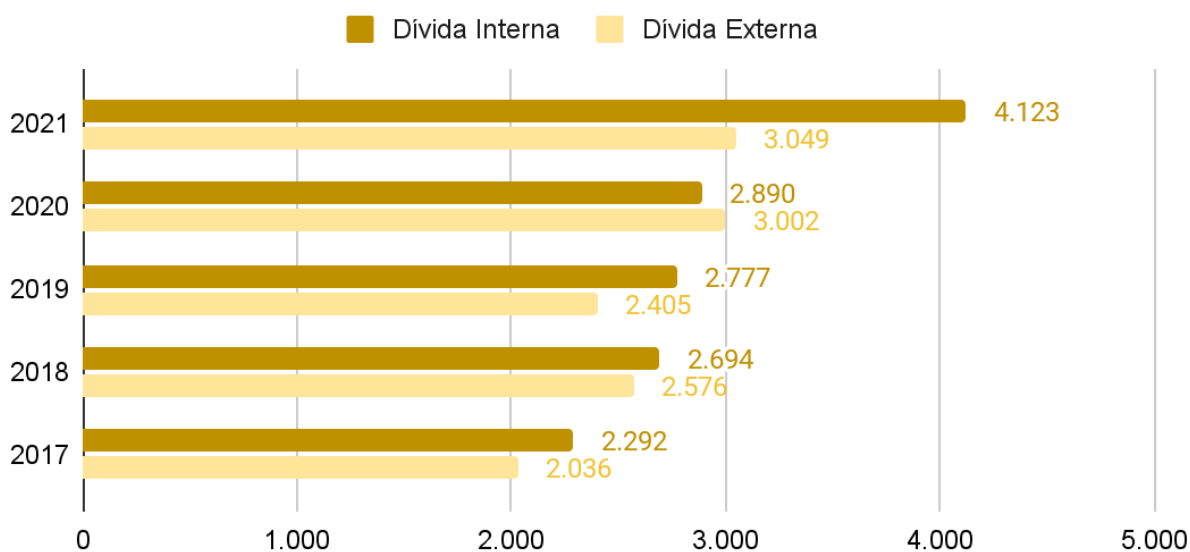
[Retorno ao Sumário](#)

O gráfico seguinte retrata a evolução da Dívida Fundada Interna e Externa do Estado nos últimos cinco anos, sem inclusão dos Precatórios.

Dívida Fundada Interna e Dívida Externa - R\$ (Milhões)



Dívida Fundada Interna e Dívida Externa - R\$ (Milhões)



6.3.4.3. SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA

[Retorno ao Sumário](#)

O serviço da dívida pago no exercício de 2021 alcançou o montante de R\$ 716.536.839,99, e se refere às parcelas de principal, juros e encargos, representando um acréscimo percentual de 28,30% em relação ao ano anterior. O quadro a seguir apresenta o total do serviço da dívida pago, consolidado por credor:



SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA - VALORES EM REAIS (R\$)					
CREDOR	2021	%	2020	%	Δ %
TESOURO NACIONAL	0,00	0,00	20.863.270,66	3,74	-
PARC.INSS/RFB/PGFN	41.788.577,85	5,83	42.787.402,29	7,66	-2,33
PARCELAMENTO FCVS	390.375,63	0,05	4.747.101,17	0,85	-91,78
CAIXA	188.005.906,45	26,24	78.663.338,68	14,09	139,00
BANCO DO BRASIL	137.694.576,28	19,22	54.807.220,80	9,81	151,23
BNB	5.553.628,52	0,78	28.478.057,26	5,10	-80,50
BNDES	36.355.129,73	5,07	18.677.317,54	3,34	94,65
BRB	7.891.855,00	1,10	830.000,00	0,15	850,83
ITAÚ	11.098.876,22	1,55	0,00	0,00	-
BIRD	271.572.382,49	37,90	292.543.684,88	52,38	-7,17
BID	8.792.425,31	1,23	8.935.552,25	1,60	-1,60
FIDA	7.393.106,51	1,03	7.156.134,39	1,28	3,31
TOTAL	716.536.839,99	100	558.489.079,92	100	28,30

Fonte: Gerência da Dívida Pública - UNIGED/SEFAZ-PI

6.3.4.4. DÍVIDA FLUTUANTE

[Retorno ao Sumário](#)

A Dívida Flutuante compreende valores dos restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, dos serviços da dívida a pagar, dos depósitos e dos débitos de tesouraria, conforme o art. 92 da Lei n.º 4.320/1964.

No exercício de 2021, a Dívida Flutuante totalizou o montante de R\$1.905.400.390,31, representando um aumento percentual de 4,57% em relação ao exercício anterior.

DÍVIDA FLUTUANTE - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO 2021			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	
Restos a Pagar Processados	1.379.737.854,98	680.007.817,59	1.117.390.404,76	62.103.946,81	880.251.321,00
Restos a Pagar não Processados	441.727.764,81	861.675.987,23	213.286.776,83	72.568.275,12	1.017.548.700,09
Depósitos	694.279,64	30.429.099,30	23.523.009,72	0,00	7.600.369,22



Total	1.822.159.899,43	1.572.112.904,12	1.354.200.191,31	134.672.221,93	1.905.400.390,31
-------	------------------	------------------	------------------	----------------	------------------

Fonte: SIAFE PI

6.3.4.5. OUTRAS OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

[Retorno ao Sumário](#)

Compõem ainda o Passivo não Circulante as Obrigações Fiscais, as Provisões Matemáticas Previdenciárias, os Precatórios e os Depósitos Judiciais, totalizando R\$24.172.269.612,43.

As Obrigações Fiscais são compostas do Parcelamento de Contribuições Previdenciárias assumidas junto ao Fundo de Previdência Social do Estado do Piauí.

Os Precatórios do Estado no longo prazo somavam, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.703.707.314,98, sendo compostos de 91,87% por Precatórios de obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais servidores ou empregados tenham direito, e de 8,13% por Precatórios de Fornecedores.

As provisões matemáticas representam as despesas previdenciárias asseguradas pelos benefícios previstos em lei dos servidores segurados do FUNPREV, que não estão cobertos pelas receitas previstas no plano de custos do sistema.

Os Depósitos judiciais correspondem a valores de obrigações, decorrentes de depósitos recebidos por determinação judicial e depósitos para recursos judiciais ou administrativos.

OUTRAS OBRIGAÇÕES - VALORES EM REAIS (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	2021	%	2020	%	Δ %
Obrigações Fiscais ¹	714.316	0,00	661.896	0,00	7,92
Precatórios de Fornecedores	138.481.580	0,57	157.051.126	0,61	-11,82
Precatórios de Pessoal	1.565.225.735	6,48	263.492.980	1,02	494,03
Provisões Matemáticas Previdenciárias	22.456.556.156	92,90	25.471.283.549	98,32	-11,84
Depósitos Judiciais	11.291.826	0,05	12.865.831	0,05	-12,23
TOTAL GERAL	24.172.269.612	100	25.905.355.383	100	-6,69

Fonte: Gerência da Dívida Pública

Nota 1: Valor referente ao subitem Obrigações FISCAIS A LONGO PRAZO COM OS ESTADOS - INTRA OFSS.



6.3.5. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

[Retorno ao Sumário](#)

O quadro abaixo apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não foram considerados.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - VALORES EM REAIS (R\$)		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	7.600.369	694.280
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	1.976.078.890	1.393.488.709
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.983.679.260	1.394.182.989
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	898.700.471	799.094.251
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	32.663.799.051	28.041.981.096
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	33.562.499.522	28.841.075.347

FONTE: Balanço Geral 2021

6.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

[Retorno ao Sumário](#)

O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial foram apresentados pelos seus valores totais.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - VALORES EM REAIS (R\$)		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	4.472.867.131	3.453.150.282
ATIVO PERMANENTE	13.605.402.500	12.049.253.378
TOTAL DO ATIVO	18.078.269.631	15.502.403.660
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	1.905.400.390	1.822.159.899
PASSIVO PERMANENTE	31.838.474.002	33.217.695.094
TOTAL DO PASSIVO	33.743.874.392	35.039.854.993
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	-15.665.604.760	-19.537.451.333



Fonte: Balanço Geral 2021

6.3.7. DÉFICIT OU SUPERÁVIT FINANCEIRO

[Retorno ao Sumário](#)

O Déficit ou Superávit Financeiro é apurado no Balanço Patrimonial pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. O quadro seguinte demonstra o Superávit Financeiro apurado nos Balanços Patrimoniais de 2021 e 2020, os quais apresentaram um resultado positivo de R\$ 2.567.466.740,85 e R\$ 1.630.990.382,64, respectivamente.

SUPERÁVIT FINANCEIRO BRUTO - VALORES EM REAIS (R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	Δ%
1. ATIVO FINANCEIRO.	4.472.867.131,16	3.453.150.282,07	29,53
2. (-) PASSIVO FINANCEIRO.	1.905.400.390,31	1.822.159.899,43	4,57
3. SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.567.466.740,85	1.630.990.382,64	57,42

Fonte: Balanço Geral 2021

Esse último quadro apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado por Fonte.

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO POR FONTE - VALORES EM REAIS (R\$)		
FONTE	2021	2020
00 - RECURSOS DO TESOIRO	985.214.860,69	806.615.504,45
10 - RECURSOS DE CONVÊNIO	203.145.394,29	240.074.647,30
11 - COTA-PARTE DO ESTADO NA RECEITA DA CIDE	-304.561,66	237.044,86
13 - RECURSOS DO SUS	166.099.127,47	116.258.934,83
14 - RECURSOS DO FNDE	21.980.137,52	25.942.582,72
15 - RECURSOS DO FUNDEB	105.842.982,58	-16.738.994,30
16 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNA	919.328.296,83	179.448.920,82
17 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA	-1.067.047,34	7.429.527,69
18 - RECURSOS DOS FUNDOS ESPECIAIS	193.647.902,74	134.951.412,50
19 - RECURSOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA	-143.209.087,57	-40.498.774,76
20 - RECURSOS DO FECOP	22.187.020,47	142.975.069,86
21 - RECURSOS DO FUNDO INTEGRADO DE BENS, DIREITOS E ATIVOS DA PREVIDÊNCIA	871.577,45	871.577,45
22 - RECURSOS DO IASP E DO PLAMTA	69.676.894,57	22.608.262,12
23 - RECURSOS DO AUXÍLIO FINANCEIRO LC 173/2020	5.120.792,98	4.085.455,82
24 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DA UNIÃO	18.471.362,41	6.655.752,82



25 - RECURSOS LEI 14.017/2020 (LEI ALDIR BLANC)	461.087,42	73.458,46
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	2.567.466.740,85	1.630.990.382,64

FONTE: Siafe-PI / SEFAZ-PI

A maioria das fontes no exercício de 2021 apresentaram um resultado superavitário, de modo que o total das fontes de recurso apresentou um superávit financeiro no valor de R\$ 2.567.466.740,85 apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

[Retorno ao Sumário](#)

A Demonstração das Variações Patrimoniais, estabelecida pelo artigo 104, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As Variações Aumentativas representam as agregações de novos elementos do Patrimônio Público que poderão ocorrer por meio de aumento de Valores Ativos, Reduções de Valores Positivos ou Fatos Permutativos, resultantes ou não da execução orçamentária.

As Variações Diminutivas representam as alterações dos elementos do Patrimônio Público que reduzem a Situação Patrimonial da Entidade, através do aumento de Valores Passivos, reduções de Valores Passivos ou Fatos Permutativos, resultantes ou não da execução orçamentária.

O quadro a seguir, demonstra as Variações Patrimoniais ocorridas nos exercícios de 2021 e 2020, bem como o Resultado Patrimonial, que neste último exercício foi de R\$ 4.932.277.592,68.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - VALORES EM REAIS (R\$)		
	2021	2020
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.284.708.504,65	5.977.287.159,23
CONTRIBUIÇÕES	905.194.920,77	863.292.035,38
EXPLORAÇÃO VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	42.755.992,96	30.393.845,19
VAR. PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	763.914.012,90	806.835.090,93
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	7.467.919.873,05	8.315.158.028,98



VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	121.942.406,86	427.300.292,68
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.798.216.384,63	6.058.920.648,50
TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.384.652.095,82	22.479.187.100,89
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	3.836.838.358,97	3.700.162.170,68
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.402.356.266,30	2.342.478.090,82
USO DE BENS SERVIÇOS E CONSUMO CAPITAL FIXO	2.750.145.564,67	2.227.918.126,85
VAR. PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.120.562.991,46	1.997.674.266,43
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	3.781.281.131,85	3.095.837.150,71
DESVALORIZAÇÃO PERDA DE ATIVOS INCORP PASSIVO	347.914.107,43	1.291.683.487,10
VAR. PAT. DIMINUTIVAS TRIBUTÁRIAS	221.064.274,65	185.644.304,07
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.992.211.807,81	3.738.382.758,95
TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.452.374.503,14	18.579.780.355,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.932.277.592,68	3.899.406.745,28

Fonte: DEMONSTRATIVO VARIAÇÃO PATRIMONIAL

6.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

[Retorno ao Sumário](#)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

No exercício de 2021, houve uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa no montante de R\$ 1.019.716.849,09, conforme demonstrado no quadro a seguir, que traz a Demonstração dos Fluxos de Caixa de forma Resumida.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - VALORES EM REAIS (R\$)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
INGRESSOS	26.115.479.409,80	23.422.099.674,56



DESEMBOLSOS	24.899.249.527,29	21.011.268.326,49
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS	1.216.229.882,51	2.410.831.348,07

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2021	2020
INGRESSOS	3.845.432,38	1.456.052,02
DESEMBOLSOS	1.232.631.002,33	828.292.548,08
FLUXO CAIXA LIQ. DAS ATIV. DE INVESTIMENTO	-1.228.785.569,95	-826.836.496,06

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2021	2020
INGRESSOS	1.596.219.678,98	356.167.990,59
DESEMBOLSOS	563.947.142,45	451.194.217,20
FLUXO CAIXA LIQ. DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	1.032.272.536,53	-95.026.226,61

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.019.716.849,09	1.488.968.625,40
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.453.150.282,07	1.964.181.656,67
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.472.867.131,16	3.453.150.282,07

Fonte: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

7. NOTAS EXPLICATIVAS

[Retorno ao Sumário](#)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis, constituem-se em peça importante no que diz respeito à transparência das informações, dos resultados e da situação econômico-financeira do Estado. Representam um detalhamento do Balanço Geral nos seus aspectos orçamentário, patrimonial e Fiscal e devem ser lidas em conjunto com esse documento. Esclarecem pontos e geram informações complementares.

Na execução dos atos e fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do exercício financeiro de 2021 merecem destaque e comentários, por sua relevância, as seguintes notas explicativas:

Parte A - Aspectos Gerais:

[Retorno ao Sumário](#)

- Prestação de Contas Anual à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e ao Tribunal de Contas do Estado** - Em cumprimento ao disposto no artigo 102, inciso XVII, da Constituição Estadual de 1989, no artigo 22 da Instrução

Normativa TCE nº 08, de 10 de dezembro de 2020, da Lei Estadual nº 7.426/2020 (LDO), e da Lei Estadual nº 7.437/2020 (LOA), temos a satisfação de apresentar as Notas Explicativas do Balanço Geral do Estado como parte da Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí.

2. **Aspectos Legais** - Os relatórios contábeis e de gestão fiscal foram elaborados com base nos critérios e princípios constantes nas Leis Federais nº 4.320/64, nº 6.404/76 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, com suas respectivas alterações. Também da Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e da Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que aprovam a 8ª edição do MCASP, válido até o exercício de 2021, levando em consideração o plano de contas vigente, que norteiam quanto à sua forma, conteúdo e abrangência. No seu conteúdo, retrata a situação orçamentária, financeira, patrimonial e econômica do Estado, abrangendo as Secretarias de Estado, Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas.
3. **Sistema Integrado de Administração Financeira** – O Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí – SIAFE-PI foi implementado pela Lei 6.928 de 27 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE-PI) nº 240 de 27 de dezembro de 2016, para toda a Administração Direta, nos Poderes Legislativo, Judiciário, no Ministério Público, no Tribunal de Contas do Estado, nas Autarquias, nas Fundações, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista do Estado do Piauí. Esta centralização em sistema único de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia, está conforme § 6º do Art. 48 da LRF.

4. **Informações Obtidas no SIAFE-PI** - As informações contidas no Balanço Geral de Estado são extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí – SIAFE-PI, o qual centralizou a execução orçamentária e financeira do Estado no exercício financeiro de 2021 e cujo gerenciamento está a cargo da Superintendência do Tesouro Estadual/SEFAZ-PI.

Parte B - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

[Retorno ao Sumário](#)

5. **Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão** - Conforme demonstrado no item 22 destas Notas Explicativas, os restos a pagar não processados (RPNP) liquidados, que foram liquidados e não pagos, foram reclassificados, no encerramento do exercício, em restos a pagar processados (RPP).
6. **Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Servidores Públicos** - A Projeção Atuarial foi elaborado a partir da Avaliação Atuarial de 2021 - ano base 2020 encaminhada pela PIAUIPREV-PI (Processo SEI - 00009.011436/2021-87).

Parte C - Balanço Patrimonial - BP:

[Retorno ao Sumário](#)

7. **Disponibilidades** – As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
8. **Direitos, títulos de créditos e obrigações** - Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos e dos passivos descritas no 8ª edição do MCASP, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das

demonstrações contábeis, salvo se houver orientação específica.

Os direitos referentes a Créditos e Dívidas foram avaliados e mensurados pelo valor original de realização. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Quando prefixados foram ajustados a valor presente e quando pós fixados ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até o encerramento do balanço. Atualizações\ajustes apurados vão para contas de resultado.

9. **Avaliação dos Bens, Valores em Circulação e Realizáveis** - Os Bens e Valores Circulantes e os não Circulantes, foram avaliados pelo valor de realização.
10. **Dívida Ativa Estadual** – Procedeu-se o reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa pelo valor de recebimento, corrigido até dezembro de 2021, com base no demonstrativo levantado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e o montante foi registrado no SIAFE-PI. Os valores contabilizados são registrados pelo valor corrente para a inscrição, cancelamento, recebimento e os ajustes correspondentes, e seus saldos estão computados até dezembro de 2021.
11. **Estoques** - A Regra Geral é a mensuração com base no valor de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
12. **Imobilizado** – Os valores do imobilizado foram registrados pelos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou pelo custo de produção ou de construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4.320/64.
13. **Obrigações Trabalhistas, Fornecedores, Credores, Fiscais e Demais Obrigações do Passivo Circulante** – As Obrigações em Circulação e os Depósitos foram avaliados pelo valor decrescente das exigibilidades em 31/12/2021.
14. **Registro dos Empréstimos e Financiamentos** – A dívida fundada interna,

externa e demais obrigações a longo prazo da Administração Direta e Indireta, mantêm-se consistentes com os registros contábeis, conforme informação prestada pela Unidade de Gestão da Dívida Pública e Encargos Gerais do Estado – UNIGED, da Superintendência do Tesouro do Estado do Piauí – SUTESP, da SEFAZ. A Dívida Externa é convertida para o Real (R\$) nas datas de liberação, de pagamentos e de registro dos respectivos saldos contábeis. As demais dívidas são atualizadas de acordo com os respectivos índices contratuais. Considerando-se os saldos em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes os indexadores da Dívida Contratual, com os respectivos percentuais, em relação ao valor total da dívida:

Em mil

ESTOQUE EM 31/12/2021 - POR INDEXADORES		
INDEXADOR	VALOR	%
CÂMBIO	3.987.548	54,92%
CDI	2.148.795	29,60%
TJLP	645.254	8,89%
SELIC	221.546	3,05%
TR	169.751	2,34%
OUTRAS	87.174	1,20%
TOTAL	7.260.067	100%

15. **Provisões Matemáticas Previdenciárias** - Foram atualizadas as provisões de longo prazo relativas às Reservas Matemáticas Previdenciárias, que expressam a projeção atuarial, representativa da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas). O valor registrado tem como base a Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios de Regime Próprio do Estado de 2021, com ano base 2020, em conformidade com processo SEI 00227.001739/2021-17.
16. Os saldos das contas intragovernamentais foram excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente em conformidade com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª edição, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 4.2.1.

Parte D – Balanço Orçamentário - BO:

[Retorno ao Sumário](#)

- 17. Regimes Contábeis Adotados para a Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias** – Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são utilizados os regimes de caixa para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei nº 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis.
- 18. Utilização do Superávit Financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, e suas influências no Resultado Orçamentário** - Importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado

quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo Saldo de Exercícios Anteriores, do Balanço Orçamentário.

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária.

19. Receitas Correntes - As Receitas Correntes no Balanço Orçamentário são apresentadas pelos seus valores líquidos, ou seja, já estão deduzidas por exemplo as restituições, transferências aos municípios e transferências ao FUNDEB, entre outras.

20. Execução dos Restos a Pagar – Em conformidade com os arts. 7º e 8º da Lei Estadual Nº 7.435/2020 (DOE-PI Nº 243 de 28/12/2020) foram adotados os seguintes procedimentos:

- Para o Poder Executivo, os restos a pagar não processados inscritos nos anos anteriores ao do exercício de 2021, que não foram liquidados, foram cancelados em 31 de dezembro de 2021, com as seguintes exceções:
 - Fonte 100 com detalhamento;
 - Despesas dos órgãos Saúde, Educação e da Defensoria Pública;
 - Fontes vinculadas.
- Para o Poder Executivo, os restos a pagar processados, cujo tempo de inscrição já tinha transcorrido dois (2) anos em 2021, foram cancelados em 31 de dezembro de 2021, com as seguintes exceções:
 - Fonte 100 com detalhamento;
 - Despesas dos órgãos Saúde, Educação e da Defensoria Pública;
 - Fontes vinculadas.

21. Os saldos remanescentes dos Restos a Pagar inscritos até 2020 foram reinscritos nas contas contábeis 531210101 e 532210101.

22. Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados



liquidados - conforme previsto no MCASP 8ª EDIÇÃO, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (Pag. 128), os Restos a Pagar Não Processados Liquidados, nos procedimentos de encerramento do exercício, foram transferidos para a conta de Restos a Pagar Processados. Foram realizados os seguintes lançamentos contábeis:

Encerramento do Controle de RP – Controle Orçamentário

D: 6.3.1.3.0.00.00 RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR

C: 6.3.2.1.0.00.00 RP PROCESSADOS A PAGAR

Encerramento do Controle de RP – Controle Orçamentário

D: 5.3.2.1.0.00.00 RP PROCESSADOS INSCRITOS

C: 5.3.1.1.0.00.00 RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS

Encerramento do Controle de RP – Controle Orçamentário

D: 5.3.2.2.0.00.00 RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

C: 5.3.1.2.0.00.00 RP NÃO PROCESSADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Abaixo segue tabela demonstrando como ficaram os valores inscritos em RPNP, após a transferência do RPNP liquidado para RPP:

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
	RPNP - Exercícios Anteriores (antes da transferência)	RPNP - Exercício Anterior (antes da transferência)	RPNP - Exercícios Anteriores (após da transferência)	RPNP - Exercício Anterior (após da transferência)
3 - Despesas Correntes	85.979.575,68	232.210.791,74	85.416.519,88	231.584.257,52
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.068.364,05	23.999.729,10	2.068.364,05	23.990.390,40
2 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	83.911.211,63	208.211.062,64	83.348.155,83	207.593.867,12
4 - Despesas de Capital	30.087.771,81	98.735.768,60	30.081.538,97	94.645.448,44
4 - Investimentos	30.087.771,81	97.735.768,60	30.081.538,97	93.645.448,44
5 - Inversões Financeiras	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	116.067.347,49	330.946.560,34	115.498.058,85	326.229.705,96

Fonte: SIAFE-PI



Abaixo segue tabela demonstrando como ficaram os valores inscritos em RPP, após a transferência do RPNP liquidado para RPP:

Categoria da Despesa / Grupo de Despesa	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
	RPP - Exercícios Anteriores (antes da transferência)	RPP - Exercício Anterior (antes da transferência)	RPP - Exercícios Anteriores (após da transferência)	RPP - Exercício Anterior (após da transferência)
3 - Despesas Correntes	240.828.531,33	1.050.614.590,85	241.391.587,13	1.051.241.125,07
1 - Pessoal e Encargos Sociais	137.577.900,73	834.647.266,67	137.577.900,73	834.656.605,37
2 - Juros e Encargos da Dívida	710.852,59	0,00	710.852,59	0,00
3 - Outras Despesas Correntes	102.539.778,01	215.967.324,18	103.102.833,81	216.584.519,70
4 - Despesas de Capital	46.246.280,77	36.762.309,01	46.252.513,61	40.852.629,17
4 - Investimentos	45.107.927,14	36.414.551,49	45.114.159,98	40.504.871,65
5 - Inversões Financeiras	604.885,57	347.757,52	604.885,57	347.757,52
6 - Amortização da Dívida	533.468,06	0,00	533.468,06	0,00
Total	287.074.812,10	1.087.376.899,86	287.644.100,74	1.092.093.754,24

Fonte: SIAFE-PI

23. Conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos - O § 2º do art. 3º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, estabeleceu que as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC serão emitidas no intuito de auxiliar os entes da Federação na aplicação e interpretação das diretrizes, conceitos e regras contábeis relativas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual. Portanto, as instruções contidas nesta IPC poderão ser utilizadas por todos os que observam as regras vigentes sobre contabilidade aplicada ao setor público.

Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extra orçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários.

Uma das ações que compõem o Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais são os "Ajustes de Outros desembolsos operacionais", que como explicado acima são situações não previstas em orçamento, mas que afetam o Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa. Nesse caso, seria a variação dos Saldo Inicial e Final da conta contábil 218810400 - Depósitos Não Judiciais no valor de R\$ -6.906.089,58.

Desta forma o Balanço Orçamentário está conciliado com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com os valores dos Fluxos de Caixa Líquidos			
Balanço Orçamentário		DFC	
Receitas Realizadas (I)	15.239.831.829,05	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades Operacionais (I)	1.216.229.882,51
Despesas Pagas (II)	12.896.343.887,95	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Investimento (II)	-1.228.785.569,95
Restos a Pagar Proc. e Não Proc. Liquidado Pagos (III)	1.117.390.404,76	Fluxo De Caixa Líquido Das Atividades De Financiamento (III)	1.032.272.536,53
Restos A Pagar Não Processados Pagos (IV)	213.286.776,83	Geração Líquida De Caixa E Equiv. De Caixa Iv = (I+II+III)	1.019.716.849,09
		Ajustes De Outros Desembolsos Operacionais (V)	-6.906.089,58
Total = (I-II-III-IV)	1.012.810.759,51	Geração Líquida De Caixa E Equiv. De Caixa Ajustada VI = (IV+V)	1.012.810.759,51

Parte E – Balanço Financeiro - BF:

[Retorno ao Sumário](#)

24. Registro dos Ingressos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados -

Segundo a IPC - 06, que dispõe sobre a Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos Extraorçamentários” contemplam situações não previstas no mapeamento da referida IPC, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”, foram adotados os seguintes procedimentos:

As contas 2.1.8.8.0.00.00 - VALORES RESTITUÍVEIS correspondem a valores que transitam pelo orçamento e, portanto, já impactaram no balanço financeiro, por essa razão a diferença entre saldos final e inicial desta conta foi



deduzido do valor correspondente aos dispêndios, tendo em vista que o movimento devedor foi maior que o movimento credor no exercício de 2020.

A conta contábil 2.1.8.8.1.04.00 - DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS, entretanto, compreende valores de obrigações, decorrentes de depósitos recebidos, exceto depósitos judiciais, como, por exemplo, os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas e seus valores não transitam pelo orçamento, por essa razão, não é necessário deduzir o valor correspondente à diferença entre seus saldos final e inicial.

Em relação aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados na demonstração contábil Balanço Financeiro - BF, foi utilizada a seguinte regra:

INGRESSOS	
Linha	Regras das Contas Contábeis
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	Crédito 2.1.8.8.0.00.00 (-) variação da conta contábil (saldo final do exercício - saldo inicial do exercício) 2.1.8.8.0.00.00 (-) 2.1.8.8.1.04.00

Desta forma, para conciliação entre o Balancete (Mês 13) e o Balanço Financeiro na parte dos Dispêndios, na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados é necessário considerar o montante R\$ -163.589.696,48, em razão da regra acima adotada, conforme abaixo:

Conta	Saldo Inicial	Saldo Final	Variação
218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS	478.406.897,22	321.723.290,32	-156.683.606,90
218810400 - DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	694.279,64	7.600.369,22	6.906.089,58
Valor conforme regra apontada acima (2.1.8.8.0.00.00 - 2.1.8.8.1.04.00)			-163.589.696,48

25. Registro de Outros Recebimentos Extraorçamentários - Segundo a IPC - 06, que dispõe sobre a Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, os campos “Outros Recebimentos Extraorçamentários” e “Outros Pagamentos



Extraorçamentários” contemplam situações não previstas no mapeamento da referida IPC, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o “Saldo do Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”.

As contas 2.1.8.9.0.00.00 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO correspondem a valores que transitam pelo orçamento e, portanto, já impactaram no balanço financeiro, por essa razão a diferença entre saldos final e inicial destas contas foi deduzido do valor correspondente aos ingressos, tendo em vista que o movimento credor foi maior que o movimento devedor no exercício de 2021.

Em relação aos Outras Obrigações a Curto Prazo na demonstração contábil Balanço Financeiro - BF, foi utilizada a seguinte regra:

INGRESSOS	
Linha	Regras das Contas Contábeis
Outros Recebimentos Extraorçamentários	Crédito 2.1.8.9.0.00.00 (-) variação da conta contábil (saldo final do exercício - saldo inicial do exercício) 2.1.8.9.0.00.00

Desta forma, para conciliação entre o Balancete (Mês 13) e o Balanço Financeiro na parte dos Ingressos, na linha Outras Obrigações a Curto Prazo é necessário considerar o montante R\$ 41.536.148,88, em razão da regra acima adotada, conforme segue:

Conta	Saldo Inicial	Saldo Final	Variação
218900000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	90.023.761,36	48.487.612,48	-41.536.148,88

- 26. Receita Orçamentária** - No Balanço Financeiro as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Segue abaixo quadro com detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos:



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR GRUPOS DE FONTE DE RECURSOS						
ESPECIFICAÇÃO	2021			2020		
FONTE	Receita Orçamentária (a)	Deduções (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (a)	Deduções (b)	Saldo (c) = (a - b)
Ordinária	12.339.677.391	-3.495.961.236	8.843.716.155	12.113.002.164	-2.824.583.750	9.288.418.413
100 - TESOUREO ESTADUAL	12.339.677.391	-3.495.961.236	8.843.716.155	12.113.002.164	-2.824.583.750	9.288.418.413
Vinculada	6.455.579.018	-59.463.344	6.396.115.674	4.587.705.638	-7.759.812	4.579.945.826
110 - CONVÊNIO	132.739.040	0	132.739.040	129.441.510	0	129.441.510
111 - CIDE	11.314.134	-2.819.483	8.494.652	17.417.549	-4.346.662	13.070.888
113 - SUS	567.000.870	0	567.000.870	541.443.994	0	541.443.994
114 - FNDE	42.804.206	0	42.804.206	45.425.971	0	45.425.971
115 - FUNDEB	1.163.451.903	0	1.163.451.903	902.706.011	0	902.706.011
116 - OP. DE CRÉD. INTERNA	1.426.513.585	0	1.426.513.585	133.071.136	0	133.071.136
117 - OP. DE CRÉD. EXTERNA	97.555.135	0	97.555.135	149.724.757	0	149.724.757
118 - FUNDOS ESPECIAIS	171.840.347	-4.421.514	167.418.833	155.868.365	-3.403.584	152.464.781
120 - FECOP	259.915.827	-51.970.286	207.945.541	212.294.922	0	212.294.922
123 - RECURSOS DO AUXÍLIO FINANCEIRO LC 173/2020	0	0	0	143.265.116	0	143.265.116
124 - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DA UNIÃO	20.422.192	0	20.422.192	8.447.889	0	8.447.889
125 - RECURSOS LEI 14.017/2020 (LEI ALDIR BLANC)	56.429	0	56.429	35.653.108	0	35.653.108
210 - CONVÊNIO	13.227.329	0	13.227.329	7.336.902	0	7.336.902
219 - PREVIDÊNCIA	2.190.918.896	-251.416	2.190.667.480	1.766.036.038	-6.221	1.766.029.817
222 - IASP E PLAMTA	357.819.126	-645	357.818.481	339.572.369	-3.345	339.569.024
TOTAL	18.795.256.409	-3.555.424.580	15.239.831.829	16.700.707.802	-2.832.343.562	13.868.364.240

Fonte: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Parte F– Demonstração da Variação Patrimonial - DVP

[Retorno ao Sumário](#)

27. Provisões Matemáticas Previdenciárias - Foram atualizadas as provisões de longo prazo relativas às Reservas Matemáticas Previdenciárias, que expressam a projeção atuarial, representativa da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (ativos, aposentados e pensionistas). O valor registrado tem como base a Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios de Regime Próprio do Estado de 2021, com ano base 2020, em conformidade com SEI 00227.001739/2021-17. Os montantes estão demonstrados nas linhas Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas das VPAs e Constituição de Provisões das VPDs, nos seguintes valores, respectivamente, R\$ 5.755.073.516,31 e R\$ 2.740.346.122,98.

28. Os saldos das contas intragovernamentais foram excluídos para viabilizar a

consolidação das contas no ente em conformidade com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8ª edição, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 5.2.

Parte G – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

[Retorno ao Sumário](#)

29. **Conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial** - Informações adicionais podem ser importantes para que os usuários entendam a posição financeira e a liquidez da entidade. No quadro a seguir apresentamos a conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

Conciliação da DFC com os valores do Balanço Patrimonial			
Balanço Patrimonial		DFC	
Caixa e Equivalentes de Caixa 2021 (I)	4.472.867.131,16	Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	1.216.229.882,51
Caixa e Equivalentes de Caixa 2020 (II)	3.453.150.282,07	Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-1.228.785.569,95
		Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	1.032.272.536,53
Total = (I-II)	1.019.716.849,09	Geração Líquida de Caixa e Equiv. de Caixa Ajustada IV = (I+II+III)	1.019.716.849,09

Parte H – Resultados Financeiro, Patrimonial e Orçamentário

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

30. **Resultado Financeiro** - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Estado. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro.

- 31.



RESULTADO FINANCEIRO	CÁLCULO	2019	2020	2021
O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.		1.964.181.656,67 (-) 2.531.533.675,31	3.453.150.282,07 (-) 1.964.181.656,67	4.472.867.131,16 (-) 3.453.150.282,07
	Saldo para o Exercício Seguinte - Saldo do Exercício Anterior	= (-) 67.352.018,64	= 1.488.968.625,40	= 1.019.716.849,09
Fonte: Balanço Financeiro Consolidado (Anexo XIII, da Lei 4.320/64)				

32. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

RESULTADO PATRIMONIAL	CÁLCULO	2019	2020	2021
O resultado patrimonial é um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais e é apurado pelo confronto das transações que aumentam e diminuem o patrimônio líquido	Variações Patrimoniais Aumentativas - Variações Patrimoniais Diminutivas	53.358.857.564	22.479.187.100,89	22.384.652.095,82
		(-)	(-)	(-)
		79.179.213.259	18.579.780.355,61	17.452.374.503,14
		= (-) 25.820.355.694	= 3.899.406.745,28	= 4.932.277.592,68
Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada (Anexo XV, da Lei 4.320/64)				

33. **Resultado Orçamentário** - O regime orçamentário do Estado segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	CÁLCULO	2019	2020	2021
O resultado orçamentário é representado pela diferença entre a Receita Orçamentária Realizada e a Despesa Orçamentária Executada (Empenhada).	Receita Realizada - Despesa Executada	11.370.808.710 (-) 12.667.220.950	13.868.364.239,72(-)) 12.475.050.142,67	15.239.831.829,05 (-) 14.438.027.692,77
		= (1.296.412.240)	= 1.393.314.097,05	= 801.804.136,28
Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo XII, da Lei 4.320/64).				

Parte I – Procedimentos de Encerramento do Exercício:

[Retorno ao Sumário](#)

34. **Procedimentos Contábeis Padronizados adotados no processo de encerramento do exercício financeiro de 2021 e abertura do exercício seguinte** - O Governo do Estado do Piauí publicou o Decreto nº 20.266/2021 (DOE-PI nº 249 de 22/11/2021),



dispondo sobre os procedimentos e as datas-limite no processo de encerramento do exercício 2021, com vistas a atender o que dispõe a legislação que trata sobre normas de Finanças Públicas, dentre elas a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei 4.320/64. O Decreto nº 20.266/2021 foi alterado posteriormente pelos Decretos nº 20.314/2021 (DOE-PI nº 258 de 02/12/2021) e 20.451/2021 (DOE-PI nº 276 de 30/12/2021).

Em Conformidade com o Art. 5º do Decreto Nº 20.266/2021, a Superintendência do Tesouro do Estado do Piauí, por meio da Unidade de Controle Contábil (UNICON), disponibilizou versão eletrônica dos Procedimentos Contábeis Padronizados para encerramento do exercício de 2021 no site da SEFAZ-PI, Seção Transparência, Aba Procedimentos Contábeis e no módulo Base de Conhecimento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE-PI). Os procedimentos foram estabelecidos por meio da PORTARIA SEFAZ-PI/GASEC/SUTESP/UNICON Nº 3/2021 publicada no DOE-PI nº 258 de 02/12/2021.

Os Procedimentos Contábeis Padronizados de encerramento do exercício de 2021 podem ser consultados no endereço eletrônico <https://portal.sefaz.pi.gov.br/procedimentos-contabeis-siafe-pi>.



Considerações Finais

[Retorno ao Sumário](#)

O conteúdo apresentado, no decorrer destas notas explicativas, teve como premissa esclarecer ou complementar informações relevantes evidenciadas nas demonstrações contábeis apresentadas pelo Governo do Estado do Piauí no exercício financeiro de 2021.

As notas explicativas complementam as informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, ratificando o esforço do governo em cumprir as metas estabelecidas e atender aos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como aos dispositivos constitucionais, à Lei Federal nº 4.320/64, às Normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (8ª edição), Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TSP – do Setor Público) relativa ao assunto.



ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DIRETA

[Retorno ao Sumário](#)

ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (ADMINISTRAÇÃO DIRETA)

ÓRGÃOS E ENTIDADES	CÓDIGO SIAFE
Assembleia Legislativa	01
Tribunal de Contas do Estado	02
Tribunal de Justiça	04
Governadoria do Estado	11
Secretaria de Segurança Pública	12
Secretaria da Fazenda	13
Secretaria da Educação	14
Secretaria da Agricultura Familiar	15
Secretaria da Infra-Estrutura	16
Secretaria de Saúde	17
Secretaria de Planejamento	19
Secretaria Desenvolvimento Econômico	20
Secretaria da Administração e Previdência	21
Secretaria da Justiça	22
Encargos Gerais do Estado	24
Ministério Público do Estado do Piauí	25
Polícia Militar do Piauí	26
Secretaria Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	28
Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Dir. Humanos	30
Coordenadoria Comunicação Social	33
Defensoria Pública do Estado do Piauí	35
Procuradoria Geral do Estado do Piauí	36
Controladoria Geral do Estado do Piauí	37
Secretaria para Inclusão da Pessoa com Deficiência	38
Reserva de Contingência	39
Coordenadoria de Segurança	40
Corpo de Bombeiros Militar	44
Secretaria das Cidades	45



Secretaria dos Transportes	46
Secretaria do Turismo	47
Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo	48
Secretaria de Defesa Civil	49
Sec. Est. Mineração Petróleo Energ. Renováveis	50
Secretaria da Cultura	51
Secretaria do Agronegócio e Empreendedorismo Rural	52
Tesouro Estadual	90



ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRETA*

[Retorno ao Sumário](#)

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)

ENTIDADES	CÓDIGO SIAFE
Fundação Rádio e Televisão Dep. Humberto R. da Silveira	10201
Fundo de Modernização do Tribunal de Contas	20102
Fundo de Mod. e Reap. e Mod. do Judiciário	40105
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados	11201
Fundo Estadual de Segurança pública	12201
Agência de Fomento e Desenvolvimento do PI S/A	13203
Fundo Garantidor Mic. e Peq. Emp. – FUNGEP	13204
Fundo Especial de Produção - FEP	13205
Fundo Especial de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa	13206
Fundação Universidade Estadual do Piauí	14201
Fundação dos Esportes do Piauí	14203
Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	14204
Instituto Superior de Educação Antonino Freire	14207
Instituto de Terras do Piauí	15201
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	15202
Água e Esgoto do Estado do Piauí	16202
Junta Comercial do Estado do Piauí	20201
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	20203
Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	20205
Companhia Administrativa da ZPE-Parnaíba	20206
Cia. de Terminais Alfandegados do Piauí	20207
Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí	21201
Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí	21204
Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí	21205
Fundação Piauí Previdência	21207
Fundo de Previdência Social do Estado do Piauí	21208
Fundo Penitenciário do Estado do Piauí - FUNPESPI	22201
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	30102
Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	30104



Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Piauí	30106
Fundo de Modernização da Defensoria Pública	35102
Fundo Est. Defesa dos Dir. da Pessoa com Def. - FUNEDE	38102
Departamento Estadual de Trânsito do Piauí	45201
Agência do Desenvolvimento Habitacional do Piauí	45202
Instituto de Águas e Esgotos do Piauí	45203
Departamento de Estradas de Rodagens do Piauí	46201
Companhia Metropolitana de Transportes Públicos	46202
Companhia de Gás do Estado do Piauí - GASPISA	50201
Agência de Defesa Agropecuária do Piauí - ADAPI	52201

* Autarquias, Fundações, Fundos Especiais.